

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário de Roraima

Início   Ações 1º Grau   Ações 2º Grau   Parecer   Citações   Intimações   Audiências   Sessões 2º Grau   Buscas   Estatísticas   Outros

Recurso 9001600-23.2019.8.23.0000 ☆ - (0 dia(s) em tramitação)


Relator:

Classe Processual: 202 - Agravo de Instrumento

Assunto Principal:

Matéria:

Nível de Sigilo: Público

Árvore Processual:  Processo: 0824496-53.2019.8.23.0010 - Procedimento Ordinário  
Recurso: 9001600-23.2019.8.23.0000 - Agravo de Instrumento

Dados do RecursoPartesMovimentaçõesMovimentações no 1º GrauApensamentosAções Vinculadas

Realces

Realçar Movimentos de:

Ocultar Movimentos:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

☐ Inválidos

☐ Sem Arquivo

☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

Sequencial(Intervalo):

Data do Movimento(Período):

Descrição:

1 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 1

500 por pág.1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<div><div></div></div> 1	10/09/2019 16:07:16	JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
1.1	Arquivo: Petição	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHOJOAO ALVES BARBOSA FILHO,	2634047AGRAVODEINSTRUMENTO01.PDF Público
1.2	Arquivo: peticao	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHOJOAO ALVES BARBOSA FILHO,	2634047AGRAVODEINSTRUMENTOAnexo01.PDF Público
1.3	Arquivo: CONVENIO N.º 06/2015	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHOJOAO ALVES BARBOSA FILHO,	2634047AGRAVODEINSTRUMENTOAnexo02.PDF Público
1.4	Arquivo: decisao inicial	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHOJOAO ALVES BARBOSA FILHO,	2634047AGRAVODEINSTRUMENTOAnexo03.PDF Público
1.5	Arquivo: copia part 1	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHOJOAO ALVES BARBOSA FILHO,	2634047AGRAVODEINSTRUMENTOAnexo04 part I.pdf Público
1.6	Arquivo: copia part 2	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHOJOAO ALVES BARBOSA FILHO,	2634047AGRAVODEINSTRUMENTOAnexo04 part II.pdf Público
1.7	Arquivo: copia part 3	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHOJOAO ALVES BARBOSA FILHO,	2634047AGRAVODEINSTRUMENTOAnexo04 part III.pdf Público
1.8	Arquivo: leitura intimacao	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHOJOAO ALVES BARBOSA FILHO,	2634047AGRAVODEINSTRUMENTOAnexo05.PDF Público
1.9	Arquivo: guia de arrecadacao judiciaria	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHOJOAO ALVES BARBOSA FILHO,	2634047AGRAVODEINSTRUMENTOAnexo06.PDF Público



Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário de Roraima

Início   Ações 1º Grau   Ações 2º Grau   Parecer   Citações   Intimações   Audiências   Sessões 2º Grau   Buscas   Estatísticas   Outros

Dados registrados com sucesso!

Recurso	9001600-23.2019.8.23.0000		
Data do Cadastro	10/09/2019 às 16:07:16	Cadastrado Por	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
Processo	0824496-53.2019.8.23.0010		
	Juízo: 4ª Vara Cível	Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário	
Agravante	Nome	RG	CPF/CNPJ
	Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A		09.248.608/0001-04
	Endereço: Rua Senador Dantas, 74 Complemento: 5º andar Bairro: Centro Cidade: RIO DE JANEIRO/RJ CEP: 20.031-205		
Agravado	Nome	RG	CPF/CNPJ
	ANDRE HENRIQUE AUGUSTO FERREIRA		064.716.222-95
	Endereço: Rua Antonio Ferreira de Souza, 796 Complemento: 1 Bairro: São Bento Cidade: BOA VISTA/RR CEP: 69.315-659 E-mail: paulosouzavcm@hotmail.com Telefone: 99141-9350/98405-4642/99114-6668		
Órgão Julgador		Pedido de Urgência	Não
Classe Processual	202 - Agravo de Instrumento		





**EXMO. SR. DR. DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que tramita perante a 4ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, sob o número 08244965320198230010, que lhe promove **ANDRE HENRIQUE AUGUSTO FERREIRA**, brasileiro, inscrito no RG número 547695-0 SSP/RR, inscrito no CPF sob o número 064.716.222-95 , vem mui respeitosamente, à presença de V.Ex.ª, interpor

**AGRAVO DE INSTRUMENTO COM PEDIDO LIMINAR DE CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO E DEVOLUTIVO**

com base na interpretação extensiva do inciso XI do art. 1.015, inciso XI, acerca da redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º, o que fazem nos termos das razões de fato e direito a seguir aduzidas, encontrando-se anexadas a presente a relação das peças obrigatórias e facultativas que formam o presente recurso, bem como as guias comprobatórias do recolhimento das custas judiciais respectivas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 9 de setembro de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**



**RELAÇÃO DAS PEÇAS QUE ACOMPANHAM O PRESENTE RECURSO**

A Agravante informa que colacionou no presente Agravo as cópias das peças abaixo relacionadas, declarando seus patronos a autenticidade das mesmas, para que produza seus jurídicos efeitos.

1. Petição Inicial acompanhada de documentos;
2. Instrumento de mandato (procuração e substabelecimento) outorgado pelo Agravado;
3. Contestação acompanhada de documentos;
4. Instrumentos de mandato (procuração e substabelecimento) outorgados pela Agravante e seus atos constitutivos;
5. Decisão agravada;
6. Certidão da decisão;
7. Outros documentos pertinentes ao caso em tela.

Em cumprimento ao artigo 1.016 Código de Processo Civil, a Agravante informa o nome e endereço de seu patrono e do Agravado, a saber:

**Patronos da Agravante:**

Drs. **Sivirino Pauli**, inscrito na OAB/RR 101-B, com escritório na São José, 90 – 8º andar, Grupos 810/812, Rio de Janeiro, RJ.

**Patrono do Agravado:**

**Paulo Sergio De Souza**, inscrito na OAB/RR sob o número 317B - OAB/RR, com escritório profissional na Rua General Penha Brasil, 102 - Centro, Boa Vista - RR CEP: 69301-440.



Processo Principal  
4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR  
Nº: 08244965320198230010

Entre Partes:

AGRAVANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

AGRAVADO: ANDRE HENRIQUE AUGUSTO FERREIRA

**EGRÉGIO TRIBUNAL  
COLEDA CÂMARA  
EMÉRITOS JULGADORES**

**DA ADMISSIBILIDADE DO AGRAVO NA SUA FORMA INSTRUMENTAL**

Determina a redação dada ao art. 1.015, XI do Código de Processo Civil, modificado pela Lei nº 11.187/05, *in verbis*:

“Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias.

[...]

XI - redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º;

É a hipótese dos autos, eis que a manutenção da decisão agravada deve ser considerada como circunstância capaz de causar à Agravante lesão grave e de difícil reparação, como por exemplo a preclusão da realização da prova pericial.

**Isso porque, o MM. Juízo monocrático ao proferir o despacho saneador, fixou a alegada invalidez permanente do Agravado como ponto controvertido da lide, determinando, por conseguinte, a inversão do ônus da prova E O PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS PELA AGRAVANTE EM VALOR EXORBITANTE, QUAL SEJA, R\$500,00 (Quinhentos reais).**

**Ocorre que, após o convênio n.º 06/2015 firmado com este Tribunal/RR, o valor dos HONORÁRIOS PERICIAIS, SÃO FIXADOS EM R\$ 200,00 duzentos reais):**

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA  
1.3 As perícias realizadas serão pagas pela SEGURADORA LÍDER a um  
**valor fixo de R\$ 200,00 (duzentos reais)**, independente de seu resultado (constatação  
ou não de invalidez permanente da vítima periciada).

No entanto, será demonstrado ao longo desta peça e do despacho proferido nestes autos, que as obrigações deste ônus pela Ré, ora Agravante, fere sobremaneira a Legislação Processualista Civil.

Pelo exposto, a agravante requer seja admitido o presente agravo de instrumento.



## PRELIMINARMENTE

### DO EFEITO SUSPENSIVO A SER CONFERIDO AO PRESENTE AGRAVO

Conforme a interpretação extensiva do inciso XI do art. 1.015, inciso XI - redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º, a Agravante requer, preliminarmente, seja o presente recurso recebido no **efeito devolutivo e suspensivo**.

Por fim, pleiteia o Agravante seja atribuído efeito suspensivo ao recurso em tela, já que provou fazer jus a essa providência e presentes a verossimilhança das alegações da parte ré e do *periculum in mora*.

Conforme se constata do despacho ora agravado, o Douto Juízo "*a quo*", determina que a Ré, ora Agravante deposite o valor honorários periciais, sendo que este ônus deve ser daquele que requer a prova, ou quando determinado de ofício, pela parte autora, ora Agravada (art. 373, I, CPC).

Importante consignar que caso não haja a suspensão do pagamento imediato do valor arbitrado pelo Magistrado *a quo* haverá a preclusão da realização da prova pericial, peça fundamental para o deslinde da presente demanda.

Quanto à verossimilhança de suas alegações, além de repousar no melhor entendimento jurisprudencial, decorre da **mera aplicação dos princípios da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade**.

Outrossim, o fundado receio de dano irreparável consiste no risco vivenciado pelo Agravante de recair em mora razão pela qual, pugna pelo efeito suspensivo em face do pagamento na monta de **R\$ 500,00 (Quinhentos reais)** referente a perícia judicial a ser realizada no agravo.

## NO MÉRITO

### DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Salta aos olhos, grave violação ao artigo 373, I, do CPC, visto que cabe à autora a prova dos fatos constitutivos do seu direito e arcar com a produção de provas quando não requeridas expressamente ou determinadas de ofício pelo Juiz.

Trecho da decisão:

[...]

**15. Constato que no caso em tela, a necessidade de aplicação da teoria dinâmica de distribuição do ônus da prova em desfavor da parte requerida, nos termos do artigo 373, II, do Código de Processo Civil.**

[...]

Cabe mencionar que o Autor, ora Agravado é beneficiário da Justiça Gratuita, data vênia, este é quem deveria antecipar o pagamento de verba honorária pericial ou que a mesma fosse realizada pelo Instituto Médico Legal (Órgão Oficial), como impõe o artigo 5º, § 5º da Lei 11945/2009.

Ressalte-se, por fim, que a Seguradora já efetuou o pagamento administrativo da quantia que entendia devida. Deste modo, cabe ao autor a demonstração de que o valor adimplido não corresponde ao valor devido.

Ademais, não é possível aplicar o Código de Defesa do Consumidor no presente caso, **pois não há relação de consumo entre as partes**.



Destarte o Seguro DPVAT é uma **obrigação** oriunda de um contrato firmado entre o proprietário do veículo automotor, segurado, e o convênio de seguradoras, agente segurador, sendo assim, não há como prosperar o entendimento que o CDC poderia ser aplicado neste caso.

Assim, temos que a ora Agravante não possui qualquer relação de consumo com o Autor, não podendo esta ser confundida como **consumidor**.

É pleno de logicidade que a inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor, não encontra guarida no caso *sub judice*.

Assim, temos que a Autora não possui qualquer contrato com a Ré, não podendo ser confundida como **consumidora**, não havendo qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, e, em consequência, caracterizando a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Desta forma, restando descaracterizada a aplicação do referido diploma legal, e ruindo por completo tal fundamentação, prossegue a Ré com suas considerações.

Importante, ressaltar que em casos análogos o referido instituto realizou brilhante trabalho dirimindo todas as dúvidas que pairavam sobre o direito autoral.

#### **DA RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS**

O Magistrado *a quo* determinou a produção de prova pericial por entender indispensável ao deslinde da demanda. Neste ponto, então, nomeou o médico perito, determinando que seus honorários fossem suportados pela parte ré, ora Agravante, senão vejamos:

[...]

**“09. Em que pese esse pequeno resgate histórico, firmo meu pensamento na necessidade de manutenção de valor equilibrado dos trabalhos dos médicos peritos, motivo pelo qual mantenho seu valor em R\$ 500,00 (quinhentos reais).”**

[...]

Ora, se o autor, em sua peça inaugural diz que o valor pago administrativamente é indevido, cabe a ele a **prova** de que o valor pago em via administrativa não corresponde ao que ele acha devido.

Inarredável a imposição da consequência, cuja expressão tradicional revela: **“fato alegado e não provado é fato inexistente”**. Neste caso, fale-se em improcedência por falta de provas.

Com efeito, o Código de Processo Civil, no artigo 373, distribui o ônus da prova conforme a disposição processual que a parte assume.

Sendo certo que nestes casos cabe ao Agravado arcar com quaisquer encargos decorrentes da produção da prova médica pericial, uma vez que consiste em **ônus exclusivo seu**, pois, trata-se de **fato constitutivo de seu direito conforme preconiza o artigo 373, inciso I, da Lei Adjetiva Civil**.

#### **DO CONVÊNIO N.º 06/2015**

#### **FIRMADO ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA E A SEGURADORA LÍDER DOS SEGUROS DPVAT**



O objeto do presente convênio foi o estabelecimento das bases de cooperação entre as partes, no âmbito das suas respectivas áreas de atuação, com visitas de perícia médica judiciais em ações envolvendo o Seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT.

Consta no convênio na CLÁUSULA PRIMEIRA, no item 1.3, que o valor FIXO a ser pago para realização das perícias, pela Seguradora será de R\$ 200,00 (DUZENTOS REAIS), EM VIGOR DESDE 01/09/2015.

Informamos que o Convênio já vem sendo aplicado pelas demais varas das Comarcas deste Tribunal. Vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO DPVAT. DECISÃO QUE FIXOU HONORÁRIOS DO PERITO EM VALOR SUPERIOR AO CONVENCIONADO PELO TJRR E PELA SEGURADORA. CONVÊNIO 06/2015. DEVER DE OBSERVÂNCIA AOS POSTULADOS DA BOA FÉ E DA SEGURANÇA JURÍDICA. AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO.

1. Consta dos autos o Convênio nº 06/2015, celebrado entre o TJRR e a Seguradora em 12 de agosto de 2015, estabelecendo valor fixo de R\$200,00 (duzentos reais) para as perícias a serem realizadas nas ações envolvendo o Seguro Obrigatório DPVAT.

2. Por força dos princípios da segurança jurídica e da boa-fé, considerando a existência do supracitado convênio, merece provimento o presente agravo, para reformar a decisão agravada.

3. Agravo de Instrumento conhecido e provido.

(TJRR – AgInst 0000.15.002661-5, Rel. Des. JEFFERSON FERNANDES DA SILVA, Câmara Cível, julg.: 02/02/2017, public.: 13/02/2017, p. 07)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO DPVAT. DECISÃO QUE FIXOU HONORÁRIOS DO PERITO EM VALOR SUPERIOR AO CONVENCIONADO PELO TJRR E PELA SEGURADORA. CONVÊNIO 06/2015. DEVER DE OBSERVÂNCIA AOS POSTULADOS DA BOA FÉ E DA SEGURANÇA JURÍDICA. AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO, PARA FIXAR O VALOR DOS HONORÁRIOS PERICIAIS, NOS TERMOS DO CONVÊNIO CELEBRADO.

(TJRR – AgInst 0000.16.000119-4, Rel. Des. JEFFERSON FERNANDES DA SILVA, Câmara Única, julg.: 14/07/2016, public.: 20/07/2016, p. 12)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO DPVAT. RELAÇÃO DE CONSUMO. POSSIBILIDADE DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. DECISÃO QUE FIXOU HONORÁRIOS DO PERITO EM VALOR SUPERIOR AO CONVENCIONADO PELO TJRR E PELA SEGURADORA. CONVÊNIO 06/2015. DEVER DE OBSERVÂNCIA AOS POSTULADOS DA BOA FÉ E DA SEGURANÇA JURÍDICA. AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

1. Consta dos autos o Convênio nº 06/2015, celebrado entre o TJRR e a Seguradora em 12 de agosto de 2015, estabelecendo valor fixo de R\$200,00 (duzentos reais) para as perícias a serem realizadas nas ações envolvendo o Seguro Obrigatório DPVAT.

2. O MM. Juiz a quo determinou a realização de perícia médica no bojo de ação de cobrança de seguro DPVAT, fixando os honorários do perito em R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).



3. Por força dos princípios da segurança jurídica e da boa-fé, considerando a existência do supracitado convênio, merece parcial provimento o presente agravo, para reformar a decisão agravada.

(TJRR – AgInst 0000.16.000474-3, Rel. Des. JEFFERSON FERNANDES DA SILVA, Câmara Cível, julg.: 02/06/2016, public.: 09/06/2016, p. 48)

Contudo o Douto Magistrado ao determinar a perícia, não foi de encontro com o referido CONVÊNIO FIRMADO com este TRIBUNAL.

### **DO VALOR EXORBITANTE DOS HONORÁRIOS ARBITRADOS**

Nobres julgadores, o valor fixado para a realização da perícia judicial nos autos do processo em comento na monta de **R\$ 500,00 (quinhentos reais)**, demonstra-se exorbitante e em dissonância com o que dispõe o ATO DA PRESIDÊNCIA DO CNJ NA RESOLUÇÃO Nº 127, DE 15 DE MARÇO DE 2011. Ressaltamos que tal valor arbitrado já foi alvo de inúmeros agravos em 2014.

Cabe ressaltar que é costume dos juízos singulares do estado de Roraima o valor da perícia judicial vem sendo arbitrado no valor do convênio R\$ 200,00 (duzentos reais), inclusive por este juízo, vejamos:

Portanto a agravante requer que caso entendam pela responsabilidade da agravante em arcar com as despesas do perito judicial que o valor desta seja minorado para a monta de **R\$ 200,00 (duzentos reais)**, conforme firmado no convênio com este tribunal.

### **CONCLUSÃO**

Diante do exposto, espera a Agravante que seja reformado o d. despacho, devendo o ônus da prova recair sobre a parte autora, observando o que dispõe o **artigo 373, I do CPC**, pelos motivos já expostos, restabelecendo-se a ordem jurídica.

**Por tais razões, a Agravante requer:**

a – seja recebido o presente agravo nos seus **efeitos suspensivo e devolutivo**, a teor das disposições legais consubstanciadas nos artigos 1.019, I, II, do Código de Processo Civil;

b - a Colenda Câmara seja **provido o presente agravo**, a fim de que seja revogada a citada decisão;

c - Caso não seja este o entendimento requer a minoração do valor arbitrado para a monta de **R\$ 200,00 (duzentos reais)**, conforme firmado no convênio com este tribunal, fato que **obsta o pagamento antecipado de quaisquer encargos decorrentes de produção de uma nova prova pericial, face ao inegável periculum in mora que esta representa**, conforme razões expostas e por medida de salutar justiça.



Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer a Ré que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **DR. SIVIRINO PAULI**, inscrito na **OAB/RR 101-B**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 24 de maio de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**





**EXMO. SR. DR. DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que tramita perante a 4ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, sob o número 08244965320198230010, que lhe promove **ANDRE HENRIQUE AUGUSTO FERREIRA**, brasileiro, inscrito no RG número 547695-0 SSP/RR, inscrito no CPF sob o número 064.716.222-95 , vem mui respeitosamente, à presença de V.Ex.ª, interpor

**AGRAVO DE INSTRUMENTO COM PEDIDO LIMINAR DE CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO E DEVOLUTIVO**

com base na interpretação extensiva do inciso XI do art. 1.015, inciso XI, acerca da redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º, o que fazem nos termos das razões de fato e direito a seguir aduzidas, encontrando-se anexadas a presente a relação das peças obrigatórias e facultativas que formam o presente recurso, bem como as guias comprobatórias do recolhimento das custas judiciais respectivas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 9 de setembro de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**



**RELAÇÃO DAS PEÇAS QUE ACOMPANHAM O PRESENTE RECURSO**

A Agravante informa que colacionou no presente Agravo as cópias das peças abaixo relacionadas, declarando seus patronos a autenticidade das mesmas, para que produza seus jurídicos efeitos.

1. Petição Inicial acompanhada de documentos;
2. Instrumento de mandato (procuração e substabelecimento) outorgado pelo Agravado;
3. Contestação acompanhada de documentos;
4. Instrumentos de mandato (procuração e substabelecimento) outorgados pela Agravante e seus atos constitutivos;
5. Decisão agravada;
6. Certidão da decisão;
7. Outros documentos pertinentes ao caso em tela.

Em cumprimento ao artigo 1.016 Código de Processo Civil, a Agravante informa o nome e endereço de seu patrono e do Agravado, a saber:

**Patronos da Agravante:**

Drs. **Sivirino Pauli**, inscrito na OAB/RR 101-B, com escritório na São José, 90 – 8º andar, Grupos 810/812, Rio de Janeiro, RJ.

**Patrono do Agravado:**

**Paulo Sergio De Souza**, inscrito na OAB/RR sob o número 317B - OAB/RR, com escritório profissional na Rua General Penha Brasil, 102 - Centro, Boa Vista - RR CEP: 69301-440.



Processo Principal  
4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR  
Nº: 08244965320198230010

Entre Partes:

AGRAVANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

AGRAVADO: ANDRE HENRIQUE AUGUSTO FERREIRA

**EGRÉGIO TRIBUNAL  
COLEDA CÂMARA  
EMÉRITOS JULGADORES**

**DA ADMISSIBILIDADE DO AGRAVO NA SUA FORMA INSTRUMENTAL**

Determina a redação dada ao art. 1.015, XI do Código de Processo Civil, modificado pela Lei nº 11.187/05, *in verbis*:

“Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias.

[...]

XI - redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º;

É a hipótese dos autos, eis que a manutenção da decisão agravada deve ser considerada como circunstância capaz de causar à Agravante lesão grave e de difícil reparação, como por exemplo a preclusão da realização da prova pericial.

**Isso porque, o MM. Juízo monocrático ao proferir o despacho saneador, fixou a alegada invalidez permanente do Agravado como ponto controvertido da lide, determinando, por conseguinte, a inversão do ônus da prova E O PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS PELA AGRAVANTE EM VALOR EXORBITANTE, QUAL SEJA, R\$500,00 (Quinhentos reais).**

**Ocorre que, após o convênio n.º 06/2015 firmado com este Tribunal/RR, o valor dos HONORÁRIOS PERICIAIS, SÃO FIXADOS EM R\$ 200,00 duzentos reais):**

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA  
1.3 As perícias realizadas serão pagas pela SEGURADORA LÍDER a um  
**valor fixo de R\$ 200,00 (duzentos reais)**, independente de seu resultado (constatação  
ou não de invalidez permanente da vítima periciada).

No entanto, será demonstrado ao longo desta peça e do despacho proferido nestes autos, que as obrigações deste ônus pela Ré, ora Agravante, fere sobremaneira a Legislação Processualista Civil.

Pelo exposto, a agravante requer seja admitido o presente agravo de instrumento.



## PRELIMINARMENTE

### DO EFEITO SUSPENSIVO A SER CONFERIDO AO PRESENTE AGRAVO

Conforme a interpretação extensiva do inciso XI do art. 1.015, inciso XI - redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º, a Agravante requer, preliminarmente, seja o presente recurso recebido no **efeito devolutivo e suspensivo**.

Por fim, pleiteia o Agravante seja atribuído efeito suspensivo ao recurso em tela, já que provou fazer jus a essa providência e presentes a verossimilhança das alegações da parte ré e do *periculum in mora*.

Conforme se constata do despacho ora agravado, o Douto Juízo "*a quo*", determina que a Ré, ora Agravante deposite o valor honorários periciais, sendo que este ônus deve ser daquele que requer a prova, ou quando determinado de ofício, pela parte autora, ora Agravada (art. 373, I, CPC).

Importante consignar que caso não haja a suspensão do pagamento imediato do valor arbitrado pelo Magistrado *a quo* haverá a preclusão da realização da prova pericial, peça fundamental para o deslinde da presente demanda.

Quanto à verossimilhança de suas alegações, além de repousar no melhor entendimento jurisprudencial, decorre da **mera aplicação dos princípios da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade**.

Outrossim, o fundado receio de dano irreparável consiste no risco vivenciado pelo Agravante de recair em mora razão pela qual, pugna pelo efeito suspensivo em face do pagamento na monta de **R\$ 500,00 (Quinhentos reais)** referente a perícia judicial a ser realizada no agravo.

## NO MÉRITO

### DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Salta aos olhos, grave violação ao artigo 373, I, do CPC, visto que cabe à autora a prova dos fatos constitutivos do seu direito e arcar com a produção de provas quando não requeridas expressamente ou determinadas de ofício pelo Juiz.

Trecho da decisão:

[...]

**15. Constato que no caso em tela, a necessidade de aplicação da teoria dinâmica de distribuição do ônus da prova em desfavor da parte requerida, nos termos do artigo 373, II, do Código de Processo Civil.**

[...]

Cabe mencionar que o Autor, ora Agravado é beneficiário da Justiça Gratuita, data vênia, este é quem deveria antecipar o pagamento de verba honorária pericial ou que a mesma fosse realizada pelo Instituto Médico Legal (Órgão Oficial), como impõe o artigo 5º, § 5º da Lei 11945/2009.

Ressalte-se, por fim, que a Seguradora já efetuou o pagamento administrativo da quantia que entendia devida. Deste modo, cabe ao autor a demonstração de que o valor adimplido não corresponde ao valor devido.

Ademais, não é possível aplicar o Código de Defesa do Consumidor no presente caso, **pois não há relação de consumo entre as partes**.



Destarte o Seguro DPVAT é uma **obrigação** oriunda de um contrato firmado entre o proprietário do veículo automotor, segurado, e o convênio de seguradoras, agente segurador, sendo assim, não há como prosperar o entendimento que o CDC poderia ser aplicado neste caso.

Assim, temos que a ora Agravante não possui qualquer relação de consumo com o Autor, não podendo esta ser confundida como **consumidor**.

É pleno de logicidade que a inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor, não encontra guarida no caso *sub judice*.

Assim, temos que a Autora não possui qualquer contrato com a Ré, não podendo ser confundida como **consumidora**, não havendo qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, e, em consequência, caracterizando a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Desta forma, restando descaracterizada a aplicação do referido diploma legal, e ruindo por completo tal fundamentação, prossegue a Ré com suas considerações.

Importante, ressaltar que em casos análogos o referido instituto realizou brilhante trabalho dirimindo todas as dúvidas que pairavam sobre o direito autoral.

#### **DA RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS**

O Magistrado *a quo* determinou a produção de prova pericial por entender indispensável ao deslinde da demanda. Neste ponto, então, nomeou o médico perito, determinando que seus honorários fossem suportados pela parte ré, ora Agravante, senão vejamos:

[...]

**“09. Em que pese esse pequeno resgate histórico, firmo meu pensamento na necessidade de manutenção de valor equilibrado dos trabalhos dos médicos peritos, motivo pelo qual mantenho seu valor em R\$ 500,00 (quinhentos reais).”**

[...]

Ora, se o autor, em sua peça inaugural diz que o valor pago administrativamente é indevido, cabe a ele a **prova** de que o valor pago em via administrativa não corresponde ao que ele acha devido.

Inarredável a imposição da consequência, cuja expressão tradicional revela: **“fato alegado e não provado é fato inexistente”**. Neste caso, fale-se em improcedência por falta de provas.

Com efeito, o Código de Processo Civil, no artigo 373, distribui o ônus da prova conforme a disposição processual que a parte assume.

Sendo certo que nestes casos cabe ao Agravado arcar com quaisquer encargos decorrentes da produção da prova médica pericial, uma vez que consiste em **ônus exclusivo seu**, pois, trata-se de **fato constitutivo de seu direito conforme preconiza o artigo 373, inciso I, da Lei Adjetiva Civil**.

#### **DO CONVÊNIO N.º 06/2015**

#### **FIRMADO ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA E A SEGURADORA LÍDER DOS SEGUROS DPVAT**



O objeto do presente convênio foi o estabelecimento das bases de cooperação entre as partes, no âmbito das suas respectivas áreas de atuação, com visitas de perícia médica judiciais em ações envolvendo o Seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT.

Consta no convênio na CLÁUSULA PRIMEIRA, no item 1.3, que o valor FIXO a ser pago para realização das perícias, pela Seguradora será de R\$ 200,00 (DUZENTOS REAIS), EM VIGOR DESDE 01/09/2015.

Informamos que o Convênio já vem sendo aplicado pelas demais varas das Comarcas deste Tribunal. Vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO DPVAT. DECISÃO QUE FIXOU HONORÁRIOS DO PERITO EM VALOR SUPERIOR AO CONVENCIONADO PELO TJRR E PELA SEGURADORA. CONVÊNIO 06/2015. DEVER DE OBSERVÂNCIA AOS POSTULADOS DA BOA FÉ E DA SEGURANÇA JURÍDICA. AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO.

1. Consta dos autos o Convênio nº 06/2015, celebrado entre o TJRR e a Seguradora em 12 de agosto de 2015, estabelecendo valor fixo de R\$200,00 (duzentos reais) para as perícias a serem realizadas nas ações envolvendo o Seguro Obrigatório DPVAT.

2. Por força dos princípios da segurança jurídica e da boa-fé, considerando a existência do supracitado convênio, merece provimento o presente agravo, para reformar a decisão agravada.

3. Agravo de Instrumento conhecido e provido.

(TJRR – AgInst 0000.15.002661-5, Rel. Des. JEFFERSON FERNANDES DA SILVA, Câmara Cível, julg.: 02/02/2017, public.: 13/02/2017, p. 07)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO DPVAT. DECISÃO QUE FIXOU HONORÁRIOS DO PERITO EM VALOR SUPERIOR AO CONVENCIONADO PELO TJRR E PELA SEGURADORA. CONVÊNIO 06/2015. DEVER DE OBSERVÂNCIA AOS POSTULADOS DA BOA FÉ E DA SEGURANÇA JURÍDICA. AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO, PARA FIXAR O VALOR DOS HONORÁRIOS PERICIAIS, NOS TERMOS DO CONVÊNIO CELEBRADO.

(TJRR – AgInst 0000.16.000119-4, Rel. Des. JEFFERSON FERNANDES DA SILVA, Câmara Única, julg.: 14/07/2016, public.: 20/07/2016, p. 12)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO DPVAT. RELAÇÃO DE CONSUMO. POSSIBILIDADE DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. DECISÃO QUE FIXOU HONORÁRIOS DO PERITO EM VALOR SUPERIOR AO CONVENCIONADO PELO TJRR E PELA SEGURADORA. CONVÊNIO 06/2015. DEVER DE OBSERVÂNCIA AOS POSTULADOS DA BOA FÉ E DA SEGURANÇA JURÍDICA. AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

1. Consta dos autos o Convênio nº 06/2015, celebrado entre o TJRR e a Seguradora em 12 de agosto de 2015, estabelecendo valor fixo de R\$200,00 (duzentos reais) para as perícias a serem realizadas nas ações envolvendo o Seguro Obrigatório DPVAT.

2. O MM. Juiz a quo determinou a realização de perícia médica no bojo de ação de cobrança de seguro DPVAT, fixando os honorários do perito em R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).



3. Por força dos princípios da segurança jurídica e da boa-fé, considerando a existência do supracitado convênio, merece parcial provimento o presente agravo, para reformar a decisão agravada.

(TJRR – AgInst 0000.16.000474-3, Rel. Des. JEFFERSON FERNANDES DA SILVA, Câmara Cível, julg.: 02/06/2016, public.: 09/06/2016, p. 48)

Contudo o Douto Magistrado ao determinar a perícia, não foi de encontro com o referido CONVÊNIO FIRMADO com este TRIBUNAL.

### **DO VALOR EXORBITANTE DOS HONORÁRIOS ARBITRADOS**

Nobres julgadores, o valor fixado para a realização da perícia judicial nos autos do processo em comento na monta de **R\$ 500,00 (quinhentos reais)**, demonstra-se exorbitante e em dissonância com o que dispõe o ATO DA PRESIDÊNCIA DO CNJ NA RESOLUÇÃO Nº 127, DE 15 DE MARÇO DE 2011. Ressaltamos que tal valor arbitrado já foi alvo de inúmeros agravos em 2014.

Cabe ressaltar que é costume dos juízos singulares do estado de Roraima o valor da perícia judicial vem sendo arbitrado no valor do convênio R\$ 200,00 (duzentos reais), inclusive por este juízo, vejamos:

Portanto a agravante requer que caso entendam pela responsabilidade da agravante em arcar com as despesas do perito judicial que o valor desta seja minorado para a monta de **R\$ 200,00 (duzentos reais)**, conforme firmado no convênio com este tribunal.

### **CONCLUSÃO**

Diante do exposto, espera a Agravante que seja reformado o d. despacho, devendo o ônus da prova recair sobre a parte autora, observando o que dispõe o **artigo 373, I do CPC**, pelos motivos já expostos, restabelecendo-se a ordem jurídica.

**Por tais razões, a Agravante requer:**

a – seja recebido o presente agravo nos seus **efeitos suspensivo e devolutivo**, a teor das disposições legais consubstanciadas nos artigos 1.019, I, II, do Código de Processo Civil;

b - a Colenda Câmara seja **provido o presente agravo**, a fim de que seja revogada a citada decisão;

c - Caso não seja este o entendimento requer a minoração do valor arbitrado para a monta de **R\$ 200,00 (duzentos reais)**, conforme firmado no convênio com este tribunal, fato que **obsta o pagamento antecipado de quaisquer encargos decorrentes de produção de uma nova prova pericial, face ao inegável periculum in mora que esta representa**, conforme razões expostas e por medida de salutar justiça.



Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer a Ré que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **DR. SIVIRINO PAULI**, inscrito na **OAB/RR 101-B**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 24 de maio de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA

## CONVÊNIO N.º 06/2015

TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA E A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, NOS TERMOS ABAIXO ADUZIDOS.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, CNPJ N.º 34.812.669/0001-08, com sede na Cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, na Praça do Centro Cívico, n.º 796, neste ato representado por seu **PRESIDENTE DESEMBARGADOR ALMIRO PADILHA**, CPF n.º 305.269.730-72, e a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, na qualidade de gestora do Seguro DPVAT no Brasil, neste ato representado pelo seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI**, doravante denominada **SEGURADORA LÍDER**, ajustam a celebração do presente **CONVÊNIO**, sob sujeição às normas da lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, fazendo-o em observância das seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente convênio o estabelecimento das bases de cooperação entre as partes, no âmbito das suas respectivas áreas de atuação, com vistas à realização de perícia médicas judiciais em ações envolvendo o Seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos automotores de Via Terrestre – DPVAT.

1.1 a REALIZAÇÃO DAS PERÍCIAS JUDICIAIS PODERÁ SER INDICADA PELOS MAGISTRADOS em quaisquer ações que envolvam o Seguro DPVAT, independente de qual seja a entidade/seguradora demanda;

1.2 O Magistrado indicará perito de sua confiança, ficando facultada as partes a indicação de assistentes técnicos para acompanhamento das avaliações médicas;





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA

1.3 As perícias realizadas serão pagas pela SEGURADORA LÍDER a um **valor fixo de R\$ 200,00 (duzentos reais)**, independente de seu resultado (constatação ou não de invalidez permanente da vítima periciada).

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DOS CONVENENTES DOS COMPROMISSOS DOS PARTICIPES**

Para cumprimento do presente convênio, os convenentes comprometem-se a implementar ações conjuntas, observada a legislação em vigor.

**2.1. Compete ao TRIBUNAL:**

2.1.1. Dar ciência a todos os Magistrados competentes para julgamento de ações relacionadas ao seguro DPVAT acerca do conteúdo do presente convênio, destacando a importância da realização de perícias médicas para identificação da legitimidade das partes e do correto valor a indenizar;

2.1.2 Garantir a indicação de perito e as intimações: da parte autora, para realização da perícia médica; e de ambas as partes para ciência de que a perícia poderá ser acompanhada por assistentes técnicos de ambas as partes;

**2.2. Compete à SEGURADORA LÍDER:**

2.2.1. Receber as intimações acerca das periciais judiciais designadas e providenciar assistentes técnicos para acompanhamento das avaliações médicas;

2.2.2. Providenciar o pagamento das periciais judiciais realizadas processo a processo, a um valor fixado individual de R\$ 200,00 (duzentos reais), independente do resultado da avaliação médica realizada e da gravidade da lesão apresentada pela vítima/autor da ação.

2.2.3. Providenciar as comprovações dos pagamentos das periciais judiciais realizadas nos autos, na forma da Lei.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO**

O presente Convênio entrará em vigor a partir da data da sua assinatura, e terá vigência pelo período de 60 (sessenta) meses.

**CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO**





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA

O presente Convênio poderá ser rescindido, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias para a comunicação por escrito, sem que assista a qualquer das partes direito a indenização.

**CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO**

O extrato do presente Contrato será publicado na imprensa oficial (Diário da Justiça Eletrônico), em obediência ao disposto do parágrafo único, do art.61 da lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Este convênio não acarretará nenhum ônus financeiro aos partícipes, motivo pelo qual não se consigna dotação orçamentária.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Boa Vista-RR como competente para dirimir questões decorrentes deste convênio.

Assim, justos e combinados, os partícipes assinam o presente instrumento em duas (02) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Boa Vista-RR, 12 de agosto de 2015.

DES. ALMIRO PADILHA  
PRESIDENTE DO TJRR

MARCELO DAVOLI  
DIRETOR JURÍDICO DA SEGURADORA LÍDER

Testemunhas:

Nome:

JOAT ALVES BARBOSA SILVA

CPF:

018456204-91

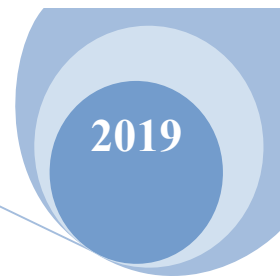
Nome:

BRUNO FURMAN

CPF:

815.622.762-04





JUIZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL  
COMARCA DE BOA VISTA

*"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"*

Processo conforme consta do sistema eletrônico

**DECISÃO INICIAL**  
(NCPC: Art. 203, §2º)

**Do Valor Arbitrado para Exame Pericial:**

01. A Des<sup>a</sup>. ELAINE CRISTINA BIANCHI, no Agravo de Instrumento n.º 0000.14.002015-7 decidiu, em 30 de setembro de 2014:

(...)

Ante o exposto, amparada pelo art. 557, §1º-A, por não vislumbrar prejuízo à parte agravada, dou provimento parcial ao presente agravo de instrumento, apenas para reduzir o valor dos **honorários periciais para R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), caso as perícias sejam realizadas no fórum, na forma de mutirão; ou para R\$ 300,00 (trezentos reais) caso sejam realizadas fora do fórum, em local indicado pelo Perito.**

(Negritei)

02. O Des. LEONARDO CUPELLO decidiu no Agravo de Instrumento n.º 0000.14.001440-8, isso 23 de setembro de 2014:

(...)

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - NATUREZA JURÍDICA DE CONTRATO PRIVADO - RELAÇÃO DE CONSUMO CONFIGURADA - POSSIBILIDADE DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - HONORÁRIOS DO PERITO QUE DEVEM SER SUPORTADOS PELA PARTE AGRAVANTE - REDUÇÃO PARA R\$ 150,00 (CENTO E CINQUENTA REAIS), **CASO AS PERÍCIAS SEJAM REALIZADAS NO FÓRUM, OU PARA R\$ 300,00 (TREZENTOS REAIS) CASO SEJAM FEITAS FORA DO FÓRUM, EM LOCAL INDICADO PELO PERITO - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.**

(TJRR – AgInst 0000.14.001440-8, Rel. Juiz(a) Conv. LEONARDO CUPELLO, Câmara Única, jul.: 23/09/2014, public.: 27/09/2014, p. 27)

(Negritei)

03. O Des. ALMIRO PADILHA no julgamento do Agravo de Instrumento n.º 0000.14.001237-8 proferiu a seguinte decisão monocrática:

(...)

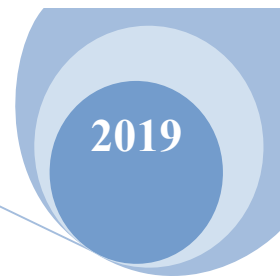
Na sessão da Câmara Única do dia 01/07/2014, a Turma Cível deste Tribunal julgou diversos agravos que discutem a mesma matéria aqui debatida, e decidiu, de forma unânime, que o valor da perícia médica deveria ser reduzido, nos termos da seguinte ementa, de minha relatoria:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – SEGURO DPVAT – PRELIMINARES. REJEITADAS – NATUREZA JURÍDICA. CONTRATO PRIVADO,

1







JUIZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL  
COMARCA DE BOA VISTA

*"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"*

BILATERAL, ONEROSO, ALEATÓRIO E FORMAL, CONTROLADO PELO ESTADO – RELAÇÃO DE CONSUMO. CONFIGURADA – INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. REQUISITOS PRESENTES – RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS. DO FORNECEDOR, SE HOUVER A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA – VALOR DOS HONORÁRIOS DO PERITO. **REDUÇÃO PARA R\$ 150,00 (CENTO E CINQUENTA REAIS), CASO AS PERÍCIAS SEJAM REALIZADAS NO FÓRUM, OU PARA R\$ 300,00 (TREZENTOS REAIS) CASO SEJAM FEITAS FORA DO FÓRUM, EM LOCAL INDICADO PELO PERITO.** (AI nº 000014000936-6)

No mesmo sentido: AI nº 0000.14.000936-6, AI nº 0000.14.000924-2, AI nº 0000.14.000964-8, AI nº 0000.14.000985-3, AI nº 0000.14.000915-0, AI nº 0000.14.000946-5, todos de minha relatoria.

(...)

Ante o exposto, amparado pelo art. 557, §1º-A, por não vislumbrar prejuízo à parte agravada, dou provimento parcial ao presente agravo de instrumento, apenas para reduzir o valor dos **honorários periciais para R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), caso as perícias sejam realizadas no fórum, na forma de mutirão; ou para R\$ 300,00 (trezentos reais) caso sejam realizadas fora do fórum, em local indicado pelo Perito.**

Publique-se. Comunique-se. Intimem-se.  
Boa Vista-RR, 04 de setembro de 2014.

Des. Almiro Padilha  
Relator

(Negritei)

04. Portanto, como podemos verificar sempre ocorreu consenso na Turma Cível daquela época que os honorários dos peritos judiciais deveriam ser de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), caso as perícias sejam realizadas em sala disponibilizada no fórum ou para R\$ 300,00 (trezentos reais) caso sejam realizadas fora do fórum, em local indicado pelo Perito, às suas expensas.

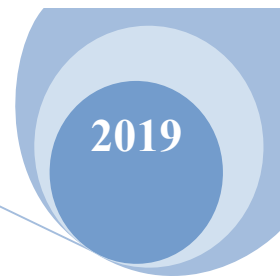
05. Em 12 de agosto de 2015, o então Presidente do Tribunal de Justiça de Roraima, Des. ALMIRO PADILHA, firmou convênio com a Seguradora Líder, época em que ficou avençado o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) para honorários periciais.

06. Em vista disso, desde aquela época, este Juízo passou a determinar que todas as perícias fossem realizadas fora do Prédio do Fórum Cível, em ambiente e despesas arcadas pelo(a) próprio(a) perito(a), em seu consultório particular, fixando, em razão das r. decisões da Turma Cível do Tribunal de Justiça Local, a importância de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Portanto, seguindo a orientação jurisprudencial do próprio Tribunal.

2







JUIZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL  
COMARCA DE BOA VISTA

*"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"*

07. Nos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018, o valor dos honorários periciais sempre foi suportado pela Seguradora Líder na importância de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), sem nenhuma resistência e de forma voluntária, conforme inúmeras decisões deste juízo e respectivos recolhimentos da parte.

08. Agora, em 2019, seguindo a então orientação jurisprudencial do TJ-RR, levando-se em conta existir aproximadamente quatro anos do mesmo valor dos honorários periciais, considerando a defasagem monetária desse período, o valor foi corrigido para R\$ 500,00 (quinhentos reais), quando então a parte se insurgiu contra a decisão, em inúmeros embargos de declaração e também em inúmeros agravos de instrumentos.

09. Em que pese esse pequeno resgate histórico, firmo meu pensamento na necessidade de manutenção de valor equilibrado dos trabalhos dos médicos peritos, motivo pelo qual mantenho seu valor em R\$ 500,00 (quinhentos reais).

#### **Do Procedimento a ser seguido:**

10. Não há pedido de tutela de urgência ou de evidência.

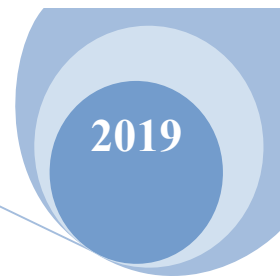
11. Renovando meu entendimento anterior, com base nos princípios da duração razoável do processo, celeridade processual e instrumentalidade das formas, hei por bem determinar a citação *on line* da parte requerida, sem a designação de audiência de conciliação, conforme prescreve o artigo 334, § 4º, do Código de Processo Civil, ficando o réu ciente de que não apresentando defesa escrita no prazo de 15 (quinze) dias, por intermédio de advogado(s), presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial, salvo se o contrário resultar da prova dos autos.

12. Essa medida se faz importante, diante do crescente número de processos nesta Vara, bem como para não inviabilizar a pauta de audiência deste juízo, além de que se torna mais econômico e viável a realização de audiência somente em casos de necessidade de produção de prova testemunhal. O que, nesse momento processual, ao meu entendimento, não restou configurado, mais

3







JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL  
COMARCA DE BOA VISTA

*"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"*

futuramente poderá ser analisado por este juízo prováveis requerimentos dessa modalidade de prova judicial.

13. Em caso da parte requerida ter apresentado resposta, comparecendo espontaneamente ao processo, nos termos do § 1º do Artigo 239 do Código de Processo Civil, considero válida a citação inicial da parte. Precedente: *"A finalidade da citação é dar conhecimento ao réu da existência de ação contra ele ajuizada, portanto o comparecimento espontâneo de pessoa legalmente habilitada remedeia qualquer possível irregularidade na citação, afastando sua nulidade"* (STJ, REsp 671.755/RS, Rel. Min. Castro Meira, 2ª Turma, jul. 06.03.2007, DJ 20.03.2007, p. 259).

14. Defiro os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil.

15. Constato que no caso em tela, a necessidade de aplicação da teoria dinâmica de distribuição do ônus da prova em desfavor da parte requerida, nos termos do artigo 373, II, do Código de Processo Civil.

16. Eventual requerimento da parte para realização de exame pericial deverá constar expressamente da peça processual, sob pena de ser entendido desinteresse da parte na realização desta espécie de prova, prosseguindo-se o processo em seus ulteriores termos.

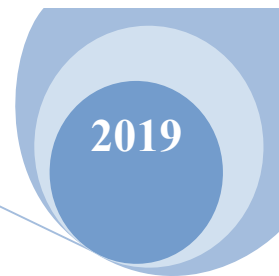
17. Nesse aspecto, por oportuno, já nomeio como perito(s)-médico(s) deste juízo o **Dr. Fernando Bernardo de Oliveira**, devendo o(a) senhor(a) Diretor(a) da Secretaria, no momento processual adequado, marcar data para o exame pericial da parte autora, de acordo com cronograma de disponibilidade fornecido pelo mencionado profissional, conforme comunicação dirigida a este juízo, no endereço ali indicado.

18. Assim, nos termos do § 1º, do Artigo 95 do Código de Processo Civil, determino o recolhimento prévio do respectivo valor em Cartório, dentro do prazo da contestação e respostas - 15 (quinze) dias, pela parte Requerida (**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**

4







**JUIZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL  
COMARCA DE BOA VISTA**

*"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"*

**S/A)**, mediante guia própria, no site do TJ-RR, dando ciência ao(à) senhor(a) perito(a) judicial do depósito e para o início do exame.

19. Com a finalização do exame, com a entrega do laudo em juízo, independentemente de nova decisão judicial, autorizo o levantamento da quantia pelo(a) senhor(a) perito(a) judicial. Caso não seja recolhida a importância, no prazo fixado acima, será considerada falta de interesse da parte na realização dessa prova, seguindo-se o processo em seus demais atos processuais.

20. Em caso de necessidade de exames complementares (Raio-X, Tomografia computadorizada, etc.), deverá o(a) Senhor(a) Perito(a) Judicial comunicar este juízo para intimação da parte para complementar o valor do exame médico-pericial, em nova decisão.

21. Fixo o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação do laudo pericial, nos termos do Artigo 465 do Código de Processo Civil.

22. Deverá ainda o(a) Senhor(a) Escrivão(ã) providenciar o acesso aos documentos necessários ao(à) Senhor(a) Perito(a), via Sistema Virtual do PROJUDI, para o exame pericial e/ou fotocópias das principais peças processuais (se for o caso), essas últimas às expensas das partes.

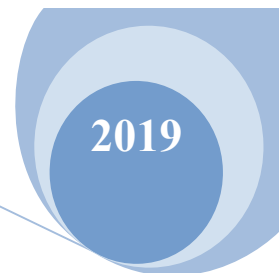
23. Com a apresentação do laudo, deverá o(a) Senhor(a) Escrivão(ã) Judicial intimar as partes, via sistema PROJUDI, conforme disposto no parágrafo único do Artigo 433 do Código de Processo Civil.

24. Intimem-se as partes para, querendo, no prazo legal, contados da intimação desta decisão, indicar assistente técnico e apresentar seus quesitos, conforme faculdade do § 4º do Artigo 477 do Código de Processo Civil.

25. Nesse mesmo prazo, fica a parte intimada do dever de comparecimento ao local e horário indicado, ficando ainda à disposição do(a) Senhor(a) Perito(a) Judicial, pelo prazo necessário e suficiente para a realização da perícia técnica. (O(a) Senhor(a) Perito(a) Judicial deverá previamente indicar a este Juízo o local, horário ou outra forma de agendamento, através do Cartório, independente de nova decisão).







**JUIZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL  
COMARCA DE BOA VISTA**

*"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"*

26. Nos termos do Artigo 474 do Código de Processo Civil, determino ao(à) Sr.(a) Escrivão(ã) que dê ciência às partes, via intimação pelo sistema PROJUDI aos seus respectivos advogados cadastrados, da data e local indicado pelo Senhor Perito para ter início à produção da prova pericial a entrega do laudo pericial, intemem-se as partes para ciência, com prazo de 05 (cinco) dias.

27. Para se alcançar maior celeridade e agilidade na tramitação dos processos, nos termos do inciso XIV<sup>1</sup> do Artigo 93 da Constituição Federal, determino aos servidores do Cartório desta Vara para adotar os comandos e procedimentos ordinatórios, sem caráter decisório, objetivando a rápida solução da demanda e finalização da prestação jurisdicional, ainda que isso importe em outros atos de caráter conciliatório, administração e executórios, que deverão ser reduzidos a termo o Ato Ordinatório (Portaria Conjunta n.º 001/2016 - publicada no DJe n.º 5876) ou lavrada a respectiva certidão.

28. Cumpra-se, com as cautelas de estilo.

Boa Vista/RR, data constante do sistema.

*Jarbas Lacerda de Miranda*  
Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível  
(Assinado Digitalmente)

<sup>1</sup> XIV - os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004).







# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA

4ª Vara Cível

## Processo 0824496-53.2019.8.23.0010

**Comarca:** BOA VISTA

**Data de Autuação:** 07/08/2019 **Situação:** Público

**Classe Processual:** 7 - Procedimento Ordinário

**Assunto Principal:** 9597 - Seguro

**Data Distribuição:** 07/08/2019 **Tipo Distribuição:** Distribuição Automática

### Parte(s) do Processo

**Tipo:** Promovente

**Nome:** ANDRE HENRIQUE AUGUSTO FERREIRA

**Data de Nascimento:** Não cadastrada **RG:** Não cadastrado **CPF/CNPJ:** 064.716.222-95

**Filiação:** /

#### Advogado(s) da Parte

317BRR PAULO SERGIO DE SOUZA

**Tipo:** Promovido

**Nome:** Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

**Data de Nascimento:** Não cadastrada **RG:** Não cadastrado **CPF/CNPJ:** 09.248.608/0001-04

#### Advogado(s) da Parte

134307NRJ JOÃO ALVES BARBOSA FILHO





Paulo Sérgio de Souza  
Advocacia & consultoria

Dr. Paulo Sérgio de Souza  
OAB/RR 317 B

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

ANDRÉ HENRIQUE AUGUSTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG Nº 547695-0 SSP/RR, inscrito no CPF sob nº 064.716.222-95, menor impúbere, neste ato representado pelo seu genitor JOSÉ IVAMAR OLIVEIRA FERREIRA, brasileiro, solteiro, desempregado, portador da cédula de identidade RG Nº 233645 SSP/RR, inscrito no CPF sob nº 737.926.592-04, residente e domiciliado na Rua: Antônio Ferreira de Souza, nº 796 1, Bairro: São Bento, CEP: 69.315-659, Cidade: Boa Vista/RR, Telefone: 95 99145-6024, e-mail: paulosouzavcm@hotmail.com, neste ato representada por seu advogado e procurador que esta subscreve, conforme procuração anexada à presente, com escritório profissional situado na Rua General Penha Brasil, nº 102, Centro – Boa Vista e Rua Ulisses Guimarães nº 436 Rorainópolis, onde recebe notificações que o caso requer, vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, propor a presente,

#### ACÇÃO DE COBRANCA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

Em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-205, e-mail: Desconhecido, face aos seguintes fatos e fundamentos jurídicos adiante expostos.

#### **DA JUSTIÇA GRATUITA**

O Autor preenche os requisitos legais para a obtenção dos benefícios da Justiça Gratuita, nos termos das Leis nº 5.584/70 e 1.060/50, com a redação que lhe deu a Lei nº 7. 510/86, requerendo, portanto, sejam-lhe concedidos os aludidos benefícios, tendo em vista tratar-se de pessoa pobre, encontra-se desempregado conforme CTPS em anexo.

#### **1. DOS FATOS**

O demandante, no dia 19 de janeiro de 2019, por volta das 16:30hs, foi vítima de acidente de trânsito ocorrido na localidade da Estrada de acesso à comunidade do Canto Alegre, Bairro: Zona Rural, evento este que lhe causou deformidade de caráter permanente suportada até os dias atuais.

Do acidente resultou: "DESCRIÇÃO: fratura exposta em dedo do pé esquerdo "conforme laudo médico (doc. anexo).

Deste modo, o vindicante, ciente dos seus direitos ao seguro obrigatório (DPVAT), promoveu, por meio de solicitação administrativa, o pagamento da apólice a título de validade, como bem reconheceu a seguradora ao lidar provimento a indenização DPVAT, depositando-lhe a quantia de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais), em 01/07/2019.

São os fatos de forma sucinta.

#### **2. DO DIREITO**





Paulo Sérgio de Souza  
Advocacia & consultoria

Dr. Paulo Sérgio de Souza  
OAB/RR 317 B

A lei que rege o seguro DPVAT é a Lei nº 6194/74 com as posteriores modificações implementadas pelas Leis nº 8441/92, nº 11.482/07 e nº 11.945/09.

A Lei nº 6.194/74, reguladora do Seguro DPVAT, após a reforma imposta pela Lei 11.482/07, limitou o quantum indenizatório referente aos danos cobertos pelo seguro em caso de morte no valor de 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), no caso de invalidez permanente em até o valor de 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) e de até R\$2.700,00 (dois mil e setecentos reais) no caso de despesas de assistência médica e suplementar.

A citada legislação pertinente à matéria trouxe uma tabela proporcional de percentual de perda/debilidade de membros, órgãos e funções do corpo humano, classificando-os em 10%, 25%, 50%, 75% e 100%.

Acontece que o laudo de avaliação médica acostado traz a natureza das lesões sem, contudo, tratar da extensão das lesões conforme preceitua a tabela citada.

Também, a seguradora pagadora do sinistro não apresentou, no momento do pagamento do seguro, quais seriam as extensões das lesões sofridas dentro da referida tabela, limitando-se a fazer um depósito em conta corrente da requerente sem esclarecer a extensão dos danos sofridos dentro da tabela.

É de se destacar, por imperioso, que o recibo de quitação administrativamente recebido pela requerente foi lavrado em termos genéricos. Dessa forma, não se pode aferir quais lesões e suas devidas extensões foram pagas administrativamente, sendo imprescindível o acionamento judicial para a exata verificação das extensões sofridas via perícia complementar.

O STJ se pronunciou a respeito:

O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie. (REsp 296675 /SP. RECURSO ESPECIAL 2000/0142166-2. Relator Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR. Quarta Turma. Data do Julgamento 20/08/2002. Pub. DJ 23.09.2002, p. 367).

### 3. DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PERÍCIA

Embora, via de regra, seja a produção de prova pericial a cargo do requerente, (CPC, I, art. 333), no presente caso necessário se faz o decreto de inversão do ônus da prova nos termos do artigo 6º, VIII do CDC, para fins de aferição do grau (percentual) da lesão incapacitante, vejamos:

“Art. 6º - São direitos básicos do consumidor:

(...)

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no





Paulo Sérgio de Souza  
Advocacia & consultoria

Dr. Paulo Sérgio de Souza  
OAB/RR 317 B

processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências."

Cite-se nesse sentido os seguintes julgados:

TJMS-056999) AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - APLICAÇÃO DO CDC - FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS DE PERITO - QUANTUM - ARBITRAMENTO - REDUÇÃO - RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Tratando-se da relação de consumo, o artigo 6º, VIII, do CDC prevê a possibilidade de inversão do ônus da prova, ante a hipossuficiência do consumidor nas relações de consumo, ou até mesmo, ante a verossimilhança de suas alegações. Os honorários periciais devem ser fixados, proporcionalmente, e em atenção ao princípio da razoabilidade, observando-se os quesitos a ser respondidos e considerando, precipuamente, o local da prestação do serviço, a natureza, a complexidade da perícia, o tempo despendido pelo perito no trabalho realizado, e o grau de zelo profissional. (Agravo nº 2011.023779-7/0000-00, 4ª Turma Cível do TJMS, Rel. Josué de Oliveira. unânime, DJ 23.09.2011).

TJSP-141845) AGRAVO DE INSTRUMENTO - SEGURO DE VEÍCULO (DPVAT) - INDENIZAÇÃO - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - PROVA PERICIAL - HONORÁRIOS PERICIAIS A SEREM SUPOSTADOS PELA RÉ. (GN)

"A inversão do ônus da prova significa também transferir ao réu o ônus de antecipar as despesas da perícia tida por imprescindível ao julgamento da causa." Agravo de Instrumento. Seguro de veículo (DPVAT).

### 3. DO VALOR DEVIDO

A lei nº 6.197/74, com sua redação dada pela lei 11.482, de 31 de maio de 2007, impõe novos valores. Agora, destarte, as indenizações do seguro DPVAT estão atreladas aos valores estabelecidos pelo art. 8º da lei 11.482/07, que alterou o art. 3º da lei 6.194/74, fixando novo valor para indenização, por invalidez permanente, verbis:

**"Art. 3º** - Os danos pessoais cobertos pelo Seguro estabelecidos no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:





Paulo Sérgio de Souza  
Advocacia & consultoria

Dr. Paulo Sérgio de Souza  
OAB/RR 317 B

II- até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;

Esse é o entendimento do tribunal de Santa Catarina, vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO DPVT. PROVA PERICIAL. APURAÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ. DESNECESSIDADE. PAGAMENTO DE PARTE DO VLOR DEVIDO. A TITULO DE SEGURO DPVAT PELA SEGURADORA. RECONHECIMENTO IMPLICITO DA INVALIDEZ PERMANENTE DA VITIMA. RECURTISO PROVIDO. (TJSC Agravo de instrumento: AI 743444 SC 2009.074344-4; Relator (a): Nelson Schaefer Martins; julgamento: 20/04/2010; Órgão Julgador: Segunda Câmara de Direito Civil; publicação Agravo de Instrumento n. 2009.074344-4)

A legislação é clara no valor que deve ser pago no caso de invalidez permanente, de vítimas de acidente de trânsito, ou seja, R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), e não apenas o valor de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais), **que demonstra flagrante equivocada "voluntariamente ou não", a quitação realizada pela Requerida, e o consequente pagamento parcial.**

Sendo assim, vislumbra-se, pois, o bastante fundamento do presente pleito de cobrança, devendo ser condenada a Ré a pagar ao Autor a diferença entre o indenizado e o devido, que corresponde a R\$ 12.825,00 (doze mil oitocentos e vinte e cinco reais), acrescentando-se ainda 1% (um por cento) ao mês e correção monetária com base no IPCA-E, adotado pela eg. TJRR, ambos desde o dia em que houve o pagamento enganoso até o dia do efeito cumprimento da obrigação.

#### 4. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer a Vossa Excelência:

- a) Seja decretada a gratuidade judiciária eis que o Requerente é pobre na forma da Lei nº 1.060/50, não podendo arcar com custas e despesas processuais sem prejuízo do seu próprio sustento nem da sua família<sup>1</sup>, conforme declaração em anexo.
- b) Seja decretada a inversão do ônus da prova, inclusive, quando ao pagamento de eventuais honorários periciais, eis que é verossímil a alegação fática do requerente e é pobre nos termos da lei (Art. 6º, inc. VIII do CDC);

Protesta provar o alegado por todos os gêneros probatórios permitidos em direito, notadamente depoimento pessoal das partes, inquirição de testemunhas, juntada posterior novos documentos, se necessário for, pericia, todas desde logo e requeridas

- c) A total PROCEDÊNCIA do pleito autoral, para condenar a requerida a pagar indenização R\$ 12.825,00

<sup>1</sup> Consoante **art. 4º caput e § 1º da Lei 1.060/50**, “a parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, **mediante simples afirmação**, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família”, até prova em contrário. Assim entende a jurisprudência, uníssona (**STF e STJ**).





Paulo Sérgio de Souza  
Advocacia & consultoria

*Dr. Paulo Sérgio de Souza*  
*OAB/RR 317 B*

(doze mil oitocentos e vinte e cinco reais), incidindo juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária com base no IPCA-E, adotado pelo E. TJRR, incidentes desde o ilícito praticado até o efetivo cumprimento da obrigação.

- d) A condenação da demandada nos honorários advocatícios, não inferior a 20% do valor da condenação, e nas custas judiciais, em caso de recurso;
- e) Desde já a Requerente, com fulcro no artigo 310, VII, do CPC/2015, manifesta-se ao interesse de não haver audiência de conciliação, haja vista a Requerida Seguradora Líder não realiza acordo antes do laudo da perícia médica, sendo assim reitera pela dispensa da audiência de conciliação, ou que esta seja designada somente após a realização da perícia médica.

Dá à causa o valor de R\$ 12.825,00 (doze mil oitocentos e vinte e cinco reais), para efeitos fiscais.

Nestes termos, pede deferimento.

Boa Vista, 07 de agosto de 2019.

Paulo Sergio de Souza

OAB/RR 317B



Dr. Paulo Sérgio de Souza  
OAB/RR 317 B

Dra. Paula Rafaela Palha de Souza  
OAB/RR 340 B

  
Paulo Sérgio de Souza  
Advocacia & consultoria

## PROCURAÇÃO AD-JUDÍCIA

OUTORGANTE: Andre Henrique Augusto Ferreira, brasileiro(a),  
menor impúbere, neste ato representado(a) pelo seu  
genitor(a) Jose Joao da Silva Oliveira Ferreira,  
estado civil solteiro, profissão: Desempregado,  
portador(a) da cédula de identidade CIRG nº 233645 e inscrito no  
CPF/MF nº 337.926.592-04, residente e domiciliado na  
Rua: Antonio Ferreira de Souza, 1, nº 796, Bairro:  
São Bento, Boa Vista / Roraima, Tel. 99141-9350/98405-4642/9914-6668  
E-mail \_\_\_\_\_, vem  
através de seu advogado in fine assinado, com escritório profissional na Rua Gal  
Penha Brasil 102 Centro - Boa Vista - Roraima, por este instrumento particular  
nomeia e constitui seu bastante procurador:

OUTORGADOS: SOUZA & SOUZA ADVOGADOS ASSOCIADOS, sociedade civil, inscrita  
na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 66 com escritório profissional  
situado na Rua General Penha Brasil 102, Bairro Centro, Boa Vista-RR,  
representada por seu sócio administrador Dr. PAULO SERGIO DE SOUZA,  
brasileiro, separado judicialmente, advogado, inscrito na OAB/RR sob o nº. 317B  
e Dra. PAULA RAFAELA PALHA DE SOUZA, brasileira, solteira, advogada,  
inscrita na OAB/RR sob o nº. 340B e Dr. JOHON EMERSON DE SOUZA CAMILO,  
brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RR sob o nº. 1.376 e BRUNA  
BATISTA BEZERRA, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/RR sob o nº.  
1.459, a quem confere amplos poderes:

PODERES ESPECIAIS: para representá-lo no processo em Foro em Geral com a cláusula  
Ad Judicia, em qualquer, Instancia ou Tribunal, podendo propor contra quem de  
direito as ações competentes e defender nas contrarias, seguindo umas e outras,  
até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-  
lhes, ainda poderes especiais para firmar compromissos/acordos, substabelecer  
a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, renunciar e desistir de  
direitos, recorrer, apelar, apresentar embargos e agravos, propor execução,  
requerer falência, habilitar credito, transigir, discordar, dar-se por suspeito a  
quem lhe convier, retirar e receber alvarás, retirar e receber guias de retirada,  
receber e dar quitação, receber bens penhorados ou em adjudicação,  
representando-o ainda em conjunto ou separadamente, incluindo os poderes  
contido nos artigos 359 do CPC/2015, bem como atuar em qualquer sindicância,  
inquérito ou processo criminal, enfim, tratar de seus interesses, bem como  
praticar todos os atos necessários para o fiel e bom cumprimento do presente  
mandato, dando tudo por bom, firme e valioso em especial atuação no processo:  
\_\_\_\_\_ que tramita pela MMª \_\_\_\_\_.

Boa vista, 07 de Agosto de 2019.

Jose Joao da Silva Oliveira Ferreira  
CONTRATANTE



## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

**EU:** André Pinheiro Augusto Ferreira  
brasileiro(a), menor impúbere, neste ato representado(a) pelo seu  
genitor(a) Jose Suamar Oliveira Ferreira  
brasileiro(a), estado civil Casado, RG nº  
233645, e CPF nº 737.926.592-04,  
residente à  
Rua Antonio Ferreira De Souza, nº 796, 1  
Bairro: São Bento, Cidade  
Boa Vista, Roraima, telefone (95)  
99141-9350/98405-4642/99114-6668

**DECLARO** para os devidos fins de direito e a quem interessar possa  
que sou pobre nos termos da lei, não tendo condições de arcar com  
eventuais custas e despesas processuais, necessitando do abrigo da  
lei 1.060/50. Por ser a mais lúdima expressão da verdade, firmo a  
presente declaração.

Boa Vista - RR, 07 de Agosto de 2019.

Jose Suamar Oliveira Ferreira  
**DECLARANTE**





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO SERIAL 547695-0

DATA DE EXPEDIÇÃO 09/04/2018

Nome ANDRÉ HENRIQUE AUGUSTO FERREIRA

RELACIONADO IVAMAR OLIVEIRA FERREIRA  
SULA BIANCA AUGUSTO  
BOA VISTA - RR

DATA DE NASCIMENTO 04/10/2006

CERTID NASC 61004 FLS 295-V LIV A-100  
2º OF BOA VISTA-RR

DOC ORIGINAL

064.716.222-95

1ª VIA

AMADEU ROCHA TRIANI  
Perito Forense - Estado de RR  
Carteira de Identidade

LEI Nº 7.116 DE 28/08/83

P7

PROIBIDO PLASTIFICAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RORAIMA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ODILIO CRUZ

Polegar Direito

Assinado digitalmente por André Henrique A. Ferreira

ASSINADO EM 09/04/2019

CARTEIRA DE IDENTIDADE





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	233645
NOME	JOSÉ IVANAR OLIVEIRA FERREIRA
FLUXÃO	
MANOEL MATOS FERREIRA	
MARIA DE JESUS OLIVEIRA FERREIRA	
NATURALIDADE	
VISEU - PA	
DOL ORDEM	
CERTD CAS 7777 FLS 277 LIV B-26	
2 OF BOA VISTA - RR	
737.926.592-04	AMADEU ROCHA TRIANI
3 VIA	Partido Participante do Sistema Cível
	LEI Nº 7.115 DE 20.08.83
	P 2
	DATA DE EXPIRAÇÃO
	16/12/2016
	DATA DE NASCIMENTO
	18/10/1984

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
ESTADO DE PORAÍMA	
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA	
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO CRUZ	
Polegar Direito	
Assinatura do Titular	
CARTeira DE IDENTIDADE	
JOSÉ IVANAR OLIVEIRA FERREIRA	







**JOSE IVAMAR OLIVEIRA FERREIRA**

FILIAÇÃO.....: MANOEL MATOS FERREIRA  
MÁRIA DE JESUS OLIVEIRA FERREIRA

MASCIMENTO....: 18/10/1984  
ESTADO CIVIL....: SOLTEIRO  
SEXO: MASCULINO

NATURALIDADE: VISEU - PA

DOCUMENTO.....: R.G. 233645 SESP RR 07/04/2008

LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995

CPF.....: 737.926.592-04  
CNH.....: 03731116390

TÍT. ELEITOR: 003095092665  
SEÇÃO: 0518  
ZONA: 001

LOCAL/DATA DE EMISSÃO: SERTÃO - 15/04/2013

QUALIFICAÇÃO CIVIL - BRASILEIRO



CONTRATO DE TRABALHO	
17.336.0770001-85	
BORGES E FILHOS S.A.	
Av. Gen. Masc. 1.100 - Jd. Santa Helena - Curitiba - PR	
CEP: 81.200-000	
BOA VISTA RR	
R\$ 1.400,00 (Mil e quatrocentos reais)	
Administradora	
17.336.0770001-85	
EMPREGADOR: Castelo Construções LTDA - EPP	
CNPJ: 06.164.914/0001-74	
ENDEREÇO: Avenida Sebastião Diniz, 331 A	
BAIRRO: Centro CEP: 68.301-040	
MUNICÍPIO: Boa Vista UF: RR	
ESP. DO ESTABELECIMENTO: Construção Civil	
CARGO: Serralheiro CBO: 7244-40	
DATA DE ADMISSÃO: 01 de Agosto de 2017	
REGISTRO: 114 FLS/FICHA: FICHA	
REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA: R\$ 1.652,06 (Mil e seiscentos e cinquenta e dois Reais e Cinco Centavos) mês.	
Isoclema Costa Vieira	
CONTADORA	
Ass. do empregado e da cargo e testemunha	
DATA DE SAÍDA: 8 de dezembro de 2018	
Ass. do empregado e da cargo e testemunha	
Is. Helena Martins Pires	
COM DISPENSA CD Nº	
FOLTA Nº DA CONTA	



Para contato com a  
Electrobras, informe  
este NÚMERO:

SEU CÓDIGO

0120971-0

08/08/2019

MARCO/2019

16/04/2019

187

178,41

SUA BIRREIA AUGUSTO FERREIRA  
R. ANTONIO FERREIRA DE SOUZA 700 L. 1.º AND. BLANCO  
CPF: 00001479489247  
CEP: 69.115-059 BOA VISTA

ROT: 8.001.16.74.100000

7702		19,95	0,19
7515		18,00	0,00
1,000		18,00	0,19
187		18,00	0,19
187	1,000	18,00	0,19

NORIMI

29

ÁREA DE SINISTROS - DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

28 MAI 2019

LENTE SEGURADORA

Av. Capitão João Ribeiro, 444 -

RESOLUÇÃO

RE

15100010131 1501308 1.1.1.1 1000

FEV/19	159	CONSUMO	15.7.18	0,774.000	144,79
JAN/19	162	CORREÇÃO MONETÁRIA DA 12/18	0,00		0,00
DEZ/18	179	CORREÇÃO MONETÁRIA DA 12/18	0,00		0,00
NOV/18	208	MULTA POR ATRASO DE 1.12/18	0,00		0,00
OUT/18	188	JURIS DE MORA POR ATR 1.12/18	0,00		0,00
SET/18	159	MULTA POR ATRASO DE 1.12/18	0,00		0,00
AGO/18	179	JURIS DE MORA DE 1.12/18	0,00		0,00
JUL/18	148	ELIMINAÇÃO PÚBLICA			0,00
JUN/18	176				0,00
MAI/18	162				0,00

15100010131 1501308 1.1.1.1 1000

Res/Ano Valor R\$

01/2019 100,01

15100010131 1501308 1.1.1.1 1000  
15100010131 1501308 1.1.1.1 1000  
15100010131 1501308 1.1.1.1 1000  
15100010131 1501308 1.1.1.1 1000  
15100010131 1501308 1.1.1.1 1000

LIGUE 0800 7019 120 PARA OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES E FAÇA O CADASTRO EM NOSSO PÓRTO DE ATENDIMENTO.  
SE VOCÊ RECEBER O BOMBA FAMILIA, VOCÊ TEM DIREITO A DESCONTO NA  
TARIFA DE ENERGIA, FAÇA O CADASTRO EM NOSSO PÓRTO DE ATENDIMENTO.  
MAIS INFORMAÇÕES, LIGUE PARA 0800 7019 120.

PL17.0015 ACQU.1198 1897 1000 4510 1000

36,75	144,79
77,90	18,00
0,00	24,01
4,04	0,26
26,10	1,75

8,35 17,30/35/40 8,35 10,0 1,00 0,00  
3,05 11,00 0,00

DISTRITO

01/2019

178,41

ROT: 8.001.16.74.100000

0120971-0

178,41

03/2019

16/04/2019

08/08/2019 1,000

83600000001 5 78410075000 8 00000000120 6 97100319000 1





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DAS CIDADES**

**DETRAN - RR** **Nº 011624470178**  
**CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO**

VIA: 01 COG RENAVAM: 01091879866 ENTRIC: 2016 EXERCÍCIO: 2016

**LINDOMAR DE OLIVEIRA FERREIRA**

**807.928-202-15** PLACA: **80AP4397**

PLACA ANTIGA: **9C2JB0100GR049117**

ESPECÍFICO: **27/010REC/** COMBUSTÍVEL: **GASOLINA**

MARCA/MODELO: **HONDA/POP 110I** ANO FAB: **2016** ANO MOD: **2016**

CATEGORIA: **PARTEICU** COR PREDOMINANTE: **BRANCA**

VENG/COTAS: 1ª XXXXXX, 2ª XXXXXX, 3ª XXXXXX

**SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS FÍSICOS CAUSADOS POR ACIDENTES**

DATA DE PAGAMENTO: **15/07/2016**

**AL FID. ADM. S. S. NACIONAL HONDA LTD. E**  
**PRATA SALVADOR MAZ. UCID \***

DATA: **19/07/2016**

**SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS FÍSICOS CAUSADOS POR ACIDENTES**  
**VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE DE POUSO, CARCA E PESSOA**  
**TRANSPORTES DUAIS - SEGURO DPVAT**

**RR Nº 011624470178** **BILHETE DE SEGURO DPVAT**

**2016**

**ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT**  
**PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO**  
**AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA**

**www.dpvatsegurodotransito.com.br**  
**SAC DPVAT 0800 022 1204**

EXERCÍCIO: **2016** DATA EMISSÃO: **19/07/2016**

VIA: 01 CPF/CNPJ: **807.928-202-15** PLACA: **80AP4397**

RENAVAM: **01091879866** MARCA/MODELO: **HONDA/POP 110I**

ANO FAB: **2016** CAT. TARE: **9C2JB0100GR049117**

**PRÊMIO TARIFÁRIO**

FNS (R\$)	DEMATRAN (R\$)	CUSTO DO SEGURO (R\$)
R\$64.52	R\$7.17	R\$71.69
CUSTO DO BILHETE (R\$)	ICOP (R\$)	TOTAL A SER PAGO SEGURADO (R\$)
R\$4.15	R\$0.56	R\$148.08

☒ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO DATA DE QUITAÇÃO: **15/07/2016**

**SEGURADORA LÍDER - DPVAT**  
CNPJ 08.248.608/0001-04 011624470178  
**www.seguradoralider.com.br** 370481172015





GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA DE ACIDENTES DE TRÂNSITO - BOA VISTA - RR

## BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 014937/2019

### DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 20/05/2019 09:16 Data/Hora Fim: 20/05/2019 09:39  
Origem: Pessoa Física - Particular Data: 20/05/2019  
Delegado de Polícia: Juraci Ribeiro da Rocha

### DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia de Acidentes de Trânsito

Data/Hora do Fato: 19/01/2019 16:30

#### Local do Fato

Município: Boa Vista (RR)

Logradouro: estrada de acesso à comunidade do Canto Alegre

Bairro: Zona Rural

Tipo do Local: Via Pública

#### Natureza

1095: Auto lesão - Acidente de trânsito

#### Melo(s) Empregado(s)

Não Houve

### ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: JOSÉ IVAMAR OLIVEIRA FERREIRA (COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: PA - Viseu

Sexo: Masculino

Nasc: 18/10/1984

Profissão: Autônomo

Estado Civil: Casado(a)

Nome da Mãe: Maria de Jesus Olivera Ferreira

Nome do Pai: Manoel Matos Ferreira

#### Documento(s)

RG - Carteira de Identidade: 233645

#### Endereço

Município: Boa Vista - RR

Logradouro: Rua Antonio Ferreira de Sousa

Nº: 796

Bairro: São Bento

Nome Civil: ANDRÉ HENRIQUE AUGUSTO FERREIRA (VÍTIMA)

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: RR - Boa Vista

Sexo: Masculino

Nasc: 04/10/2006

Estado Civil: Solteiro(a)

Nome da Mãe: Sula Bianca Augusto

Nome do Pai: Ivamar Oliveira Ferreira

#### Endereço

Município: Boa Vista - RR

Logradouro: Rua Antonio Ferreira de Sousa

Nº: 796

Bairro: São Bento

### OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Nenhum Objeto Informado

### RELATO/HISTÓRICO

O comunicante vem a este DP para informar que na data, hora e local acima informado, seu filho (vítima) estava andando na garupa da motocicleta honda Pop de placa NAP-4397, chassi 9C2JB0100GR049117, de cor branca, Renavam 01091879866, a qual se encontra em nome do irmão do comunicante, Sr. Lindomar de Oliveira Ferreira, e que era conduzida



Delegado de Polícia Civil: Juraci Ribeiro da Rocha  
Impresso por: Daniel Barauna Magalhães  
Data de Impressão: 20/05/2019 09:39  
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPE - Procedimentos Policiais Eletrônicos





GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA DE ACIDENTES DE TRÂNSITO - BOA VISTA - RR

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 014937/2019

pelo sogro do comunicante, Sr. Pedro Cândido da Silva, momento em que este perdeu o controle, levando ambos ao solo. Que devido as lesões sofridas no acidente, a vítima foi levada pelo comunicante para o posto de saúde da comunidade, onde de lá, foi levado pela equipe de remoção do posto, para o hospital da Criança, em Boa Vista para atendimento médico. Que o Sr. Pedro Cândido da Silva não possui CNH ou PPD. Que o referido B.O é exclusivamente para fins de seguro DPVAT. É o que tinha a comunicar.

ASSINATURAS

Daniel Baraúna Magalhães  
Responsável pelo Atendimento  
042000925

José Ivamar Oliveira Ferreira  
(Comunicante)

"Declaro para os devidos fins do dante que sou o(s) único(s) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderá responder civil e criminalmente pela presente declaração que do origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúncia Caluniosa e 240-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."





ÁREA DE SINISTROS - DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

28 MAI 2019

UNITE SEGURADORA  
Av. Capitão João Bezerra, 414 - P. 100



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE DO ÍNDIO  
DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA LESTE DE RORAIMA  
Rua: Comandante Essen Pinheiro, 69-13 de Setembro.  
Boa Vista - RR - CEP 69.308-130 Fone: (95) 3621-1100

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS:  
( ) RG/CERTIDÃO DE NASCIMENTO  
( ) CPF  
( ) CARTÃO DE VACINA (ESPELHO)  
( ) CARTÃO SUS  
( ) CARTÃO DE PRÉ-NATAL

\*CHECAR OS DOCUMENTOS  
ENCAMINHADOS COM O PACIENTE.

### FICHA SOLICITAÇÃO DE REMOÇÃO

☒ Urgência e Emergência

☐ Medicina Tradicional

☐ Outros:

### DADOS DO PACIENTE

Nome do Paciente: Andre Henrique Augusto Pereira

Data de Nascimento: 09/10/06

Idade: 12

Etnia:

Sexo: ☐ F / ☒ M

Comunidade: Campo Alegre

Polo-Base: Campo Alegre

CPF:

☒ CARTÃO SUS:

RG: 123456789

Filiação: Sueli Bianca

Acompanhantes: Sueli Bianca (mãe)

### DESTINO DO PACIENTE

☐ HGR

☐ MATERNIDADE

☒ HOSP. DA CRIANÇA

☐ PAJÉ

☐ OUTRA UNID. HOSPITALAR - MUNICÍPIO: Boa Vista

### MEIO DE TRANSPORTE

☐ Aéreo:

☒ Terrestre:

Responsável: Piloto/Motorista: Francisco Briz

### AValiação CLÍNICA REALIZADA PELO PROFISSIONAL (MOTIVO DA REMOÇÃO)

DESCRIÇÃO DOS SINTOMAS/SINAIS: Criança caiu de moto e com o  
correte cortou o dedo do pé esquerdo  
e com perfuração de fratura do metacarpo  
503 ± 30 minutos do ocorrido

CONDUTA REALIZADA NA COMUNIDADE:

MEDICAMENTOS DE USO CONTÍNUO:

Sipiroxina 500mg SM + Remoção falta de  
inervação +  
anestesia

### RESPONSÁVEL PELA REMOÇÃO

Solicitante- Nome/Função (carimbo)

Claudia da Silva Gonçalves  
Coordenadora de Saúde Bucal

Rádio-Operador-Nome

Técnico(a) Responsável:

Angela Rodrigues

### UNIDADE RECEBEDORA DO PACIENTE:

Recebido por:

Data:

Hora:

Ato declaratório



56323



Prefeitura Municipal de Boa Vista  
Secretaria Municipal de Saúde - SMSA  
Hospital da Criança Santo Antônio

## PRONTUÁRIO

# 56323

129956 Urgência/Emergência 19/01/2019

205065



Cartão do SUS:	Data Nascimento:	Sexo:
898005902958239	09/10/2006	M
Nome:		
ANDRE HENRIQUE AUGUSTO PEREIRA		
Mãe:		
SULA BIANCA AUGUSTO FERREIRA		





SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
HOSPITAL DA CRIANÇA SANTO ANTÔNIO

CAUTELA DE ORTOPEDIA

TIPO DE CIRURGIA:

Tratamento Cirúrgico de Fratura  
de Dado.

Data: 19 / 01 / 2019.

PRONTUÁRIO Nº \_\_\_\_\_

PACIENTE: Andie Henrique Augusto Pereira

IDADE: 9 anos BLOCO \_\_\_\_\_ ENFERMARIA \_\_\_\_\_

LEITO \_\_\_\_\_ CAIXA: \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_

MATERIAL UTILIZADO:

Fio de Kitcher.

1ª VIA – PRONTUÁRIO DO PACIENTE

2ª VIA

Médico Responsável

[Assinatura]  
94 07





HOSPITAL DA CRIANÇA  
SANTO ANTÔNIO

### PRESCRIÇÃO MÉDICA



Prefeitura Municipal de Boa Vista



Secretaria Municipal de Saúde

NOME: Antônio Luiz de Aguiar IDADE: 12  
PESO: \_\_\_\_\_ PRONTUÁRIO: \_\_\_\_\_ HD: \_\_\_\_\_ BLOCO: F LEITO: 09

Data/Hora	Prescrição Médica	Horário da Medicação
14/01/19	Dick ref. luma DAV P Cefalotina 1g 6/6 hr. Dipirona 1g 8/8 hr. @ 8/8 hr. Folipros 100 mg 8/8 hr. SS 1g + CC 1g Lactulose 10ml.	SND MANTER 19-08-06 24-08-16 22-08-16 Reclama.
<p>per de Jackson expat- de Valent.</p> <p>28 MAI 2010</p> <p>ÁREA DE SINISTROS - DPVAT CONTEÚDO NÃO VERIFICADO</p> <p>CENTE SEGURADORA Dr. Capitão João Barreto 134</p> <p>1908</p> <p>Dr. Paulo L. E. Gomes</p>		



**Santo Antônio**  
Hospital da Criança

**Ficha de Atendimento  
AMBULATORIAL**

Usuário do Cad.: MARIA VIANA  
142018

**DADOS DO PACIENTE**

Prontuário: 56323      Data Nascimento: 09/10/2006  
Nome do Paciente: ANDRE HENRIQUE AUGUSTO PEREIRA  
Sexo: MASCULINO  
Endereço: RUA ANTONIO FERREIRA DE SOUZA  
Bairro: SAO BENTO  
CEP: 69315659  
Naturalidade:  
Nome da Mãe: SULA BIANCA AUGUSTO FERREIRA

Idade: 12 Anos / 4 Meses / 18 Dias

Número: 795  
Cidade: BOA VISTA  
Telefone: 991419350  
CNS: 702102759836495

**DADOS DO RESPONSÁVEL**

Responsável:  
Identidade:  
Endereço:  
Complemento:

Parentesco:  
CPF:  
Número: 0  
CEP:

Fone:

ÁREA DE SINISTROS - DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

28 MAI 2019

UNITE SEGURADORA  
Av. Capitão João Borelli, 414

**DADOS DO ATENDIMENTO**

Atendimento: 142018  
Nome do Médico: BRUNO FIGUEIREDO DOS SANTOS  
Especialidade: ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA

Data: 27/02/2019 07:57:07

Tipo: CONSULTA DE RETORNO

Peso:      Altura:

**ANAMNESE/HIPÓTESE DIAGNÓSTICA**

paciente cl a 1ª consulta com M.O.  
4 f. com (19/02/19)  
M.O. 3 km

Dr. Bruno Figueiredo dos Santos  
Ortopedista e Traumatologista  
RQE 503 TE 01-10468  
CRM/R 1047

**EXAMES SOLICITADOS**

**CONDUTA**

Assinatura e Carimbo do Médico

Assinatura do Paciente/Responsável



**Santo Antônio**  
Hospital da Criança

**Ficha de Atendimento  
AMBULATORIAL**

Data de Emissão: 30/01/2019 08:33  
Usuário do Cad.: ELISAMA FARIAS



132862

**DADOS DO PACIENTE**

Prontuário: 56323 Data Nascimento: 09/10/2006 Idade: 12 Anos / 3 Meses / 21 Dias  
Nome do Paciente: ANDRE HENRIQUE AUGUSTO PEREIRA  
Sexo: MASCULINO  
Endereço: RUA ANTONIO FERREIRA DE SOUZA Naturalidade:  
Bairro: SAO BENTO Número: 795  
CEP: 69315659 Cidade: BOA VISTA  
Nacionalidade: Telefone: 991419350  
Nome da Mãe: SULA BIANCA AUGUSTO FERREIRA CNS: 702102759836495

**DADOS DO RESPONSÁVEL**

Responsável:  
Identidade: Parentesco: Fone:  
Endereço: CPF:  
Complemento: Número: 0  
CEP:

**DADOS DO ATENDIMENTO**

Atendimento: 132862 Data: 30/01/2019 07:25:51  
Nome do Médico: BRUNO FIGUEIREDO DOS SANTOS  
Especialidade: ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA Tipo: CONSULTA DE RETORNO  
Peso: Altura:

**ANAMNESE/HIPÓTESE DIAGNÓSTICA**



paciente em grupo para exame MRI  
cl para sup letur (E).

Pr cur de em c/ 10 L,

15 gr

hosp cur e

Dr. Bruno Figueiredo dos Santos  
Ortopedista e Traumatologista  
RQE 5047507 10488  
CRM 1047

**EXAMES SOLICITADOS**

mlp u bmg

**CONDUTA**

Assinatura e Carimbo do Médico

Assinatura do Paciente/Responsável



Hospital de Referência  
Hospital de Referência

Ficha de Atendimento  
URGENCIA/EMERGENCIA  
Cor Classificação: LARANJA

Senha: UE0165

Data de Emissão: 19/01/2019 18:42  
Usuário do Cad.: ANTONIO REIS  
129956

DADOS DO PACIENTE

Prontuário: 56323  
Data Nascimento: 09/10/2006  
Nome do Paciente: ANDRE HENRIQUE AUGUSTO PEREIRA  
Sexo: MASCULINO  
Endereço: COMUNIDADE DE VISTA ALEGRE  
Bairro: VISTA ALEGRE  
CEP: 69309000  
Naturalidade: BRASILEIRO (A)  
Nome da Mãe: SULA BIANCA AUGUSTO FERREIRA  
ADOS DO RESPONSÁVEL  
Responsável: SULA BIANCA AUGUSTO FERREIRA  
Identidade:

Idade: 12 Anos / 3 Meses / 10 Dias

Naturalidade: Número: 0  
Cidade: BOA VISTA  
Telefone: 991419350  
CNS:

Parentesco: MAE Fone: 991419350  
CPF:

DADOS DO ATENDIMENTO

Atendimento: 129956  
Origem: RECEPÇÃO URGENCIA/EMERGENCIA  
Local de Procedência: DOMICILIO  
Queixa Principal: REMOÇÃO  
Data Atendimento: 19/01/2019 17:32:30  
Data Classificação: 19/01/2019 17:32  
Tipo: UE || URGENCIA E EMERGENCIA

Observação:  
Peso: 36 KG Temp.: 36.8 Usuário triagem: LUCENIR AIRES DA SILVA

ANAMNESE/HIPÓTESE DIAGNÓSTICA:

17:38 Criança com remoção de  
Alto Alegre, com relato de  
queda do moto, corte em MLE  
com o corrente.  
Ao E.F:  
B-G, ativo, A A A e eufórico

EXAMES SOLICITADOS:

Rx de MLE (pe)

CONDUTA:

S-Soluto Rx

Assinatura e Carimbo do Médico

Assinatura do Paciente/Responsável



ANEXO I

<b>Sistema Único de Saúde</b> <b>Ministério da Saúde</b>		LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR	
<b>Identificação do Estabelecimento de Saúde</b> 1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE 3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE		2 - CNES 4 - CNES	
<b>Identificação do Paciente</b> 5 - NOME DO PACIENTE <i>André Henrique Augusto Pereira</i> 7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS) 11 - NOME DA MÃE 13 - NOME DO RESPONSÁVEL 15 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO) 16 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA		6 - Nº DO PRONTUÁRIO 8 - DATA DE NASCIMENTO <i>9/10/06</i> 9 - SEXO Masc. <input type="checkbox"/> 1 Fem. <input checked="" type="checkbox"/> 3 10 - RAÇA/COR 11 - ETNIA 12 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE 14 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE 17 - COD. IBGE MUNICÍPIO 18 - UF 19 - CEP	
JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO			
20 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS <i>Fratura exposta do fêmur do lado esquerdo</i> 21 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO <i>Fratura exposta</i> 22 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS) <i>Fratura exposta</i> 23 - DIAGNÓSTICO INICIAL <i>Fratura exposta do fêmur</i> 24 - CID 10 PRINCIPAL 25 - CID 10 SECUNDÁRIO 26 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS			
PROCEDIMENTO SOLICITADO			
27 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO 28 - CLÍNICA 30 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO 31 - DOCUMENTO ( ) CNS ( ) CPF 32 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE 33 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE 34 - DATA DA SOLICITAÇÃO <i>19/01/19</i> 35 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)			
PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)			
36 - ( ) ACIDENTE DE TRÂNSITO 37 - ( ) ACIDENTE TRABALHO TÍPICO 38 - ( ) ACIDENTE TRABALHO TRAJETO 39 - CNPJ DA SEGURADORA 40 - Nº DO BILHETE 41 - SÉRIE 42 - CNPJ EMPRESA 43 - CNIE DA EMPRESA 44 - CBOR 45 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA ( ) EMPREGADO ( ) EMPREGADOR ( ) AUTÔNOMO ( ) DESEMPREGADO ( ) APOSENTADO ( ) NÃO SEGURADO			
AUTORIZAÇÃO			
46 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR 47 - COD. ÓRGÃO EMISSOR 48 - DOCUMENTO ( ) CNS ( ) CPF 49 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR 50 - DATA DA AUTORIZAÇÃO 51 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO) 52 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR			





HOSPITAL DA CRIANÇA  
SANTO ANTÔNIO

RELATÓRIO CENTRO  
CIRURGICO



Secretaria Municipal de Saúde



Prefeitura Municipal de Boa Vista

BOLETIM OPERATÓRIO

DATA: 19/01/19 O.S. \_\_\_\_\_

*pede fazer o exame*  
*Perseu*

Diagnóstico Pré- Operatório

Indicação Terapêutica

Tipo de intervenção

Medicações e Acidentes

*Dr. Bruno Figueiredo dos Santos*  
*Ortopedista Traumatologista*  
*PROF. SCS 11801 19688*  
*CRM-11801*

Cirurgião

Instrumentadora

Anestesistas

Anestesia

Início

1º Auxiliar

Duração




RELATÓRIO CIRÚRGICO

- 1) P.T. DDH sob plano anestésico.  
2) preparo + anti-séptico + colocação de  
cam. pr. estéril.  
3) L.P. e ena. f. co. de f. os. pat. un.  
4) fixação de f. os. pat. un. com  
f. os. de K.  
5) punção 6) lav. f. os.

Data

Assinatura



 <b>HOSPITAL DA CRIANÇA SANTO ANTÔNIO</b>	<b>FICHA DE MATERIAL DE CONSUMO EM CIRURGIA</b>	 <b>SUS</b>	 <b>PREFEITURA BOA VISTA</b> <small>Trabalhar e Cuidar das Pessoas</small>
---	---	--	---

Andre Henrique Augusto Pereira

NOME DO PACIENTE	APTº/LEITO	Nº PRONTUÁRIO	DATA
		56323	19/01/2019
CIRURGIA/TIPO	TEMPO DE DURAÇÃO	INÍCIO	FIM
Proc. Cirurgico no dedo do pé e		19:45	20:
EQUIPE MÉDICA			
CIRURGIÃO	ANESTESISTA		
1º AUXILIAR	INSTRUMENTADOR		
2º AUXILIAR	CIRCULANTE		
	Bruno Pablo II R Francisco e Margareth		

TIPO DE ANESTESIA			TEMPO DE DURAÇÃO		
Lagui 19:20 Sedacao					
QUANT.	MATERIAIS	VALOR	QUANT.	MEDICAMENTOS	VALOR
	CATUGT SIMPLES Nº		cont.	HORAS DE OXIGÊNIO	
	CATUGT SIMPLES Nº		11/1	FRASCOS SORO FISIOLÓGICO % CC	
	VICRYL			FRASCO SORO	
	CATUGT			FRASCO SORO GLICOSADO % CC	
	CATUGT CROMADO Nº			FRASCO SORO GLICOSA % CC	
	CATUGT CROMADO Nº			XYLOCAÍNA % CC	
	CATUGT ATRAUMÁTICO RETO			ALGODÃO	
	CATUGT ATRAUMÁTICO CURVO			JELCO	
	FIOS SEDA Nº			PUPI ALCÓOL	
	FIOS DE ALGODÃO Nº			POLVIDINE DEGERMANTE	
1	MONONYLON C/ AGULHA 46			ÁLCOOL 70% 40ml.	
	MONONYLON S/ AGULHA			POLVIDINE TÓPICO	
10	UNIDADE DE GAZE Pac.			GLICOSE %	
11	PARES DE LUVA Nº 7/8			ATADURA DE CREPOM Nº 17	
20	EQUIPOS P/ SORO			ATADURA GESSADA Nº	
20	ROLOS DE ESPARADRAPO			ÁGUA OXIGENADA	
	DRENOS Nº			ALGODÃO ORTOPÉDICO Nº	
	SONDAS Nº 12		1	Fie de Richter 125	
1	AGULHAS 40x12				
10	COMPRESSAS Pac				
1	LÂMINAS P/ BISTURI 945				
SOMA DOS MATERIAIS			SOMA DOS MEDICAMENTOS		
MATERIAIS E MEDICAMENTOS CONSUMIDOS EM SALA DE CIRURGIA			DEBITAR NA C.C. DO PACIENTE		VALOR
VISTO DOS RESPONSÁVEIS					
INSTRUMENTADOR (A)		ENFERMEIRA (O) CHEFE			
		Cláudia			
FUNCIONÁRIO (A) CÁLCULOS		FUNCIONÁRIO (A) C. DO PACIENTE FEITO LANÇAMENTO			
ENVIE ESTE FORMULÁRIO A CONTABILIDADE			MATERIAL/MEDICAMENTOS		
			SUB-TOTAL		
			TAXA DE SALA/E ANESTESIA		
			SOMA		

ATENÇÃO: ESCREVA NO VERSO SE NECESSÁRIO



Evolução de Enfermagem		Assinalar sempre que for realizado o procedimento ou quando trocar os materiais abaixo:	
	am		
Manhã: NOite: 19:15 Menor da entrada no CC		Kit Punção venosa	
Pl Paciente em cirurgia no pé E,		Kit Nebulização	
após saída do Transito (morte)		Cateter nasal (oxigenioterapia)	
vão sem acesso venoso, punção de		Sondagem Nasogástrica	
Ven Periferia e insucesso		Sondagem Enteral	
+ anestesia Raqui - Gaf Club		Sondagem Vesical de alívio	
19:45 início de cirurgia. Fato 15 min		Sondagem Vesical de demora	
Cefalotina pelo anestesiologista - 600mg		Curativo Grau I	
Dois Termos da cirurgia - Clavícula		Curativo Grau II	
20:15 Menor em Pós-OP - descer para		Retirada de Dreno de Tórax	
no bloco de pé - Esquerda, expulsa.		Retirada de Ponto	
Tarde: acurrido, acordado, curativo		Lavagem Gástrica	
no pé Esquerda limpa - acurrido		Troca de sonda de gastrostomia	
Periférica, enc ao bloco - 600mg		Bolsa de Colostomia (fechado)	
		Bolsa de Colostomia (drenável)	
		Outros:	
Noite: 21:00h Admitido no Bloco F aos cuidados			
da ortopedia entrando do Centro cirúrgico			
mantendo MTE imobilizado.			







Evolução de Enfermagem		Assinalar o que for realizado o procedimento ou quando trocar os materiais abaixo:											
		Kit Punção Venosa											
		Kit Nebulização											
		Cateter nasal (oxigenioterapia)											
		Sondagem Nasogástrica											
		Sondagem Enteral											
		Sondagem Vesical de alívio											
		Sondagem Vesical de demora											
		Curativo Grau I											
		Curativo Grau II											
		Retirada de Dreno de Tórax											
		Retirada de Ponto											
		Lavagem Gástrica											
		Troca de sonda de gastrostomia											
		Bolsa de Colostomia (fechado)											
		Bolsa de Colostomia (drenável)											
		Outros:											





Secretaria Municipal  
de Saúde - SMSA

## CONTROLE DE SINAIS VITAIS HÍDRICO

**Santo Antônio**  
Hospital da Criança

Data: 20/01/19		Nome: André Henrique Augusto Pereira		Leito: 09																										
Diagnóstico: Intubação PE		Registro: 56323		Idade: 12a																										
				Data da internação: 19/01/19																										
CUIDADOS ESPECIAIS:																														
SINAIS VITAIS																														
HORA	Temp.	P.A.	F.C.	F.R.	SpO2	GANHOS				PERDAS				CUIDADOS ESPECIAIS						Assinatura Legível do Técnico de Enfermagem										
						Diet	Soro	NPP	Medicação EV	Medicação VO	Hemoderivados	Sedação	Correção de:	Fase de	Diurese	Feces	Secreção gástrica	Vômitos (emese)	Sondas / Drenos		Aspiração	FlO2	PEEP	PIP	FAP	Oxigênio terapia	Dextros	PVC		
07h																														
08h																														
09h																														
10h	36,6	90	20				uso									1x														
11h																														
12h																														
13h																														
14h																														
15h							uso									2x														
16h	36,8																													
17h																														
18h																														
19h																														
20h																														
21h	36,0	84	19				uso																							
22h																														
23h																														
24h																														
01h																														
02h																														
03h																														
04h																														
05h	36,5						uso																							
06h	36,0	84	19				uso																							
Higiene										Exames e/ou recomendações:																				
Hora do banho																														



[illegible]





**Santo Antônio**  
Hospital da Criança

## CONTROLE DE SINAIS VITAIS HÍDRICO

Secretaria Municipal  
de Saúde - SMSA



PREFEITURA  
BOA VISTA



SUS

CONTROLE DE SINAIS VITAIS HÍDRICO														Assinatura Legível do Técnico de Enfermagem																
SINAIS VITAIS										PERDAS					CUIDADOS ESPECIAIS															
HORA	Temp.	P.A.	F.C.	F.R.	SpO2	Dietas	Soro	NPP	Medicação EV	Medicação VO	Hemoderivados	Sedação	Correção de:		Fase de	Diurese	Feces	Secreção gástrica	Vômitos (emese)	Sondas / Drenos	Aspiração	FlO2	PEEP	PIP	FAP	Oxigênio terapia	Dextros	PVC		
07h																														
08h																														
09h																														
10h	36	80	82	20																										
11h																														
12h																														
13h																														
14h																														
15h																														
16h																														
17h																														
18h																														
19h																														
20h																														
21h																														
22h	36	80	80	20																										
23h																														
24h																														
01h																														
02h																														
03h																														
04h																														
05h																														
06h	36	80	80	20																										
Higiene																														
Hora do banho																														

Exames e/ou recomendações:



Evolução de Enfermagem	Assinalar sempre que for realizado o procedimento ou quando trocar os materiais abaixo:
Manhã:	<input type="checkbox"/> Kit Punção Venosa <input type="checkbox"/> Kit Nebulização <input type="checkbox"/> Cateter nasal (oxigenioterapia) <input type="checkbox"/> Sondagem Nasogástrica <input type="checkbox"/> Sondagem Enteral <input type="checkbox"/> Sondagem Vesical de alívio <input type="checkbox"/> Sondagem Vesical de demora <input type="checkbox"/> Curativo Grau I <input type="checkbox"/> Curativo Grau II <input type="checkbox"/> Retirada de Dreno de Tórax <input type="checkbox"/> Retirada de Ponto <input type="checkbox"/> Lavegem Gástrica <input type="checkbox"/> Troca de sonda de gastrostomia <input type="checkbox"/> Bolsa de Colostomia (fechado) <input type="checkbox"/> Bolsa de Colostomia (drenável) <input type="checkbox"/> Outros:
<p><i>Tarde: Triana em BEG, ativo, sonado, hidratado, abril, suprimido em ar ambiente, alarímetro, anictérico, sem queixas agudas, redigido curativo em pé D, não com bom aspecto. Dreno presente, fístula segue as curatadas da equipe. Lucimar Aires da Silva Enfermeira EBN Sabotagem Família COREN-RR 349.357</i></p>	
<p><i>Noite: Encaminhado com HD de fratura em pé O. Ativo, reativo, verbalizando, desambulando, abril, suprimido, alarímetro. Aceitando a dieta oferecida. Eliminações vesicais e intestinais presentes e normais, SIC - Mantendo pé O. Imobilizado. Segue com acesso venoso em HD.</i></p>	



Evolução de Enfermagem		As vezes que for realizado o procedimento ou quando trocar os materiais abaixo:	
Manhã:	Kit Punção Venosa		
	Kit Nebulização		
	Cateter nasal (oxigenioterapia)		
	Sondagem Nasogástrica		
	Sondagem Enteral		
	Sondagem Vesical de alívio		
	Sondagem Vesical de demora		
	Curativo Grau I		
	Curativo Grau II		
	Retirada de Dreno de Tórax		
Tarde:	Retirada de Ponto		
	Lavegem Gástrica		
	Troca de sonda de gastrostomia		
	Bolsa de Colostomia (fechado)		
	Bolsa de Colostomia (drenável)		
	Outros:		
Noite:			

Tarde: Manter em BFG, com hidratação adequada, manter em ambiente limpo, manter o local de acesso ao sistema de alimentação a todo o momento. Diurex espontânea, sem necessidade de medicação. Aguardar evolução da equipe.

Enfermeira  
Paula da Silva  
CUR-RR 349.353

Noite: Manter em quimioterapia, manter em ambiente limpo, manter o local de acesso ao sistema de alimentação a todo o momento. Diurex espontânea, sem necessidade de medicação. Aguardar evolução da equipe.





Secretaria Municipal  
de Saúde - SMSA

## CONTROLE DE SINAIS VITAIS HÍDRICO

**Santo Antônio**  
Hospital da Criança

Leito: 07

Pavim Bloco: F

Data: 22/1/2019

Nome: André Henrique

Idade: 12 A

Registro: 56323

Peso:

Diagnóstico: fratura exposta

Temp.

P.A.

F.C.

F.R.

SpO2

### CUIDADOS ESPECIAIS:

#### SINAIS VITAIS

#### CONTROLE HÍDRICO

#### PERDAS

#### GANHOS

#### CUIDADOS ESPECIAIS

Assinatura Legível  
do Técnico de  
Enfermagem

Aspiração

FIO2

PEEP

PiP

FAP

Oxigênio terapia

Dextros

PVC

Sondas / Drenos

Vômitos  
(emese)

Secreção  
gástrica

Feces

Diurese

Fase de

Correção de:

Sedação

Hemoderivados

Medicação VO

Medicação EV

NPP

Soro

Dietas

Soro

Soro

Soro

Soro

Soro

Soro

Soro

Soro

Soro

Soro

Soro

Soro

Soro

Soro

Soro

Soro

Soro

Soro

Soro

Soro

Soro

Soro

Soro

Soro

07h

08h

09h

10h

11h

12h

13h

14h

15h

16h

17h

18h

19h

20h

21h

22h

23h

24h

01h

02h

03h

04h

05h

06h

Higiene

Hora do banho

07:30

36,4

74

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

36,4

74

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

36,4

74

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

36,4

74

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

36,4

74

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

36,4

74

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

36,4

74

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

36,4

74

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78

78





Secretaria Municipal  
de Saúde - SMSA

# CONTROLE DE SINAIS VITAIS HÍDRICO

**Santo Antônio**  
Hospital da Criança



Data: 23/01/19      Peso:      Nome: André Henrique      Bloco: F      Leito: 07  
 Diagnóstico: fratura ex posto      Registro: 56323      Idade: 2A      Data da internação: 20/01/19

CONTROLE HÍDRICO											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
PERDAS											
GANHOS											
SINAIS VITAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											
CUIDADOS ESPECIAIS											

Exames e/ou recomendações:



F-09

 <b>PREFEITURA BOA VISTA</b>		<b>HOSPITAL DA CRIANÇA SANTO ANTÔNIO</b>		 <b>PREFEITURA BOA VISTA</b>	
		<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE</b>			
<b>PRESCRIÇÃO MÉDICA</b>					

DATA DE ADMISSÃO		DIH	#####	DN	
PACIENTE	ANDRÉ HENRIQUE				
AGNOSTIC	FRATURA EXPOSTA				
ALERGIAS				PESO	

IDADE	12A	LEITO	F09	DATA	20/01/2019
-------	-----	-------	-----	------	------------

ÍTEM	PRESCRIÇÃO	HORÁRIO
	DIETA ORAL PARA IDADE	8WD
1	AVP	Maufer
2	CEFALOTINA 1G EV. 6/6 HORAS	22° 18 24 96
5	IBUPROFENO 40GOTAS 8/8 HORAS	4 22 96
6	DIPIRONA 1ML EV 6/6H SN	8W
	PLASIL 1ML EV 8/8H S/N	8W
	SSVV + CCGG 6/6 H	20feria
	CURATIVO	M

Dr. Marcelo Marques  
Médico Residente  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM 1918RR

SINAIS VITAIS				
6 H				
12 H				
18 H	PA	FC	FR	
24 H				





**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR**

**Processo:** 08244965320198230010

**SÚMULA 474 STJ:** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANDRE HENRIQUE AUGUSTO FERREIRA** representado por **JOSE IVAMAR OLIVEIRA FERREIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

### **C O N T E S T A Ç Ã O**

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor:

#### **BREVE SÍNTESE DA DEMANDA**

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **19/01/2019**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **20/05/2019**.

Cumprе esclarecer que após a devida análise da documentação apresentada a Seguradora, o médico perito avaliou como incompleta e parcial a lesão acometida pela vítima, o que por certo descaracteriza o pleito de indenização integral por seguro obrigatório DPVAT.

Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.



A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

### **PRELIMINARMENTE**

#### **DA TEMPESTIVIDADE**

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015<sup>1</sup>, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

#### **DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO**

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015<sup>2</sup>.

### **DO MÉRITO**

#### **DA VALIDADE DO REGISTRO DE OCORRÊNCIA**

Verifica-se Nobre Magistrado que o boletim de ocorrência policial acostado aos autos, trata-se de mera certidão, a qual foi comunicada pelo próprio autor, documento este produzido unilateralmente, a conveniência do interessado, assim, não tem validade alguma para a presente lide.

Há de ser considerado que o boletim de ocorrência policial anexo aos autos, somente foi registrado apenas em 20/05/2019 após 4 (QUATRO) MESES da data do alegado acidente noticiado.

Ademais, o boletim de ocorrência policial foi relatado pelo próprio autor a sua conveniência, sem testemunhas, e sem a presença da autoridade competente no local.

Em análise ao presente feito, verifica-se com estranheza que não foi apresentado Boletim de Ocorrência da data do sinistro supostamente ocorrido em 19/01/2019, não podendo ser considerado o registro de ocorrência policial apresentado como prova cabal do acidente noticiado nesta demanda.

---

<sup>1</sup>[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

<sup>2</sup>[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;



Destarte, cabe alertar ao Nobre Julgador que, além de não ter sido apresentado o Registro de ocorrência da época do acidente, o comunicante CONVENIENTEMENTE É A VÍTIMA E AUTOR da presente lide o que causa grande espanto!

Ressalta-se ainda o fato de que além de a vítima ser comunicante do suposto acidente, foi elaborado através dos fatos narrados pelo mesmo de forma unilateral, sem que nenhuma testemunha ou outro vitimado prestassem depoimento.

Não há justificativa para delonga tão grande, qualquer parente, amigo do autor, poderia ter comunicado o acidente a época do sinistro na delegacia competente.

No caso em apreço, exigir da ré o pagamento da indenização sem a existência de comprovação da veracidade do acidente, descaracteriza a atividade definida como seguro. Essa prova documental incumbe à parte Autoral, em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373, I, do NCPC/15.

Desta forma a Ré requer a IMPROCEDENCIA TOTAL do pedido inicial, com fulcro nos artigos 487, I, do NCPC/15.

### **DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR**

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC<sup>3</sup>.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

### **DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA**

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais)**, após a regulação do sinistro.

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

---

<sup>3</sup>“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. **LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.** 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - **Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.**” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



## BANCO DO BRASIL

### COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA POUPANCA

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001      AGÊNCIA: 1769-8      CONTA: 000000611000-2

---

DATA DA TRANSFERENCIA: 01/07/2019

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 675,00

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: JOSE IVAMAR OLIVEIRA FERREIRA

BANCO: 001

AGÊNCIA: 00250-X

CONTA: 000010062925-3

---

Nr. da Autenticação 790B6EDAEC010EFE

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

***“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretroatável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”***

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais), o qual foi aceito pela beneficiária legal.



Ante o exposto, deve o feito ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

### **DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO**

Conforme ilação dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **19/01/2019**. Ademais, **houve pagamento administrativo na razão de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais)**.

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais<sup>4</sup>.

Por certo, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ<sup>5</sup>.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que por certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

<sup>4</sup>RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUVE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

<sup>5</sup>**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral ao Autor, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 675,00 (SEISCENTOS E SETENTA E CINCO REAIS)**.

### **DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA**

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios<sup>6</sup>, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

### **DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação<sup>7</sup>.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação<sup>8</sup>

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

### **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

<sup>6</sup>“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO.** Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. **A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90.** 3. Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.”(TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).

<sup>7</sup>“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

<sup>8</sup>art. 1º. (...)

**§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.**



Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

#### **INTIMAÇÃO DO MP**

Tendo em vista a existência de interesse de incapaz, requer a intimação do Ministério Público para fins de atender ao disposto nos artigos 178, II c/c 279 do CPC, sob pena de nulidade.

#### **CONCLUSÃO**

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Sumula 474 do STJ.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Por se tratar de ônus da prova da parte autora, pugna-se pela realização da prova pericial pelo IML com o fito de auferir o nexo de causalidade entre a lesão da vítima e o suposto acidente automobilístico, bem como se há valor indenizável a ser pago. Caso Vossa Excelência assim não entenda, requer que os custos da realização da prova pericial sejam arcados pela parte autora ou pelo Estado, eis que imprescindível a produção da prova para o deslinde da demanda.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar.

Tendo em vista a existência de interesse de incapaz, requer a intimação do Ministério Público para fins de atender ao disposto nos artigos 178, II c/c 279 do CPC, sob pena de nulidade.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer a Ré que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **DR. SIVIRINO PAULI**, inscrito na **OAB/RR 451-A**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,  
BOA VISTA, 13 de agosto de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**



### **QUESITOS DA RÉ**

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.



### TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursam com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa de controle esfincteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés					
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar					
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					



## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RR 451-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SIVIRINO PAULI**, inscrito na **101-B - OAB/RR** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ANDRE HENRIQUE AUGUSTO FERREIRA**, em curso perante a **4ª VARA CÍVEL** da comarca de **BOA VISTA**, nos autos do Processo nº 08244965320198230010.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/RR 451-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819



# BANCO DO BRASIL

## COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA POUPANCA

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001            AGÊNCIA: 1769-8            CONTA: 000000611000-2

---

---

DATA DA TRANSFERENCIA:	01/07/2019
------------------------	------------

NUMERO DO DOCUMENTO:
----------------------

VALOR TOTAL:	675,00
--------------	--------

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: JOSE IVAMAR OLIVEIRA FERREIRA

BANCO: 001

AGÊNCIA: 00250-X

CONTA: 000010062925-3

---

---

Nr. da Autenticação 790B6EDAEC010EFE



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3190350782      Cidade: Boa Vista      Natureza: Invalidez Permanente  
Vítima: ANDRE HENRIQUE AUGUSTO FERREIRA      Data do acidente: 19/01/2019      Seguradora: ALFA PREVIDENCIA E VIDA S.A.

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 24/06/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA EXPOSTA EM PRIMEIRO DEDO PÉ ESQUERDO.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO COM FIOS DE KIRSCHNER E ALTA MEDICA.  
P2,7,9,28,

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DE MOVIMENTO DE PRIMEIRO DEDO PÉ ESQUERDO.

Sequelas: Com sequela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas: APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DÉFICIT FUNCIONAL MODERADO DE PRIMEIRO DEDO PÉ ESQUERDO.

Documentos complementares:

Observações:

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Dedos da pé-Perda funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10 %	Em grau médio - 50 %	5%	R\$ 675,00
Total			5 %	R\$ 675,00



56323



Prefeitura Municipal de Boa Vista  
Secretaria Municipal de Saúde - SMSA  
Hospital da Criança Santo Antônio

# PRONTUÁRIO 56323

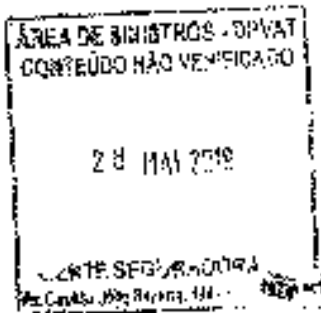
129956 Urgência/Emergência 19/01/2019



205065

Cartão do SUS:	Data Nascimento:	Sexo:
898005902958239	09/10/2006	M
Nome:		
ANDRE HENRIQUE AUGUSTO PEREIRA		
Mãe:		
SULA BIANCA AUGUSTO FERREIRA		





SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
HOSPITAL DA CRIANÇA SANTO ANTÔNIO

GAUTELA DE ORTOPEDIA

TIPO DE CIRURGIA:

tratamento cirurgico de Fratura  
de Dedo

Data: 19.1.01.2019.

PRONTUÁRIO Nº \_\_\_\_\_

PACIENTE: Andrie Henrique Augusto Pereira

IDADE: 9 anos BLOCO \_\_\_\_\_ ENFERMARIA \_\_\_\_\_

LEITO \_\_\_\_\_ CAIXA: \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_

MATERIAL UTILIZADO:

Fio de Kitcher

1ª VIA - PRONTUÁRIO DO PACIENTE

2ª VIA

Médico Responsável  
19.01





### **PRESCRIÇÃO MÉDICA**



**Prefeitura Municipal de Boa Vista**



NOME-

GRADE

PE30:

FRONTJÁRIO:

ND

BLOCO

LEITO:

09

Data/Hora	Prescrição Médica	Horário da Medicação
10/01/19	Diet. def. Lina Café Lina 19 UT Lina Pipoca + leg. @ 8/8 hr. Sopa pro. 100 grs 8/8 hr. 55 grs + C.A. 1/2 Lentilha cozida.	SND MANUTENÇÃO <del>14-08-06</del> <del>24-08-16</del> <del>25-08-</del> Roulo com.
	for ap. de vacuum aspirator de Halmat.	ÁREA DE SINISTROS - DPVAT CONTROLEADO VERIFICADO  28 MAI 2010  UNFES - SECRETARIA Rua Capão do Alto, 1500 - Jd. ...
		mar 1908 D. L. ...

ÁREA DE ANÁLISES - DUVAS  
CONTÉUDO NÃO VERIFICADO

## CONTENÚDO Y VERIFICACIÓN

22 May 1992

John E. Sullivan & Associates

Post. Card. in 21 May 1977. A. 1. ... 1977

Hospital de Niños: Santo Antonio - HCSA

Av. das Guianas, N° 1649 - 13 de Setembro - CEP: 66005-130

PAGE: 3624 1884 Doc: Vista/RL



**Santo Antônio**  
Hospital de Referência

**Ficha de Atendimento**  
**AMBULATORIAL**

Unidade de Saúde: SANTA VISTA



**DADOS DO PACIENTE**

Prontuário: 56323 Data Nascimento: 09/10/2006 Idade: 12 Anos / 4 Meses / 18 Dias  
Nome do Paciente: ANDRE HENRIQUE AUGUSTO PEREIRA  
Sexo: MASCULINO  
Endereço: RUA ANTONIO FERREIRA DE SOUZA Naturalidade:  
Bairro: SAO BENTO Número: 795  
CEP: 69315659 Cidade: BOA VISTA  
Nacionalidade: Telefone: 991419350  
Nome da Mãe: SULA BIANCA AUGUSTO FERREIRA CNS: 702102759836496

**DADOS DO RESPONSÁVEL**

Responsável: Parentesco: Fone:  
Identidade: CPF:  
Endereço: Número: 0  
Complemento: CEP:



**DADOS DO ATENDIMENTO**

Atendimento: 142018 Data: 27/02/2019 07:57:07  
Nome do Médico: BRUNO FIGUEIREDO DOS SANTOS  
Especialidade: ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA Tipo: CONSULTA DE RETORNO  
Peso: Altura:

**ANAMNESE DO HISTÓRICO DO DOENÇA**

parece ci a 1gmy lula p' D  
4 5 km (19/10/19)  
ALY 3 km

Dr. Bruno Figueiredo dos Santos  
Especialista em Ortopedia e Traumatologia  
RUA SANTO ANTONIO, 1420  
CRM/PA 1047

**EXAMES COMPLEMENTARES**

Assinatura e Carimbo do Médico

Assinatura do Paciente/Responsável



**Santo Antônio**  
Hospital de Referência

**Ficha de Atendimento**  
**AMBULATORIAL**

Data de Emissão: 30/01/2019 08:33

Unidade de Cód.: 3125 ASSUPAROS



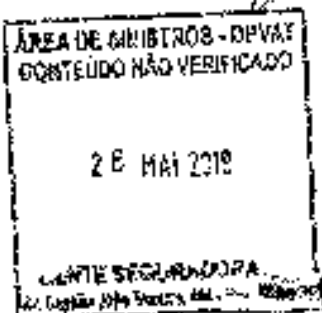
132862

**DADOS DO PACIENTE**

Prontuário: 56323      Data Nascimento: 09/10/2006      Idade: 12 Anos / 3 Meses / 21 Dias  
Nome do Paciente: ANDRE HENRIQUE AUGUSTO PEREIRA  
Sexo: MASCULINO  
Endereço: RUA ANTONIO FERREIRA DE SOUZA      Naturalidade:  
Bairro: SÃO BENTO      Número: 705  
CEP: 89315059      Cidade: BOA VISTA  
Nacionalidade:      Telefone: 991419350  
Nome da Mãe: SULA BIANCA AUGUSTO FERREIRA      CNB: 7021027508236495

Responsável:      Parentesco:      Fone:      CPF:      Número: 0      CEP:      Endereço:      Complemento:

Atendimento: 132862      Data: 30/01/2019 07:28:51  
Nome do Médico: BRUNO FIGUEIREDO DOS SANTOS      Tipo: CONSULTA DE RETORNO  
Especialidade: ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA  
Peso:      Altura:



*paciente em exame físico completo N/A  
cl. para xup. Leluma (B)  
na aula de física / 10 kg  
15 kg  
hipo alar f*

*Dr. Bruno Figueiredo dos Santos  
Ortopedia e Traumatologia  
R. São João 1517 10435  
Fone: 991419350*

*Atf u King*


Assinatura e Carimbo do Médico

Assinatura do Paciente/Responsável



**Sistema Anticorrupção**  
Transparência da Administração

**Ficha de Atendimento**  
**URGENCIA/EMERGENCIA**  
**Cor Classificação: LARANJA**  
Senha: UE0160

Data de Nascimento: 08/10/2006  
Exame de Cad: ANTONIO LUIS  
  
129956

**DADOS DO PACIENTE**  
Prontuário: 58323 Data Nascimento: 08/10/2006 Idade: 12 Anos / 3 Meses / 10 Dias  
Nome da Paciente: ANDRE HENRIQUE AUGUSTO PEREIRA  
Sexo: MASCULINO  
Endereço: COMUNIDADE DE VISTA ALEGRE Naturalidade: Número: 0  
Bairro: VISTA ALEGRE  
CEP: 89309000 Cidade: BOA VISTA  
Nacionalidade: BRASILEIRO (A) Telefone: 991419350  
Nome da Mãe: SULA BIANCA AUGUSTO FERREIRA  
Admissão Responsável: CNS:  
Responsável: SULA BIANCA AUGUSTO FERREIRA Parentesco: MAE Fone: 991419350  
Identidade: CPF:

**DADOS DO ATENDIMENTO**  
Atendimento: 129956 Data Atendimento: 19/01/2019 17:32:30 Data Classificação: 19/01/2019 17:32  
Origem: RECEPÇÃO URGENCIA/EMERGENCIA Tipo: UE || URGENCIA E EMERGENCIA  
Local de Procedência: DOMICILIO  
Queixa Principal: REMUÇÃO

Observação:  
Peso: 35 KG Temp.: 36,8 Usuário triagem: LUCENIR AIRES DA SILVA


**ANÁLISE HIPÓTESE DIAGNÓSTICA**

17:38 Criança com remissão de  
Alto Alegre, com relato de  
queda do mato e corte em M.E.  
com o corrente.  
M.E.F.  
B.C.G. ativo, A.A.A. e eufórico

Rx de M.E.F. (pe)

conduta:

S - Solução Rx


  
Lucenir Aires da Silva  
CRM 1884

Assinatura e Carimbo do Médico

Assinatura do Paciente/Responsável



ANEXO 1

 <b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde Ministério da Saúde	<b>LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR</b>
<b>Identificação do Estabelecimento de Saúde</b>		
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE		2 - CNES
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXISTENTE		4 - CNES
<b>Identificação do Paciente</b>		
5 - NOME DO PACIENTE		6 - Nº DO PRONTUÁRIO
7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)		8 - DATA DE NASCIMENTO
9 - NOME DA MÃE		10 - SEXO
11 - NOME DO RESPONSÁVEL		11 - Sexo: <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M
12 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)		13 - CID - DOB
14 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA		15 - UF
16 - CID - DOB		17 - CEP
<b>JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO</b>		
18 - PRINCIPAIS SINTOMAS CLÍNICOS		
História Exposta do Paciente Para Exame		
19 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO		
H = Causa		
20 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)		
História Exposta do Paciente		
21 - CID - DOB		
22 - CID - DOB		
23 - CID - DOB		
24 - CID - DOB		
25 - CID - DOB		
26 - CID - DOB		
27 - CID - DOB		
28 - CID - DOB		
29 - CID - DOB		
30 - CID - DOB		
31 - CID - DOB		
32 - CID - DOB		
33 - CID - DOB		
34 - CID - DOB		
35 - CID - DOB		
36 - CID - DOB		
37 - CID - DOB		
38 - CID - DOB		
39 - CID - DOB		
40 - CID - DOB		
41 - CID - DOB		
42 - CID - DOB		
43 - CID - DOB		
44 - CID - DOB		
45 - CID - DOB		
46 - CID - DOB		
47 - CID - DOB		
48 - CID - DOB		
49 - CID - DOB		
50 - CID - DOB		
51 - CID - DOB		
52 - CID - DOB		
53 - CID - DOB		
54 - CID - DOB		
55 - CID - DOB		
56 - CID - DOB		
57 - CID - DOB		
58 - CID - DOB		
59 - CID - DOB		
60 - CID - DOB		
61 - CID - DOB		
62 - CID - DOB		
63 - CID - DOB		
64 - CID - DOB		
65 - CID - DOB		
66 - CID - DOB		
67 - CID - DOB		
68 - CID - DOB		
69 - CID - DOB		
70 - CID - DOB		
71 - CID - DOB		
72 - CID - DOB		
73 - CID - DOB		
74 - CID - DOB		
75 - CID - DOB		
76 - CID - DOB		
77 - CID - DOB		
78 - CID - DOB		
79 - CID - DOB		
80 - CID - DOB		
81 - CID - DOB		
82 - CID - DOB		
83 - CID - DOB		
84 - CID - DOB		
85 - CID - DOB		
86 - CID - DOB		
87 - CID - DOB		
88 - CID - DOB		
89 - CID - DOB		
90 - CID - DOB		
91 - CID - DOB		
92 - CID - DOB		
93 - CID - DOB		
94 - CID - DOB		
95 - CID - DOB		
96 - CID - DOB		
97 - CID - DOB		
98 - CID - DOB		
99 - CID - DOB		
100 - CID - DOB		
101 - CID - DOB		
102 - CID - DOB		
103 - CID - DOB		
104 - CID - DOB		
105 - CID - DOB		
106 - CID - DOB		
107 - CID - DOB		
108 - CID - DOB		
109 - CID - DOB		
110 - CID - DOB		
111 - CID - DOB		
112 - CID - DOB		
113 - CID - DOB		
114 - CID - DOB		
115 - CID - DOB		
116 - CID - DOB		
117 - CID - DOB		
118 - CID - DOB		
119 - CID - DOB		
120 - CID - DOB		
121 - CID - DOB		
122 - CID - DOB		
123 - CID - DOB		
124 - CID - DOB		
125 - CID - DOB		
126 - CID - DOB		
127 - CID - DOB		
128 - CID - DOB		
129 - CID - DOB		
130 - CID - DOB		
131 - CID - DOB		
132 - CID - DOB		
133 - CID - DOB		
134 - CID - DOB		
135 - CID - DOB		
136 - CID - DOB		
137 - CID - DOB		
138 - CID - DOB		
139 - CID - DOB		
140 - CID - DOB		
141 - CID - DOB		
142 - CID - DOB		
143 - CID - DOB		
144 - CID - DOB		
145 - CID - DOB		
146 - CID - DOB		
147 - CID - DOB		
148 - CID - DOB		
149 - CID - DOB		
150 - CID - DOB		
151 - CID - DOB		
152 - CID - DOB		
153 - CID - DOB		
154 - CID - DOB		
155 - CID - DOB		
156 - CID - DOB		
157 - CID - DOB		
158 - CID - DOB		
159 - CID - DOB		
160 - CID - DOB		
161 - CID - DOB		
162 - CID - DOB		
163 - CID - DOB		
164 - CID - DOB		
165 - CID - DOB		
166 - CID - DOB		
167 - CID - DOB		
168 - CID - DOB		
169 - CID - DOB		
170 - CID - DOB		
171 - CID - DOB		
172 - CID - DOB		
173 - CID - DOB		
174 - CID - DOB		
175 - CID - DOB		
176 - CID - DOB		
177 - CID - DOB		
178 - CID - DOB		
179 - CID - DOB		
180 - CID - DOB		
181 - CID - DOB		
182 - CID - DOB		
183 - CID - DOB		
184 - CID - DOB		
185 - CID - DOB		
186 - CID - DOB		
187 - CID - DOB		
188 - CID - DOB		
189 - CID - DOB		
190 - CID - DOB		
191 - CID - DOB		
192 - CID - DOB		
193 - CID - DOB		
194 - CID - DOB		
195 - CID - DOB		
196 - CID - DOB		
197 - CID - DOB		
198 - CID - DOB		
199 - CID - DOB		
200 - CID - DOB		
201 - CID - DOB		
202 - CID - DOB		
203 - CID - DOB		
204 - CID - DOB		
205 - CID - DOB		
206 - CID - DOB		
207 - CID - DOB		
208 - CID - DOB		
209 - CID - DOB		
210 - CID - DOB		
211 - CID - DOB		
212 - CID - DOB		
213 - CID - DOB		
214 - CID - DOB		
215 - CID - DOB		
216 - CID - DOB		
217 - CID - DOB		
218 - CID - DOB		
219 - CID - DOB		
220 - CID - DOB		
221 - CID - DOB		
222 - CID - DOB		
223 - CID - DOB		
224 - CID - DOB		
225 - CID - DOB		
226 - CID - DOB		
227 - CID - DOB		
228 - CID - DOB		
229 - CID - DOB		
230 - CID - DOB		
231 - CID - DOB		
232 - CID - DOB		
233 - CID - DOB		
234 - CID - DOB		
235 - CID - DOB		
236 - CID - DOB		
237 - CID - DOB		
238 - CID - DOB		
239 - CID - DOB		
240 - CID - DOB		
241 - CID - DOB		
242 - CID - DOB		
243 - CID - DOB		
244 - CID - DOB		
245 - CID - DOB		
246 - CID - DOB		
247 - CID - DOB		
248 - CID - DOB		
249 - CID - DOB		
250 - CID - DOB		
251 - CID - DOB		
252 - CID - DOB		
253 - CID - DOB		
254 - CID - DOB		
255 - CID - DOB		
256 - CID - DOB		
257 - CID - DOB		
258 - CID - DOB		
259 - CID - DOB		
260 - CID - DOB		
261 - CID - DOB		
262 - CID - DOB		
263 - CID - DOB		
264 - CID - DOB		
265 - CID - DOB		
266 - CID - DOB		
267 - CID - DOB		
268 - CID - DOB		
269 - CID - DOB		
270 - CID - DOB		
271 - CID - DOB		
272 - CID - DOB		
273 - CID - DOB		
274 - CID - DOB		
275 - CID - DOB		
276 - CID - DOB		
277 - CID - DOB		
278 - CID - DOB		
279 - CID - DOB		
280 - CID - DOB		
281 - CID - DOB		
282 - CID - DOB		
283 - CID - DOB		
284 - CID - DOB		
285 - CID - DOB		
286 - CID - DOB		
287 - CID - DOB		
288 - CID - DOB		
289 - CID - DOB		
290 - CID - DOB		
291 - CID - DOB		
292 - CID - DOB		
293 - CID - DOB		
294 - CID - DOB		
295 - CID - DOB		
296 - CID - DOB		
297 - CID - DOB		
298 - CID - DOB		
299 - CID - DOB		
300 - CID - DOB		
301 - CID - DOB		
302 - CID - DOB		
303 - CID - DOB		
304 - CID - DOB		
305 - CID - DOB		
306 - CID - DOB		
307 - CID - DOB		
308 - CID - DOB		
309 - CID - DOB		
310 - CID - DOB		
311 - CID - DOB		
312 - CID - DOB		
313 - CID - DOB		
314 - CID - DOB		
315 - CID - DOB		
316 - CID - DOB		
317 - CID - DOB		
318 - CID - DOB		
319 - CID - DOB		
320 - CID - DOB		
321 - CID - DOB		
322 - CID - DOB		
323 - CID - DOB		
324 - CID - DOB		
325 - CID - DOB		
326 - CID - DOB		
327 - CID - DOB		
328 - CID - DOB		
329 - CID - DOB		
330 - CID - DOB		
331 - CID - DOB		
332 - CID - DOB		
333 - CID - DOB		
334 - CID - DOB		
335 - CID - DOB		
336 - CID - DOB		
337 - CID - DOB		
338 - CID - DOB		
339 - CID - DOB		
340 - CID - DOB		
341 - CID - DOB		
342 - CID - DOB		
343 - CID - DOB		
344 - CID - DOB		
345 - CID - DOB		
346 - CID - DOB		
347 - CID - DOB		
348 - CID - DOB		
349 - CID - DOB		
350 - CID - DOB		
351 - CID - DOB		
352 - CID - DOB		
353 - CID - DOB		
354 - CID - DOB		
355 - CID - DOB		
356 - CID - DOB		
357 - CID - DOB		
358 - CID - DOB		
359 - CID - DOB		
360 - CID - DOB		
361 - CID - DOB		
362 - CID - DOB		
363 - CID - DOB		
364 - CID - DOB		
365 - CID - DOB		
366 - CID - DOB		
367 - CID - DOB		
368 - CID - DOB		
369 - CID - DOB		
370 - CID - DOB		
371 - CID - DOB		
372 - CID - DOB		
373 - CID - DOB		
374 - CID - DOB		
375 - CID - DOB		
376 - CID - DOB		
377 - CID - DOB		
378 - CID - DOB		
379 - CID - DOB		
380 - CID - DOB		
381 - CID - DOB		
382 - CID - DOB		
383 - CID - DOB		
384 - CID - DOB		
385 - CID - DOB		
386 - CID - DOB		
387 - CID - DOB		
388 - CID - DOB		
389 - CID - DOB		
390 - CID - DOB		
391 - CID - DOB		
392 - CID - DOB		
393 - CID - DOB		
394 - CID - DOB		
395 - CID - DOB		
396 - CID - DOB		
397 - CID - DOB		
398 - CID - DOB		
399 - CID - DOB		
400 - CID - DOB		
401 - CID - DOB		
402 - CID - DOB		
403 - CID - DOB		
404 - CID - DOB		
405 - CID - DOB		
406 - CID - DOB		
407 - CID - DOB		
408 - CID - DOB		
409 - CID - DOB		
410 - CID - DOB		
411 - CID - DOB		
412 - CID - DOB		
413 - CID - DOB		
414 - CID - DOB		
415 - CID - DOB		
416 - CID - DOB		
417 - CID - DOB		
418 - CID - DOB		
419 - CID - DOB		
420 - CID - DOB		
421 - CID - DOB		
422 - CID - DOB		
423 - CID - DOB		
424 - CID - DOB		
425 - CID - DOB		
426 - CID - DOB		
427 - CID - DOB		
428 - CID - DOB		
429 - CID - DOB		
430 - CID - DOB		
431 - CID - DOB		
432 - CID - DOB		
433 - CID - DOB		
434 - CID - DOB		
435 - CID - DOB		
436 - CID - DOB		
437 - CID - DOB		
438 - CID - DOB		
439 - CID - DOB		
440 - CID - DOB		
441 - CID - DOB		
442 - CID - DOB		
443 - CID - DOB		
444 - CID - DOB		
445 - CID - DOB		
446 - CID - DOB		
447 - CID - DOB		
448 - CID - DOB		
449 - CID - DOB		
450 - CID - DOB		
451 - CID - DOB		
452 - CID - DOB		
453 - CID - DOB		
454 - CID - DOB		
455 - CID - DOB		
456 - CID - DOB		
457 - CID - DOB		
458 - CID - DOB		
459 - CID - DOB		
460 - CID - DOB		
461 - CID - DOB		
462 - CID - DOB		
463 - CID - DOB		
464 - CID - DOB		
465 - CID - DOB		
466 - CID - DOB		
467 - CID - DOB		
468 - CID - DOB		
469 - CID - DOB		
470 - CID - DOB		
471 - CID - DOB		
472 - CID - DOB		
473 - CID - DOB		
474 - CID - DOB		
475 - CID - DOB		
476 - CID - DOB		
477 - CID - DOB		
478 - CID - DOB		
479 - CID - DOB		
480 - CID - DOB		
481 - CID - DOB		
482 - CID - DOB		
483 - CID - DOB		
484 - CID - DOB		
485 - CID - DOB		
486 - CID - DOB		
487 - CID - DOB		
488 - CID - DOB		
489 - CID - DOB		
490 - CID - DOB		
491 - CID - DOB		
492 - CID - DOB		
493 - CID - DOB		
494 - CID - DOB		
495 - CID - DOB		
496 - CID - DOB		





**BOLETIM OPERATÓRIO**

DATA 19/08/19 O.S. \_\_\_\_\_

*Paula Helena Augusta*  
*Ferreira*

Diagnóstico Pré- Operatório Artrose de quadril do fêmur

Indicação Terapêutica Tratamento cirúrgico de fêmur

Tipo de intervenção Tratamento cirúrgico

Medicações e Acidentes Dr. Bruno Aguiar de Sá  
Assistente Social  
Enfermeiro  
Odontólogo

Cirurgião Dr. Bruno Aguiar de Sá 1º Auxiliar Paula Helena Augusta

Instrumentadora \_\_\_\_\_

Anestesistas \_\_\_\_\_

Anestesia \_\_\_\_\_

Início \_\_\_\_\_ Fim \_\_\_\_\_ Duração \_\_\_\_\_

**RELATÓRIO CIRÚRGICO**

① Ret. ODH sob plano anestésico.

② limpeza e anti-séptico e colocação de campos estéreis.

③ Lupa e encaixote do fêmur.

④ fixação do fêmur com parafusos para fixação de K.

19/08/19 ⑤ sutura ⑥ Curativo.

Data \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_





**HOSPITAL DA CRIANÇA  
SANTO ANTÔNIO**

**FICHA DE MATERIAL DE  
CONSUMO EM CIRURGIA**



*Andre Henrique Augusto Pereira*

NOME DO PACIENTE	APTº LEITO	Nº PRONTUÁRIO	DATA
		512333	10/01/2019
CIRURGIATIPO	TEMPO DE DURAÇÃO	INÍCIO	FIM
Rpc. Cirurgico no dedo do pé e		19:45	20:
EQUIPE MÉDICA	TEMPO TOTAL		
CIRURGIÃO	ANESTESISTA		
1º AUXILIAR	INSTRUMENTADOR		
2º AUXILIAR	CIRCULANTE		
	Francisco e Margareth		

TIPO DE ANESTESIA		TEMPO DE DURAÇÃO	
Ligam. 19:20		19:20	
QUANT.	MATERIAIS	VALOR	QUANT.
	CATUGT SIMPLES Nº		QUANT.
	CATUGT SIMPLES Nº		QUANT.
	VICRYL		QUANT.
	CATUGT		QUANT.
	CATUGT CROMADO Nº		QUANT.
	CATUGT CROMADO Nº		QUANT.
	CATUGT ATRAUMÁTICO RETO		QUANT.
	CATUGT ATRAUMÁTICO CURVO		QUANT.
	FIOS SEDA Nº		QUANT.
	FIOS DE ALGODÃO Nº		QUANT.
1	MONONYLON C/ AGULHA 4.0		QUANT.
	MONONYLON S/ AGULHA		QUANT.
10	UNIDADE DE GAZE Pac.		QUANT.
4	PARS DE LUIVA Nº 7A		QUANT.
20	EQUIPOS P/ SORO		QUANT.
	ROLOS DE ESPARADRAPO		QUANT.
	DRENOS Nº		QUANT.
	SONDAS Nº 12		QUANT.
1	AGULHAS 4x12		QUANT.
10	COMPRESSAS Pac.		QUANT.
1	LÂMINAS P/ SISTURI 1.13		QUANT.

SOMA DOS MATERIAIS		SOMA DOS MEDICAMENTOS	
MATERIAIS E MEDICAMENTOS CONSUMIDOS EM SALA DE CIRURGIA		DEBITAR NA C.C. DO PACIENTE	
VISTO DOS RESPONSÁVEIS		VALOR	
INSTRUMENTADOR (A)	ENFERMEIRA (O) CHEFE		
FUNCIONÁRIO (A) CÁLCULOS	FUNCIONÁRIO (O) DO PACIENTE		
PELO LANÇAMENTO			
ENVIE ESTE FORMULÁRIO A CONTABILIDADE		MATERIAL/MEDICAMENTOS	
		SUB-TOTAL	
		TAXA DE SALA E ANESTESIA	
		SOMA	

ATENÇÃO: ESCRVA NO VERSO SE NECESSÁRIO



[illegible]



HOSPITAL DA CRIANÇA SANTO ANTÔNIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

Nome: Isadora Henrique

Registro: 56323

Idade: 13

Data da internação: 19/01/2019

Peso: 40 kg

Bloco: F

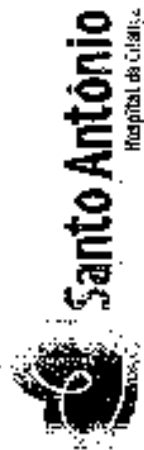
Leito: 09

SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS										CIDADOS ESPECIAIS									
SINAIS VITAIS										CIDADOS ESPECIA																													



Evolução de Enfermagem	Assinalar "X" que foi realizado o procedimento ou quando trocar os materiais abaixo:
	Kit Punção Venosa
	Kit Nebulização
	Cateter nasal (oxigenioterapia)
	Sondagem Nasogástrica
	Sondagem Enteral
	Sondagem Vesical de alívio
	Sondagem Vesical de demora
	Curativo Grau I
	Curativo Grau II
	Retirada de Dreno de Tórax
	Refriçada de Ponto
	Lavagem Gástrica
Tarde:	Troca de sonda de gastrostomia
	Bolsa de Colostomia (fechado)
	Bolsa de Colostomia (drenável)
	Otros:
Noite: 20.35 h	Punção venoclística para medicação intravenosa + cateter nasal substituído em BSO, ligando e curando as de sondas e gases.
	Dr. J. A. M. Siqueira





**Santo Antônio**  
Hospital de Cuiabá

**CONTROLE DE SINAIS VITAIS HÍDRICO**

Secretaria Municipal  
de Saúde - SMSA



**Nome:** André Henrique Augusto Perazzo **Leito:** 09  
**Registro:** 56323 **Idade:** 22- **Data da internação:** 19/07/19  
**Data:** 20/07/19  
**Diagnóstico:** Infarto p/c

**CUIDADOS ESPECIAIS:**

SINAIS VITAIS			CONTROLE HÍDRICO										CUIDADOS ESPECIAIS										Assinatura Legível do Técnico de Enfermagem
HORA	Temp.	SpO2	Diet	Soro	NPP	Medicação IV	Medicação VO	Exames	Diurese	Fezes	Saccharose	Vômitos	Sondas (Drenos)	Respiração	PO2	PEEP	Flw	FAP	Oximétrico	Debitos	PVC		
07h																							
08h																							
09h																							
10h																							
11h																							
12h																							
13h																							
14h																							
15h																							
16h																							
17h																							
18h																							
19h																							
20h																							
21h																							
22h																							
23h																							
24h																							
01h																							
02h																							
03h																							
04h																							
05h																							
06h																							
07h																							

Exames e/ou recomendações:

21/10/2024

Assinatura Legível  
do Técnico de  
Enfermagem

21/10/2024

Exames e/ou recomendações:

Higiene  
Hora do banho



Evolução de Enfermagem	A	Realizar sempre que for realizado o procedimento ou quando trocar os materiais abaixo:
Manhã: Ocorreu no sítio acupunctura para uma otite média e externa. Foi realizada a troca da sonda e do cateter nasal. Foi feita a lavagem da sonda com solução fisiológica. Foi feita a troca da bolsa de coleta de urina. Segue o registro.	<input type="checkbox"/>	
Tarde:	<input type="checkbox"/>	
Noite:	<input type="checkbox"/>	





**Santo Antônio**  
Hospital de Criança

## CONTROLE DE SINAIS VITAIS HÍDRICO

Secretaria Municipal  
de Saúde - SMSA



Data: 21/01/2019	Peso: 16,5 kg	Nome: André Wanderley	Bloco: 034
Diagnóstico: Dengue	Idade: 12 G	Registro: 56323	Data de Internação: 16/01/2019

HORA	SINAIS VITAIS				CONTROLE HÍDRICO										Assinatura Legível do Técnico de Enfermagem							
	Temp	PA	FC	FR	Medicação EV	Medicação VO	Hemodinâmicos	Sedação	Correlação (m)	Fase de	Exatidão	Secreção	Uônica	Sonda		Aplicação	EFIO2	PREF	PIP	FAP	Oxigênio	Leve
07h																						
08h																						
09h																						
10h																						
11h																						
12h																						
13h																						
14h																						
15h																						
16h																						
17h																						
18h																						
19h																						
20h																						
21h																						
22h																						
23h																						
24h																						
01h																						
02h																						
03h																						
04h																						
05h																						
06h																						
Higiene																						
Hora do banho																						

Exames e/ou recomendações:



Evolução de Enfermagem	Assinalar sempre que for realizado o procedimento ou quando trocar os materiais abaixo:
<b>Manhã:</b>	<input type="checkbox"/> Kit Puncção Venosa <input type="checkbox"/> Kit Nebulização <input type="checkbox"/> Cateter nasal (oxigenioterapia) <input type="checkbox"/> Sonda Nasogástrica <input type="checkbox"/> Sondagem Enteral <input type="checkbox"/> Sondagem Vesical de alívio <input type="checkbox"/> Sondagem Vesical de demora <input type="checkbox"/> Curativo Grau I <input type="checkbox"/> Curativo Grau II <input type="checkbox"/> Retirada do Dreno de Tórax <input type="checkbox"/> Retirada de Ponto <input type="checkbox"/> Lavagem Gástrica <input type="checkbox"/> Troca de sonda de gastrostomia <input type="checkbox"/> Bolsa de Colostomia (fechado) <input type="checkbox"/> Bolsa de Colostomia (drenável) <input type="checkbox"/> Outros:
<b>Tarde:</b>	<p>Tratado com BQ devido à lesão da pele no abdômen, sendo realizada a aplicação de pomadas em ar ambiente, observando-se a evolução.</p> <p>Sua alimentação é regular, porém com dificuldade para engolir alimentos sólidos, sendo necessário a adaptação da dieta.</p> <p>Apresenta sinais de desidratação, sendo necessário a administração de líquidos via oral e intravenosa.</p> <p>Realizada a troca do curativo na região da lesão.</p> <p>Enfermeira: [assinatura]</p> <p>Bolsa de Colostomia: [assinatura]</p> <p>COREN-PR 309.357</p>
<b>Noite:</b>	<p>Tratado com BQ devido à lesão da pele no abdômen, sendo realizada a aplicação de pomadas em ar ambiente, observando-se a evolução.</p> <p>Sua alimentação é regular, porém com dificuldade para engolir alimentos sólidos, sendo necessário a adaptação da dieta.</p> <p>Apresenta sinais de desidratação, sendo necessário a administração de líquidos via oral e intravenosa.</p> <p>Realizada a troca do curativo na região da lesão.</p> <p>Enfermeira: [assinatura]</p> <p>Bolsa de Colostomia: [assinatura]</p> <p>COREN-PR 309.357</p>



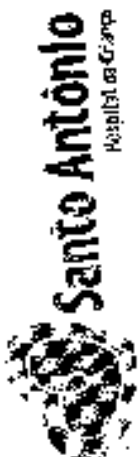
Evolução de Enfermagem		Assinalar sempre que for realizado o procedimento ou quando trocar os materiais abaixo:
Manhã:		Kit Punção Venosa
		Kit Nebulização
		Cateter nasal (oxigenioterapia)
		Sondagem Nasogástrica
		Sondagem Enteral
		Sondagem Vesical de alívio
		Sondagem Vesical de demora
		Cupativo Grau I
		Cupativo Grau II
		Retração de Dreno de Tórax
		Retração de Ponto
		Lavagem Gástrica
		Troca de sonda de gastrostomia
		Bolsa de Coletostomia (fechada)
		Bolsa de Coletostomia (drenável)
		Outros:
Tarde:	<p>Tratamento de dor com morfina 10mg IV, 4x ao dia.</p> <p>Monitorização da pressão arterial, frequência cardíaca e saturação de oxigênio.</p> <p>Realização de curativos no local da cirurgia.</p> <p>Administração de medicamentos prescritos.</p> <p>Registro de todos os procedimentos realizados.</p>	
Noite:	<p>Monitorização da pressão arterial, frequência cardíaca e saturação de oxigênio.</p> <p>Realização de curativos no local da cirurgia.</p> <p>Administração de medicamentos prescritos.</p> <p>Registro de todos os procedimentos realizados.</p>	





Secretaria Municipal  
de Saúde - SMSA

# CONTROLE DE SINAIS VITAIS HÍDRICO



ထပ်မံ၍ အားပြုရန်

[illegible]







[illegible]



09  
07



07

HOSPITAL DA CRIANÇA SANTO ANTÔNIO			
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
PREFEITURA BOA VISTA			
PRESCRIÇÃO MÉDICA			
DATA DE ADMISSÃO	DIH 19/01 DN		
PACIENTE ANDRÉ HENRIQUE	Dr. BRUNO		
AGNÓSTICO FRATURA EXPOSTA DE HALUX			
ALERGIAS			
IDADE 12A	PESO		
LEITO	DATA 22/01/2019		
PRESCRIÇÃO			
DIETA ORAL PARA IDADE	HORARIO		
1 AVP	SNID		
02 CEFALOTINA 1G EV 8/8 HORAS	MANHA		
5 IBUPROFENO 400GOTAS 8/8 HORAS	13:00		
6 DAPIRONA 1ML EV 8/8H SN	17:00		
PLASIL 1ML EV 8/8H SN	21:00		
SSVV+ CCG 6/8 H			
CURATIVO			
FACIENTE em H/O de observação diagnóstico 6/12/19 para H/O de previsão de alta			
Dr. Bruno			
SINAIS VITAIS			
8 H	PA	FC	FR
12 H			
18 H			
24 H			



[illegible]



HOSPITAL DA CRIANÇA SANTO ANTÔNIO		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
PREFEITURA BOA VISTA		PREFEITURA BOA VISTA	
PRESCRIÇÃO MÉDICA			
DATA DE ADMISSÃO	DI	DN	
PACIENTE <b>ANDRE HENRIQUE</b>			
DIAGNÓSTICO <b>FRATURA EXPOSTA DE HALUX</b>			
ALERGIAS	<b>NEGA</b>	PESO	
IDADE	<b>12 ANOS</b>	LEITO	<b>0307</b>
		DATA	<b>23/11/2019</b>
ITEM	PRESCRIÇÃO		HORÁRIO
1	DIETA ORAL PARA IDADE		<b>SND</b>
2	AVP		
4	DIPIRONA 01 ML EV 6/6H <b>VO 30GOTAS S/N 12</b>		<b>06</b>
5	PLASIL 01 ML EV 8/8H S/N		<b>06</b>
6	CURATIVO		
7	SSV + CCGG 6/6 H		
8	CEFALOTINA 03G EV 6/6H DOB		<b>06</b>
9	SUPROFENO 40GOTAS VO 8/8HS		<b>06</b>
<div>Dr. Elder Soares Médico Residente Ortopedia e Traumatologia CRM 1828/RR</div>			
SINAIS VITAIS			
6 H	PA	FC	FR
12 H			
18 H			
24 H			



[illegible]









## Hospital da Criança Santo Antonio

Cód. Aband: Pacientes:

00130006 000005637 ANDRE HENRIQUE AUGUSTO PEREIRA

CNS:

898005902958239

Data Nascimento: Idade:

09/10/2006

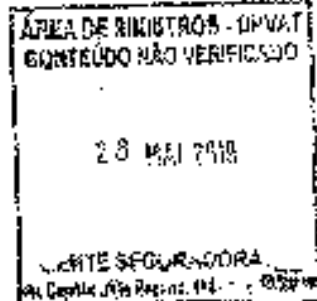
12

Unidade de Internação e Leito:

BLCC3 F-LEITO07



### FICHA SOCIAL



#### I - IDENTIFICAÇÃO GERAL

DATA DO ADMISSÃO: 23/01/2019

DIAGNÓSTICO:

LEITO: BLCC3 F-LEITO07

#### II - DADOS DO PACIENTE

NOME: ANDRE HENRIQUE AUGUSTO PEREIRA

DATA DE NASCIMENTO: 09/10/2006

IDADE: 12 Anos 3 Meses 14 Dias

SEXO: MASCULINO

PESO AO NASCER:

EXCLUSIVO PARA MENORES DE 1 ANO

NACIONALIDADE: BRASILEIRA

NATURALIDADE: BOA-VISTA\*RR

PAI: JOSE IVAMAR OLIVEIRA FERREIRA

IDADE: 34 ANOS

ESCOLARIDADE: Médio-Completo

MÃE: SULA BEANCA AUGUSTO FERREIRA R# 796 - SAO BENTO

IDADE: 26 ANOS

ESCOLARIDADE: Médio-Completo

ENDEREÇO: RUA ANTONIO FERREIRA DE SOUZA

PONTO DE REF.: ESCOLA MUNICIPAL IDALDO

CIDADE: BOA VISTA

TELEFONE: 99114-0668\*MAE

ACOMPANHANTE NA UNIDADE: SÓIA

PARENTESCO: MÃE

CADERNETA DE SAÚDE DA CRIANÇA: SIM

ATUALIZADO: SIM

POSSUI REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO: SIM

APRESENTA ALGUMA DEFICIÊNCIA: NÃO

SE SIM, QUAL?

RECEBE ALGUM BENEFÍCIO, QUAL?

FAZ ACOMPANHAMENTO NA REDE, QUAL?

ESTUDA: SIM ANO: 7º ANO

TURNO: MATUTINO

ESCOLA: ESTADUAL WANDA DAVI AGUIAR

CARTÃO SUS: 702.2027.5983.6495

É VINCULADO A UBS, QUAL? DELTO TIPIINAMEÁ

JÁ ESTEVE INTERNADO NESTA UNIDADE HOSPITALAR OUTRAS VEZES? SIM

PAIS SEPARADOS? NÃO EM PROCESSO DE TFD? NÃO

III - PACIENTE EM TRÂNSITO ☐ SIM ☒ NÃO

LOCAL DE ORIGEM?

INDÍGENA? SE SIM, QUAL ETNIA?

POSSUI FAMILIARES OU AMIGOS DOMICILIADOS EM BOA VISTA?

NOME:

PARENTESCO:

ENDEREÇO:

105

BAIRRO: VISTA ALEGRE

#### IV - SITUAÇÃO SÓCIOECONÔMICA DA FAMÍLIA

RESPONSÁVEL PELO SUSTENTO DA FAMÍLIA? O PAI





# FICHA ANESTÉSICA



Intubação Endotraqueal  
14/08/19

ANOTAÇÃO - DROGA - DOSE - HORA FÍSIO		Nome: <u>Dr. Dr. Henrique Augusto Pereira</u>	
100 mg + FTYN 200 mg (31)		Prontuário: <u>56328</u>	
14/08/19		12 anos	
A B E N T E S I C A		15 20 25 30 35 40 45 50 55 60 65 70 75 80 85 90 95 100	
DA		15 20 25 30 35 40 45 50 55 60 65 70 75 80 85 90 95 100	
K		15 20 25 30 35 40 45 50 55 60 65 70 75 80 85 90 95 100	
PIASO		15 20 25 30 35 40 45 50 55 60 65 70 75 80 85 90 95 100	
ANES		15 20 25 30 35 40 45 50 55 60 65 70 75 80 85 90 95 100	
X		15 20 25 30 35 40 45 50 55 60 65 70 75 80 85 90 95 100	
OP		15 20 25 30 35 40 45 50 55 60 65 70 75 80 85 90 95 100	
C		15 20 25 30 35 40 45 50 55 60 65 70 75 80 85 90 95 100	
TEMP		15 20 25 30 35 40 45 50 55 60 65 70 75 80 85 90 95 100	
ASP.		15 20 25 30 35 40 45 50 55 60 65 70 75 80 85 90 95 100	
TEMP		15 20 25 30 35 40 45 50 55 60 65 70 75 80 85 90 95 100	
RLSP		15 20 25 30 35 40 45 50 55 60 65 70 75 80 85 90 95 100	
L		15 20 25 30 35 40 45 50 55 60 65 70 75 80 85 90 95 100	
DA-INT		15 20 25 30 35 40 45 50 55 60 65 70 75 80 85 90 95 100	
ANEST		15 20 25 30 35 40 45 50 55 60 65 70 75 80 85 90 95 100	
CONTRO		15 20 25 30 35 40 45 50 55 60 65 70 75 80 85 90 95 100	
SÍMBOLOS		15 20 25 30 35 40 45 50 55 60 65 70 75 80 85 90 95 100	
AGENTES		ANESTÉSICA	
A. Bupivacaína 0.5%		Painel 10ml 0.5%	
B. Midazolam 2mg/ml		Sedativo 2.5mg 10ml	
C. Fentanyl 50mcg/ml		Analgésico 2.5mg 50ml	
D. Propofol 10mg/ml		Anestésico 100mg 100ml	
E. Mivacurium 0.05mg/ml		Relaxante 50mg 100ml	
F. Tiroxina 50mcg/ml		Hormônio 50mcg 100ml	
GLUCOSE		Glucose 50% 100ml	
NÍVEL C		Nível C 100ml	
SANGUE		Sangue 100ml	
COTM		COTM 100ml	
OPERAÇÃO		170 cmHg - 120 mmHg - 80 mmHg	
ANESTÉSICO		Dr. Dr. Henrique Augusto Pereira	
CIRURGIÃO		Dr. Dr. Henrique Augusto Pereira	
FÉRDAS		FÉRDAS 100ml	

Assinado digitalmente por Joao Alves Barbosa Filhojoao Alves Barbosa Filho, 21/08/2019: JUNTADA DE PETIÇÃO DE CONTESTAÇÃO. Arq: DOCS

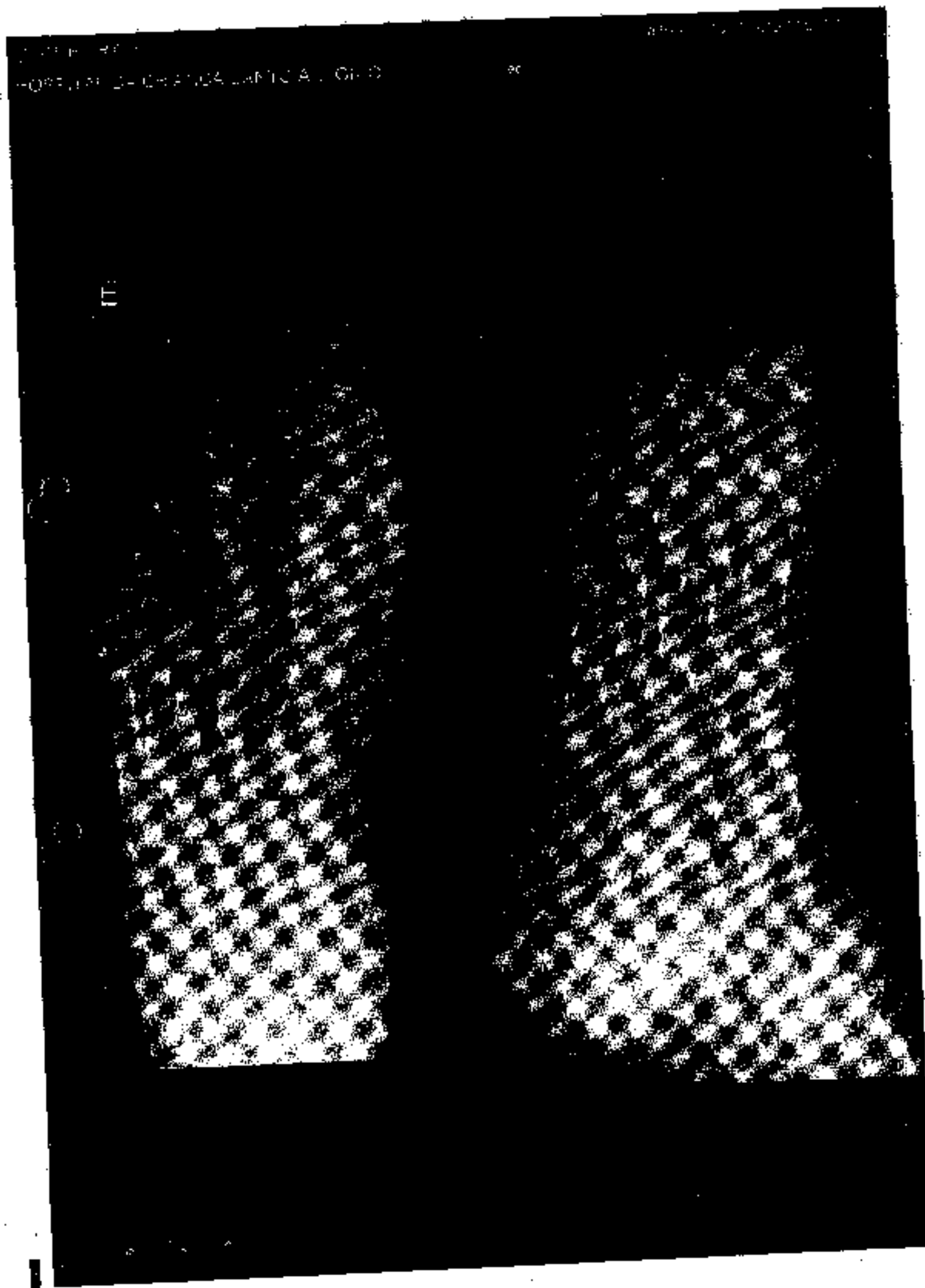


[illegible]













REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE RORAIMA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ODEJO CRUZ



Polegar Direito



Assinado: André Henrique A. Ferreira

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO CIVIL 547695-0

DATA DE EXPEDIÇÃO 09/04/2018

NOME ANDRÉ HENRIQUE AUGUSTO FERREIRA

FILIAÇÃO IVAMAR OLIVEIRA FERREIRA  
SULA BIANCA AUGUSTO

NATURALIDADE BOA VISTA - RR

DCC ORGEM CERTD NASC 61004 FLS 295-V LIV A-100  
2º OF BOA VISTA-RR

DATA DE NASCIMENTO 04/10/2006

064.716.222-95

1ª VJA

AMADEU ROCHA TRIANI  
Diretor de Registro Civil

LEI Nº 7.116 DE 20/08/83

P7

PROIBIDO PLASTIFICAR





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	233645
NOME	JOSÉ IVAMAR OLIVEIRA FERREIRA
FILIAÇÃO	MANOEL MATOS FERREIRA
NOME	MARIA DE JESUS OLIVEIRA FERREIRA
NATURALIDADE	VIÇEU - PA
DOC. ORGEM	CERTD CAS 7777 FLS 277 LIV B-26
2	OF BOA VISTA - RR
737.926.592-04	AMADEU ROCHA TRIANI
3	VIA
DATA DE NASCIMENTO	
18/10/1984	
DATA DE EXPEDICAO	
16/12/2016	
LEI Nº 7.116, DE 29/09/83	
P. 2	

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
ESTADO DE RORAIMA	
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA	
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RIO CRUZ	
Polegar Direito	
Assinatura do Titular	
JOSE IVAMAR OLIVEIRA FERREIRA	
CARTEIRA DE IDENTIDADE	



ÁREA DE BOMISTROS - DPVAT  
CONTEÚDO NÃO VERIFICADO

28 MAI 2019

CENTE SEGURADORA  
Av. Capitão João Barreto, 444 -

CONTRAT		DENATRA	
Nº 011624470178		Nº 011624470178	
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO		CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO	
VIA	01091879866	EXERCÍCIO	2016
LINDOMAR DE OLIVEIRA FERREIRA		LINDOMAR DE OLIVEIRA FERREIRA	
PLACA	807.928.202-15	PLACA	MAP4397
CHASSI	9C2JB01006R049117	CHASSI	9C2JB01006R049117
COMBUSTÍVEL	GASOLINA	COMBUSTÍVEL	GASOLINA
ANO FAB.	2016	ANO REG.	2016
CONFECIONANTE	BRANCA	CONFECIONANTE	BRANCA
VEICULO	2.0 16V 1000CC	VEICULO	2.0 16V 1000CC
PREMIO TARIFARIO (R\$)	15/07/2016	PREMIO TARIFARIO (R\$)	15/07/2016
ALFID-ADM	ALFID-ADM	ALFID-ADM	ALFID-ADM
PROPR. SALES	PROPR. SALES	PROPR. SALES	PROPR. SALES
DATA	19/07/2016	DATA	19/07/2016

RR Nº 011624470178		BILHETE DE SEGURO DPVAT	
ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT		ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT	
807.928.202-15 MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO QR CODE		807.928.202-15 MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO QR CODE	
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA		AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA	
www.dpvatseguradoraansio.com.br		www.dpvatseguradoraansio.com.br	
SAC DPVAT 0800 022 1204		SAC DPVAT 0800 022 1204	
VIA	01091879866	EXERCÍCIO	2016
PLACA	807.928.202-15	PLACA	MAP4397
CHASSI	9C2JB01006R049117	CHASSI	9C2JB01006R049117
COMBUSTÍVEL	GASOLINA	COMBUSTÍVEL	GASOLINA
ANO FAB.	2016	ANO REG.	2016
CONFECIONANTE	BRANCA	CONFECIONANTE	BRANCA
VEICULO	2.0 16V 1000CC	VEICULO	2.0 16V 1000CC
PREMIO TARIFARIO	15/07/2016	PREMIO TARIFARIO	15/07/2016
ALFID-ADM	ALFID-ADM	ALFID-ADM	ALFID-ADM
PROPR. SALES	PROPR. SALES	PROPR. SALES	PROPR. SALES
DATA	19/07/2016	DATA	19/07/2016



PEDIDO DO SEGURO DPVAT			
Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: <input type="checkbox"/> DAMS (DESpesas de assistência médica e suplementares) <input checked="" type="checkbox"/> INVALIDEZ PERMANENTE <input type="checkbox"/> MORTE			
Nº do sinistro ou ASL:		CPF da vítima: 064.716.222-95	Nome completo da vítima: ANDRÉ HENRIQUE AUGUSTO FERREIRA
REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO) - CIRCULAR SUSER Nº 445/2012			
Nome completo: JOSÉ IVAMAR OLIVEIRA FERREIRA		CPF: 737.926.592-04	
Profissão: RECUSOU	Endereço: RUA ANTONIO FERREIRA DE SOUSA	Número: 796	Complemento: CASA
Bairro: SÃO BENTO	Cidade: BOA VISTA	CEP: 69.315.659	
E-mail: marcosilva638@gmail.com	Estado: RR	Tel. (DDD): (95) 991144021	
Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).			
REDA MENSAL: <input checked="" type="checkbox"/> RECUSO INFORMAR <input type="checkbox"/> ATÉ R\$1.000,00 <input type="checkbox"/> R\$1.001,00 ATÉ R\$3.000,00 <input type="checkbox"/> R\$3.001,00 ATÉ R\$5.000,00 <input type="checkbox"/> R\$5.001,00 ATÉ R\$7.000,00 <input type="checkbox"/> R\$7.001,00 ATÉ R\$10.000,00 <input type="checkbox"/> SEM RENDA <input type="checkbox"/> R\$10.001,00 ATÉ R\$15.000,00 <input type="checkbox"/> ACIMA DE R\$15.000,00			
DADOS BANCÁRIOS DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO - ASSINALE UMA OPÇÃO DE CONTA			
<input checked="" type="checkbox"/> CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção) <input type="checkbox"/> Bradesco (237) <input type="checkbox"/> Itaú (341) <input checked="" type="checkbox"/> Banco do Brasil (001) <input type="checkbox"/> Caixa Econômica Federal (104)			
<input type="checkbox"/> CONTA CORRENTE (Todos os bancos) Nome do BANCO: _____			
AGÊNCIA: 0250 X		CONTA: 62925 4	
(Informar o dígito se existir)		(Informar o dígito se existir)	
Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.			
DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE			
Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções): <input type="checkbox"/> Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou <input type="checkbox"/> O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou <input checked="" type="checkbox"/> O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido. Pelo motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.			
DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE			
Estado civil da vítima: <input type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Casado (no Civil) <input type="checkbox"/> Divorciado <input type="checkbox"/> Separado Judicialmente <input type="checkbox"/> Viúvo			
Grau de Parentesco com a vítima:		Data do óbito da vítima:	
Vítima deixou companheiro(a): <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:	
Vítima teve filhos? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		Se tinha filhos, informar quantos:	
Vivos:		Falecidos:	
Vítima deixou nascituro (vai nascer)? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		Vítima deixou pais/avós vivos? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.			
Impressão digital da vítima ou beneficiário não alfabetizado			
Local e Data, B.V. - 25/05/19			
Nome: _____			
CPF: _____			
(*) Assinatura de quem assina A ROGO			
Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)			
Assinatura do Procurador (se houver)			
TESTEMUNHAS			
1º   Nome: _____			
CPF: _____			
Assinatura			
2º   Nome: _____			
CPF: _____			
Assinatura			





GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA DE ACIDENTES DE TRÂNSITO - BOA VISTA - RR



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 014937/2019

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 20/05/2019 09:16 Data/Hora Fim: 20/05/2019 09:39  
Origem: Pessoa Física - Particular Data: 20/05/2019  
Delegado de Polícia: Juraci Ribeiro da Rocha

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia de Acidentes de Trânsito  
Data/Hora do Fato: 19/01/2019 16:30

Local do Fato

Município: Boa Vista (RR)  
Logradouro: estrada de acesso à comunidade do Canto Alegre  
Bairro: Zona Rural

Tipo do Local: Via Pública

Natureza

1095: Auto lesão - Acidente de trânsito

Meio(s) Empregado(s)

Não Houve

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: JOSÉ IVAMAR OLIVEIRA FERREIRA (COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: PA - Viseu Sexo: Masculino Nasc: 18/10/1984  
Profissão: Autônomo  
Estado Civil: Casado(a)  
Nome da Mãe: Maria de Jesus Olivera Ferreira  
Nome do Pai: Manoel Matos Ferreira

Documento(s)

RG - Carteira de Identidade: 233645

Endereço

Município: Boa Vista - RR  
Logradouro: Rua Antonio Ferreira de Sousa  
Bairro: São Bento Nº: 796

Nome Civil: ANDRÉ HENRIQUE AUGUSTO FERREIRA (VÍTIMA)

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: RR - Boa Vista Sexo: Masculino Nasc: 04/10/2006  
Estado Civil: Solteiro(a)  
Nome da Mãe: Sula Bianca Augusto  
Nome do Pai: Ivamar Oliveira Ferreira

Endereço

Município: Boa Vista - RR  
Logradouro: Rua Antonio Ferreira de Sousa  
Bairro: São Bento Nº: 796

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Nenhum Objeto Informado

RELATO/HISTÓRICO

O comunicante vem a este DP para informar que na data, hora e local acima informado, seu filho (vítima) estava andando na garupa da motocicleta honda Pop de placa NAP-4397, chassi 9C2JB0100GR049117, de cor branca, Renavam 01091879866, a qual se encontra em nome do irmão do comunicante, Sr. Lindomar de Oliveira Ferreira, e que era conduzida



Delegado de Polícia Civil: Juraci Ribeiro da Rocha  
Impresso por: Daniel Baraúna Magalhães  
Data de Impressão: 20/05/2019 09:39  
Protocolo nº: Não disponível





GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA DE ACIDENTES DE TRÂNSITO - BOA VISTA - RR

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 014937/2019

pelo sogro do comunicante, Sr. Pedro Cândido da Silva, momento em que este perdeu o controle, levando ambos ao solo. Que devido as lesões sofridas no acidente, a vítima foi levada pelo comunicante para o posto de saúde da comunidade, onde de lá, foi levado pela equipe de remoção do posto, para o hospital da Criança, em Boa Vista para atendimento médico. Que o Sr. Pedro Cândido da Silva não possui CNH ou PPD. Que o referido B.O é exclusivamente para fins de seguro DPVAT. É o que tinha a comunicar.

ASSINATURAS

Daniel Baraúna Magalhães  
Responsável pelo Atendimento

042000925

José Ivamar Oliveira Ferreira

(Comunicante)

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que daí origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúnciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."







Presidência da República  
Secretaria de Micro e Pequena Empresa  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

Type: *unclassified*

Sociedade anônima

### Porte Empresarial

Normal

### 340 An Dystonia

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

**JUCERJA**

Último Arquivamento:

00003131301 - 18/12/2017

NIRE: 33.3.0026479-6

SEGURO LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Boleto(s): 102595004

Hash: ECC52023-D73D-4232-B033-7CC99430A9D4

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00

**REQUERIMIENTO**

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-5 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 2/13





Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT  
Tel 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br  
Rua Senador Dantas 74, 5º andar  
Centro Rio de Janeiro CEP 20031-205



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**2. CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

**3. PRESENÇA:** Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

**4. MESA:** Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

**5. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

**6. DELIBERAÇÕES:** Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do  
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCÍOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD65ECFBFFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 3/13





Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT  
Tel 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br  
Rua Senador Dantas 74, 5º andar  
Centro Rio de Janeiro CEP 20031-205



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crime previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (I) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tórres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Hello Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 2 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do teor do autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD55ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 4/13





Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT  
Tel 21 3861-4600 [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br)  
Rua Senador Dantas 74, 5º andar  
Centro, Rio de Janeiro CEP 20031-205



**7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

**8. ASSINATURAS:** A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

**Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.**

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
Roberto Barroso  
Presidente

  
Isabella Maria Azevedo da Cunha  
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 5/13





**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04**

**LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**TERMO DE POSSE**

**JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
**JOSÉ ISMAR ALVES TORRES**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo: Pag. 8/13





**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04**

**LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**TERMO DE POSSE**

**HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
**HÉLIO BITTON RODRIGUES**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FBB

Para validar o documento acesse <http://www.jucesja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 10/13







14

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 16, terça-feira, 23 de janeiro de 2018

#### PORTARIA Nº 755, DE 21 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susp, por meio da Portaria n.º 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 da Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susp 13414/63340/2017-4, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelas reuniões de ALM SEGURADORA S.A. - MICROSEGUROADORA, CNPJ n.º 33.684.731/0001-40, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral extraordinária realizada em 20 de junho de 2017.

I - Aprovar o capital social em R\$ 400.148,00, elevando-o para R\$ 1.155.295,41, dividido em 179.246.992 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

II - Reforma do estatuto social.

Art. 2º Resoluto que o pato de R\$ 180.140,00 do aumento de capital referido deverá ser integralizado até 30 de junho de 2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

#### PORTARIA Nº 756, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susp, por meio da Portaria n.º 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 da Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susp 13414/63340/2017-4, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ n.º 09.348.008/0001-04, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado no reunião do conselho de administração realizada em 14 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

#### PORTARIA Nº 757, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susp, por meio da Portaria n.º 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 da Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susp 13414/63340/2017-4, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de membros do comitê de auditoria de IRB BRASIL RESEGUROS S.A., CNPJ n.º 33.376.988/0001-01, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado no reunião do conselho de administração realizada em 26 de maio de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

#### RETIFICAÇÃO

No artigo 1º da Portaria Susp/Inmetro n.º 721, de 2 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 3 de janeiro de 2018, página 188, seção 1, onde se lê: "... na reunião do conselho de administração realizada em 1º de novembro de 2017.", leia-se: "... na assembleia geral extraordinária realizada em 1º de novembro de 2017."

#### Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

#### INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

#### PORTARIA Nº 38, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do art. 4º da Lei n.º 5.464, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Emenda Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n.º 6.715, de 28 de novembro de 2007.

Considerando o Decreto Federal n.º 96.044, de 18 de maio de 1998, que aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;

Considerando a Portaria Inmetro n.º 16, de 14 de janeiro de 2016, que aprova o Regulamento de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviários Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicada no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 2016, seção 01, página 46;

Considerando que o Inmetro ou entidade por ele acreditada, conforme o disposto no § 1º do art. 2º do Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, deve atuar a adequação das unidades e dos equipamentos rodoviários destinados a este fim;

Considerando a necessidade de substituição do Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP) pelo novo Certificado para o Transporte de Produtos Perigosos (CTPP), aplicável somente à modalidade de construção de tanques de carga rodoviários;

Considerando a necessidade de ajustes dos Requisitos de Avaliação da Conformidade aprovados pela Portaria Inmetro n.º 16/2016, resolve:

Art. 1º Ficam aprovados os ajustes dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviários destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicados pela Portaria Inmetro n.º 16, de 14 de janeiro de 2016, conforme disposto no Anexo desta Portaria, disponibilizado no site [www.inmetro.gov.br](http://www.inmetro.gov.br) ou no endereço eletrônico: [inmetro@inmetro.gov.br](mailto:inmetro@inmetro.gov.br).

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

Diretoria de Avaliação da Conformidade - Decaf  
Rua Santa Alexandrina, n.º 416 - 3º andar - Rio Comprido

Cep 20.241-232 - Rio de Janeiro - RJ

Art. 2º Ficam substituídos os Anexos A e D da Portaria Inmetro n.º 16/2016 pelos Anexos A e D anexos a esta Portaria.

Art. 3º Ficam incluídos na Portaria Inmetro n.º 16/2016 os Anexos E e G anexos a esta Portaria.

Art. 4º Ficam incluídos, no art. 4º da Portaria Inmetro n.º 16/2016, as seguintes parágrafos:

"§ 1º Excetuam-se da determinação do prazo os seguintes tanques de carga:

I - aqueles que já foram construídos até 15 de janeiro de 2018 e se encontram em estoque, cuja inspeção e aprovação final da construção ainda não foram realizadas pelo OIA-PP;

II - aqueles que após 15 de janeiro de 2018, se encontram em processo de construção, cuja data de início da construção seja anterior a 15 de janeiro de 2018, e que a inspeção e a aprovação final da construção ainda não foram realizadas pelo OIA-PP.

§ 2º Para efeitos do controle dos tanques de carga que se encontram nas situações descritas no parágrafo acima, os fabricantes desses tanques de carga deverão enviar ao OCP, anexado, até 15 de fevereiro de 2018, uma relação contendo as seguintes informações:

I - para os tanques de carga que já foram construídos até 15 de janeiro de 2018 e se encontram em estoque: n.º do ordem de serviço, data inicial da construção, RTQ, número de equipamento, grupo de produtos perigosos a transportar e nome do responsável técnico do OIA-PP;

II - para os tanques de carga que após 15 de janeiro de 2018, se encontram em processo de construção: n.º do ordem de serviço, data inicial da construção, RTQ, número de equipamento, grupo de produtos perigosos a transportar e nome do responsável técnico do OIA-PP.

Art. 5º A consulta pública que originou os requisitos ora aprovados, foi divulgada pela Portaria Inmetro n.º 353, de 13 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 2017, seção 01, página 48.

Art. 6º As demais disposições da Portaria Inmetro n.º 16/2016 permanecem inalteradas.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS AUGUSTO DE AZEVEDO

#### DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

#### PORTARIA Nº 7, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), no exercício da delegação de competência outorgada pela Portaria n.º 257, de 12 de novembro de 1991, modificada pela Portaria Inmetro n.º 423/03 e pela Portaria Inmetro n.º 52/2004, e considerando o disposto no item 4.1, alínea "b", da regulamentação técnica aprovada pela Resolução n.º 08, de 22 de dezembro de 2016, do Conselho:

De acordo com o Regulamento Técnico Metodológico para bombas medidoras de combustíveis líquidos, aprovado pela Portaria Inmetro n.º 423/03 e pela Portaria Inmetro n.º 52/2004:

É considerando o consenso do Processo Inmetro n.º 52400.1000971/2017 e do Sistema Orçamento n.º 592073, resolve:

Aprovar a família de modelos Prime PHK de bomba medidora para combustíveis líquidos, marca Gilsanz Voeder Rotor.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no site do Inmetro: <http://www.inmetro.gov.br/legam>.

RAIMUNDO ALVES DE REZENDE

#### SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

#### CIRCULAR Nº 4, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições, uma pública, conforme o conteúdo do Anexo, as propostas de modificação da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM e da Tarifa Externa Comum em análise pelo Departamento de Negociação Internacional (DEINT), com o objetivo de colher subsídios para decisão de posicionamento do governo brasileiro na âmbito da coordenação do Comitê Técnico de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias do Mercosul (CTF).

1. Manifestações sobre as propostas deverão ser dirigidas ao DEINT por meio do Protocolo-Geral do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "J", 7º andar, CEP 70031-900, Brasília (DF). As correspondências deverão fazer referência ao número desta Circular e ser encaminhadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Circular no Diário Oficial da União.

2. As informações relativas às propostas deverão ser apresentadas mediante o formulário integral do modelo próprio, disponível na página do Ministério na Internet, no endereço <http://www.mec.gov.br/legam/REPOSITORIO/mercadorias/ncm/2017/informacoes-de-contestacao.doc>. O formulário também pode ser solicitado pelos telefones (61) 2027-7370 e 2027-7374 ou pelo endereço de e-mail: [ctf@mdc.gov.br](mailto:ctf@mdc.gov.br).

3. O encaminhamento sobre a análise das propostas poderá ser realizado por meio do endereço eletrônico <http://www.mec.gov.br/legam/mercadorias/ncm/2017/informacoes-de-contestacao.doc> ou pelo endereço de e-mail: [ctf@mdc.gov.br](mailto:ctf@mdc.gov.br).

4. Caso haja, posteriormente, ajustes de texto realizados pelos editores em nomeações de CT-1, eventuais manifestações a respeito deverão ser encaminhadas a esta Secretaria mediante os procedimentos previstos nesta Circular.

EDNATO AGOSTINHO DA SILVA

#### ANEXO

SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO PROPOSTA
2017.20.08	2017.20
Acidos policarboxílicos cíclicos, cíclicos ou cíclicos-piônicos, seus anidridos, halogênidos, peróxidos e seus derivados	Acidos Policarboxílicos, cíclicos, cíclicos ou cíclicos-piônicos, seus anidridos, halogênidos, peróxidos e seus derivados
	2017.20.1
	2017.20.15
	2017.20.20
	Outros
	Outros

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/securidade.html>, pelo código 0001281012300014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO EM 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386F48220CFDE4356AFAD65ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 6/13







4996507

**ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016**

**"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**Artigo 2º** – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Artigo 3º** – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

**Artigo 4º** – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

**CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º** – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro** – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**Artigo 6º** – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

**CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL**

**ARTIGO 7º** – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 1 de 10

Bernardo F.S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE820B296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996508

**ARTIGO 8º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

**Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

**Parágrafo Segundo** - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

**Parágrafo Terceiro** - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

**Parágrafo Quarto** - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

**Parágrafo Quinto** - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

**Parágrafo Sexto** - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

#### **CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA**

**ARTIGO 9º** - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

**Parágrafo Primeiro** - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

**Parágrafo Segundo** - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

**Parágrafo Terceiro** - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 2 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996509

**Parágrafo Quarto** – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

**Parágrafo Quinto** – Caberá à Assembléia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

## CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**ARTIGO 10** – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

**Parágrafo Segundo** – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

**Parágrafo Terceiro** – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembléia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

**ARTIGO 11** – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

**ARTIGO 12** – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

**ARTIGO 13** – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

**Parágrafo Primeiro** – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

**Parágrafo Segundo** - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 3 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996510

convocada.

**Parágrafo Terceiro** - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

**ARTIGO 14** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

**Parágrafo Segundo** - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

**Parágrafo Terceiro** - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

**ARTIGO 15** - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Benwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 5 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86683B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

**ARTIGO 16** – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

**Parágrafo Único** – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

#### **CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA**

**ARTIGO 17** – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

**ARTIGO 18** - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

**Parágrafo único** - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

#### **CAPÍTULO VI - DIRETORIA EXECUTIVA**

**ARTIGO 19** - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

**Parágrafo Primeiro** – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Segundo** – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 6 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

**ARTIGO 20** – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

**ARTIGO 21** - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 7 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 22** – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

**Parágrafo Primeiro** – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

## CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

**ARTIGO 23** – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 8 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996515

**Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Segundo** – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

## **CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS**

**ARTIGO 24** – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

**ARTIGO 25** – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

**ARTIGO 26** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**Parágrafo Único** – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

**ARTIGO 27** – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

**Parágrafo Único** – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

## **CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO**

**ARTIGO 28** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 9 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



de março de 1967.



4996516

## XI - DISPOSIÇÕES GERAIS

**ARTIGO 29** - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

**ARTIGO 30** - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

**ARTIGO 31** - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

**Parágrafo Único** - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

**ARTIGO 32** - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 10 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral


Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



### PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435, **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731, **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

  
**JOSÉ ISMAR ALVES TORRES**  
DIRETOR PRESIDENTE

  
**HÉLIO BITTON RODRIGUES**  
DIRETOR

 <b>17º Ofício de Notas da Capital</b>	<b>Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira</b> Rua do Carmo, 61 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2137-9900	<b>ADB2B59D</b> <b>08B674</b>
Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de: <b>HÉLIO BITTON RODRIGUES e JOSÉ ISMAR ALVES TORRES</b> (X00000524453)		
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018. Conf. por: Serventia T.J.FUNDOS		
Em testemunho da verdade.		
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.		
ECLP-56891 HIR, ECLP-56892 GRS		
Consulte em <a href="https://www3.tjri.jus.br/sitepublico">https://www3.tjri.jus.br/sitepublico</a>		

**CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ**  
**Paula Cristina A. D. Gaspar**  
Escritor  
CTPS 40062 série 00077 ME  
Aut. 2013 3ª Lei 8.936/94





### SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador das Seguradoras: **AIG SEGUROS BRASIL S/A**; **ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A**, **ALFA SEGURADORA S/A**, **ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A**; **AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS**; **ANGELUS SEGUROS S/A**; **ARGO SEGUROS BRASIL S/A**; **ARUANA SEGUROS S.A.**; **ASSURANT SEGURADORA S.A**; **ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS**; **AUSTRAL SEGURADORA S/A**; **AXA CORPORATE SOLUTIONS SEGUROS S.A**, **AXA SEGUROS S/A**; **AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**; **BANESTES SEGUROS S/A**; **BMG SEGUROS S/A**; **BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**; **BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS**; **BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CAIXA SEGURADORA S/A**; **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A**; **CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CENTAURIO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A**; **CHUBB SEGUROS BRASIL S/A**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**; **CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL**; **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**; **COMPREV SEGURADORA S/A**; **COMPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **ESSOR SEGUROS S/A**; **FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A**; **FATOR SEGURADORA S/A**; **GAZIN SEGUROS S.A.**; **GENERALI BRASIL SEGUROS S/A**; **GENTE SEGURADORA S/A**; **ICATU SEGUROS S/A**; **INVESTPREV SEGURADORA S/A**; **INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A**; **J. MALUCELLI SEGURADORA S/A**; **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**; **MAPFRE VIDA S/A**; **MBM SEGURADORA S/A**; **MG SEGUROS VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A**; **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **OMINT SEGUROS S/A**; **PAN SEGUROS S/A**; **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**; **PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **POTTENCIAL SEGURADORA S/A**; **PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A**; **PREVIMIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **SABEMI SEGURADORA S/A**; **SAFRA SEGUROS GERAIS S/A**; **SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **SANCOR SEGUROS DO BRASIL S/A**; **SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS**; **SOMPO SEGUROS S/A**; **STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.**; **SUHAÍ SEGUROS S/A**; **SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A**; **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**; **TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A**; **UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA**; **USEBENS SEGUROS S/A**; **VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS**; **XL SEGUROS BRASIL S/A**; **ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato

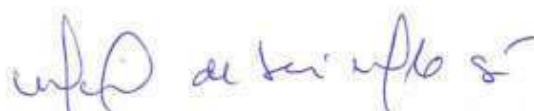






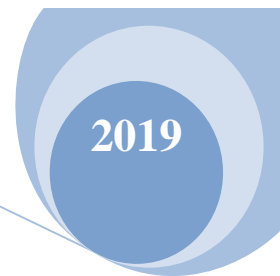
anexo, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, **ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2018.

  
**MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**  
**OAB/RJ 135.132**







JUIZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL  
COMARCA DE BOA VISTA

*"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"*

Processo conforme consta do sistema eletrônico

### DECISÃO INICIAL

(NCPC: Art. 203, §2º)

#### Do Valor Arbitrado para Exame Pericial:

01. A Des<sup>a</sup>. ELAINE CRISTINA BIANCHI, no Agravo de Instrumento n.º 0000.14.002015-7 decidiu, em 30 de setembro de 2014:

(...)

Ante o exposto, amparada pelo art. 557, §1º-A, por não vislumbrar prejuízo à parte agravada, dou provimento parcial ao presente agravo de instrumento, apenas para reduzir o valor dos **honorários periciais para R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), caso as perícias sejam realizadas no fórum, na forma de mutirão; ou para R\$ 300,00 (trezentos reais) caso sejam realizadas fora do fórum, em local indicado pelo Perito.**

(Negritei)

02. O Des. LEONARDO CUPELLO decidiu no Agravo de Instrumento n.º 0000.14.001440-8, isso 23 de setembro de 2014:

(...)

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - NATUREZA JURÍDICA DE CONTRATO PRIVADO - RELAÇÃO DE CONSUMO CONFIGURADA - POSSIBILIDADE DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - HONORÁRIOS DO PERITO QUE DEVEM SER SUPORTADOS PELA PARTE AGRAVANTE - REDUÇÃO PARA R\$ 150,00 (CENTO E CINQUENTA REAIS), **CASO AS PERÍCIAS SEJAM REALIZADAS NO FÓRUM, OU PARA R\$ 300,00 (TREZENTOS REAIS) CASO SEJAM FEITAS FORA DO FÓRUM, EM LOCAL INDICADO PELO PERITO - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.**

(TJRR – AgInst 0000.14.001440-8, Rel. Juiz(a) Conv. LEONARDO CUPELLO, Câmara Única, jul.: 23/09/2014, public.: 27/09/2014, p. 27)

(Negritei)

03. O Des. ALMIRO PADILHA no julgamento do Agravo de Instrumento n.º 0000.14.001237-8 proferiu a seguinte decisão monocrática:

(...)

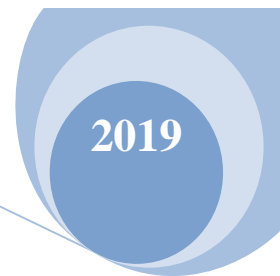
Na sessão da Câmara Única do dia 01/07/2014, a Turma Cível deste Tribunal julgou diversos agravos que discutem a mesma matéria aqui debatida, e decidiu, de forma unânime, que o valor da perícia médica deveria ser reduzido, nos termos da seguinte ementa, de minha relatoria:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – SEGURO DPVAT – PRELIMINARES. REJEITADAS – NATUREZA JURÍDICA. CONTRATO PRIVADO,

1







JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL  
COMARCA DE BOA VISTA

*"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"*

BILATERAL, ONEROSO, ALEATÓRIO E FORMAL, CONTROLADO PELO ESTADO – RELAÇÃO DE CONSUMO. CONFIGURADA – INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. REQUISITOS PRESENTES – RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS. DO FORNECEDOR, SE HOUVER A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA – VALOR DOS HONORÁRIOS DO PERITO. **REDUÇÃO PARA R\$ 150,00 (CENTO E CINQUENTA REAIS), CASO AS PERÍCIAS SEJAM REALIZADAS NO FÓRUM, OU PARA R\$ 300,00 (TREZENTOS REAIS) CASO SEJAM FEITAS FORA DO FÓRUM, EM LOCAL INDICADO PELO PERITO.** (AI nº 000014000936-6)

No mesmo sentido: AI nº 0000.14.000936-6, AI nº 0000.14.000924-2, AI nº 0000.14.000964-8, AI nº 0000.14.000985-3, AI nº 0000.14.000915-0, AI nº 0000.14.000946-5, todos de minha relatoria.

(...)

Ante o exposto, amparado pelo art. 557, §1º-A, por não vislumbrar prejuízo à parte agravada, dou provimento parcial ao presente agravo de instrumento, apenas para reduzir o valor dos **honorários periciais para R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), caso as perícias sejam realizadas no fórum, na forma de mutirão; ou para R\$ 300,00 (trezentos reais) caso sejam realizadas fora do fórum, em local indicado pelo Perito.**

Publique-se. Comunique-se. Intimem-se.

Boa Vista-RR, 04 de setembro de 2014.

Des. Almiro Padilha

Relator

(Negritei)

04. Portanto, como podemos verificar sempre ocorreu consenso na Turma Cível daquela época que os honorários dos peritos judiciais deveriam ser de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), caso as perícias sejam realizadas em sala disponibilizada no fórum ou para R\$ 300,00 (trezentos reais) caso sejam realizadas fora do fórum, em local indicado pelo Perito, às suas expensas.

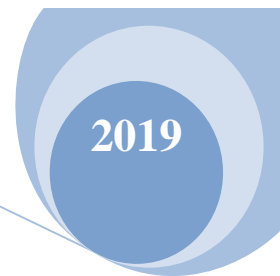
05. Em 12 de agosto de 2015, o então Presidente do Tribunal de Justiça de Roraima, Des. ALMIRO PADILHA, firmou convênio com a Seguradora Líder, época em que ficou avençado o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) para honorários periciais.

06. Em vista disso, desde aquela época, este Juízo passou a determinar que todas as perícias fossem realizadas fora do Prédio do Fórum Cível, em ambiente e despesas arcadas pelo(a) próprio(a) perito(a), em seu consultório particular, fixando, em razão das r. decisões da Turma Cível do Tribunal de Justiça Local, a importância de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Portanto, seguindo a orientação jurisprudencial do próprio Tribunal.

2







JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL  
COMARCA DE BOA VISTA

*"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"*

07. Nos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018, o valor dos honorários periciais sempre foi suportado pela Seguradora Líder na importância de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), sem nenhuma resistência e de forma voluntária, conforme inúmeras decisões deste juízo e respectivos recolhimentos da parte.

08. Agora, em 2019, seguindo a então orientação jurisprudencial do TJ-RR, levando-se em conta existir aproximadamente quatro anos do mesmo valor dos honorários periciais, considerando a defasagem monetária desse período, o valor foi corrigido para R\$ 500,00 (quinhentos reais), quando então a parte se insurgiu contra a decisão, em inúmeros embargos de declaração e também em inúmeros agravos de instrumentos.

09. Em que pese esse pequeno resgate histórico, firmo meu pensamento na necessidade de manutenção de valor equilibrado dos trabalhos dos médicos peritos, motivo pelo qual mantenho seu valor em R\$ 500,00 (quinhentos reais).

#### **Do Procedimento a ser seguido:**

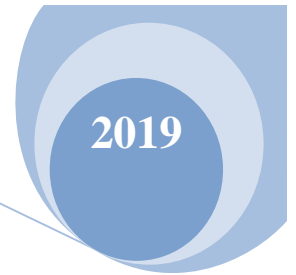
10. Não há pedido de tutela de urgência ou de evidência.

11. Renovando meu entendimento anterior, com base nos princípios da duração razoável do processo, celeridade processual e instrumentalidade das formas, hei por bem determinar a citação *on line* da parte requerida, sem a designação de audiência de conciliação, conforme prescreve o artigo 334, § 4º, do Código de Processo Civil, ficando o réu ciente de que não apresentando defesa escrita no prazo de 15 (quinze) dias, por intermédio de advogado(s), presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial, salvo se o contrário resultar da prova dos autos.

12. Essa medida se faz importante, diante do crescente número de processos nesta Vara, bem como para não inviabilizar a pauta de audiência deste juízo, além de que se torna mais econômico e viável a realização de audiência somente em casos de necessidade de produção de prova testemunhal. O que, nesse momento processual, ao meu entendimento, não restou configurado, mais







JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL  
COMARCA DE BOA VISTA

*"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"*

futuramente poderá ser analisado por este juízo prováveis requerimentos dessa modalidade de prova judicial.

13. Em caso da parte requerida ter apresentado resposta, comparecendo espontaneamente ao processo, nos termos do § 1º do Artigo 239 do Código de Processo Civil, considero válida a citação inicial da parte. Precedente: *"A finalidade da citação é dar conhecimento ao réu da existência de ação contra ele ajuizada, portanto o comparecimento espontâneo de pessoa legalmente habilitada remedia qualquer possível irregularidade na citação, afastando sua nulidade"* (STJ, REsp 671.755/RS, Rel. Min. Castro Meira, 2ª Turma, jul. 06.03.2007, DJ 20.03.2007, p. 259).

14. Defiro os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil.

15. Constato que no caso em tela, a necessidade de aplicação da teoria dinâmica de distribuição do ônus da prova em desfavor da parte requerida, nos termos do artigo 373, II, do Código de Processo Civil.

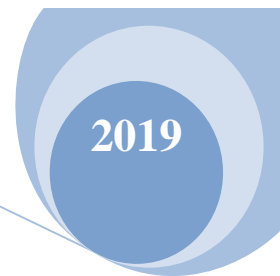
16. Eventual requerimento da parte para realização de exame pericial deverá constar expressamente da peça processual, sob pena de ser entendido desinteresse da parte na realização desta espécie de prova, prosseguindo-se o processo em seus ulteriores termos.

17. Nesse aspecto, por oportuno, já nomeio como perito(s)-médico(s) deste juízo o **Dr. Fernando Bernardo de Oliveira**, devendo o(a) senhor(a) Diretor(a) da Secretaria, no momento processual adequado, marcar data para o exame pericial da parte autora, de acordo com cronograma de disponibilidade fornecido pelo mencionado profissional, conforme comunicação dirigida a este juízo, no endereço ali indicado.

18. Assim, nos termos do § 1º, do Artigo 95 do Código de Processo Civil, determino o recolhimento prévio do respectivo valor em Cartório, dentro do prazo da contestação e respostas - 15 (quinze) dias, pela parte Requerida (**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**







**JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL  
COMARCA DE BOA VISTA**

*"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"*

**S/A**), mediante guia própria, no site do TJ-RR, dando ciência ao(à) senhor(a) perito(a) judicial do depósito e para o início do exame.

19. Com a finalização do exame, com a entrega do laudo em juízo, independentemente de nova decisão judicial, autorizo o levantamento da quantia pelo(a) senhor(a) perito(a) judicial. Caso não seja recolhida a importância, no prazo fixado acima, será considerada falta de interesse da parte na realização dessa prova, seguindo-se o processo em seus demais atos processuais.

20. Em caso de necessidade de exames complementares (Raio-X, Tomografia computadorizada, etc.), deverá o(a) Senhor(a) Perito(a) Judicial comunicar este juízo para intimação da parte para complementar o valor do exame médico-pericial, em nova decisão.

21. Fixo o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação do laudo pericial, nos termos do Artigo 465 do Código de Processo Civil.

22. Deverá ainda o(a) Senhor(a) Escrivão(ã) providenciar o acesso aos documentos necessários ao(à) Senhor(a) Perito(a), via Sistema Virtual do PROJUDI, para o exame pericial e/ou fotocópias das principais peças processuais (se for o caso), essas últimas às expensas das partes.

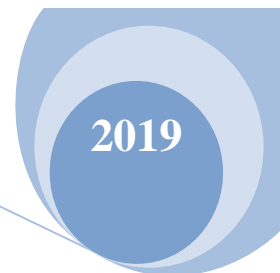
23. Com a apresentação do laudo, deverá o(a) Senhor(a) Escrivão(ã) Judicial intimar as partes, via sistema PROJUDI, conforme disposto no parágrafo único do Artigo 433 do Código de Processo Civil.

24. Intimem-se as partes para, querendo, no prazo legal, contados da intimação desta decisão, indicar assistente técnico e apresentar seus quesitos, conforme faculdade do § 4º do Artigo 477 do Código de Processo Civil.

25. Nesse mesmo prazo, fica a parte intimada do dever de comparecimento ao local e horário indicado, ficando ainda à disposição do(a) Senhor(a) Perito(a) Judicial, pelo prazo necessário e suficiente para a realização da perícia técnica. (O(a) Senhor(a) Perito(a) Judicial deverá previamente indicar a este Juízo o local, horário ou outra forma de agendamento, através do Cartório, independente de nova decisão).







**JUIZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL  
COMARCA DE BOA VISTA**

*"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"*

26. Nos termos do Artigo 474 do Código de Processo Civil, determino ao(à) Sr.(a) Escrivão(ã) que dê ciência às partes, via intimação pelo sistema PROJUDI aos seus respectivos advogados cadastrados, da data e local indicado pelo Senhor Perito para ter início à produção da prova pericial a entrega do laudo pericial, intemem-se as partes para ciência, com prazo de 05 (cinco) dias.

27. Para se alcançar maior celeridade e agilidade na tramitação dos processos, nos termos do inciso XIV<sup>1</sup> do Artigo 93 da Constituição Federal, determino aos servidores do Cartório desta Vara para adotar os comandos e procedimentos ordinatórios, sem caráter decisório, objetivando a rápida solução da demanda e finalização da prestação jurisdicional, ainda que isso importe em outros atos de caráter conciliatório, administração e executórios, que deverão ser reduzidos a termo o Ato Ordinatório (Portaria Conjunta n.º 001/2016 - publicada no DJe n.º 5876) ou lavrada a respectiva certidão.

28. Cumpra-se, com as cautelas de estilo.

Boa Vista/RR, data constante do sistema.

**Jarbas Lacerda de Miranda**

Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível  
(Assinado Digitalmente)

<sup>1</sup> XIV - os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004).





Início Processos Petições Não Analisadas Outros Relatórios

Realçar Movimentos de: ☐ Magistrado ☐ Servidor ☐ Advogado ☐ MP ☐ Defensor ☐ Procurador ☐ Outros ☐ AudiênciaOcultar Movimentos: ☐ Inválidos ☐ Sem Arquivo ☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por: ☐ Advogado ☐ Defensor de Justiça ☐ Entidades Remessa ☐ Magistrado ☐ Procurador ☐ Servidor  
Sequencial(Intervalo):  ao  Data do Movimento(Período):  à   
Descrição:  

11 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 11

500 por pág.   1  

Seq. ▼	Data	Evento	Movimentado Por
11	06/09/2019 00:01:04	<b>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</b> (Pelo advogado/curador/defensor de ANDRE HENRIQUE AUGUSTO FERREIRA representado(a) por JOSÉ IVAMAR OLIVEIRA FERREIRA) em 05/09/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 7) PEDIDO NÃO CONCEDIDO (26/08/2019) e ao evento de expedição seq. 9.	SISTEMA CNJ
10	27/08/2019 14:11:02	<b>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</b> (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 27/08/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 7) PEDIDO NÃO CONCEDIDO (26/08/2019) e ao evento de expedição seq. 8.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
9	26/08/2019 10:24:39	<b>EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO</b> Para advogados/curador/defensor de ANDRE HENRIQUE AUGUSTO FERREIRA representado(a) por JOSÉ IVAMAR OLIVEIRA FERREIRA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento PEDIDO NÃO CONCEDIDO (26/08/2019)	VALESKA CRISTIANE DE CARVALHO SILVA Analista Judiciário
8	26/08/2019 10:24:39	<b>EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO</b> Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento PEDIDO NÃO CONCEDIDO (26/08/2019)	VALESKA CRISTIANE DE CARVALHO SILVA Analista Judiciário
<input type="button" value="⊕"/>	7	26/08/2019 10:11:55 <b>PEDIDO NÃO CONCEDIDO</b>	JARBAS LACERDA DE MIRANDA Magistrado
<input type="button" value="⊕"/>	6	21/08/2019 11:26:39 <b>JUNTADA DE PETIÇÃO DE CONTESTAÇÃO</b>	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
5	07/08/2019 17:46:32	<b>CONCLUSOS PARA DECISÃO - DECISÃO INICIAL</b>	SISTEMA CNJ
4	07/08/2019 17:46:32	<b>RECEBIDOS OS AUTOS</b>	SISTEMA CNJ
3	07/08/2019 17:46:32	<b>REMETIDOS OS AUTOS PARA DISTRIBUIDOR</b> Registro de Distribuição	SISTEMA CNJ
2	07/08/2019 17:46:32	<b>DISTRIBUÍDO POR SORTEIO</b> 4ª Vara Cível	SISTEMA CNJ
<input type="button" value="⊕"/>	1	07/08/2019 17:46:31 <b>JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL</b>	PAULO SERGIO DE SOUZA Advogado





86650000000-9 48070574106-8 02019091600-5 10190038240-5

**GUIA DE ARRECAÇÃO JUDICIÁRIA**

Órgão: <b>FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA</b>	CNPJ: <b>05.741.060/0001-89</b>	Agência: <b>3797-4</b>	Conta: <b>51669-4</b>	Valor do Documento: <b>R\$ 48,07</b>	Vencimento: <b>16/09/2019</b>
Comarca: <b>BOA VISTA</b>	Nº G.A.J.: <b>010.19.0038240</b>	Valor da Causa: <b>R\$ 12.825.00</b>	Processo: <b>0824496-53.2019.8.23.0010</b>		
Contribuinte: <b>Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S/a</b>				CPF/CNPJ: <b>09.248.608/0001-04</b>	

Autenticação Mecânica



86650000000-9 48070574106-8 02019091600-5 10190038240-5

**GUIA DE ARRECAÇÃO JUDICIÁRIA**

Órgão: <b>FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA</b>	CNPJ: <b>05.741.060/0001-89</b>	Agência: <b>3797-4</b>	Conta: <b>51669-4</b>	Valor do Documento: <b>R\$ 48,07</b>	Vencimento: <b>16/09/2019</b>
Comarca: <b>BOA VISTA</b>	Nº G.A.J.: <b>010.19.0038240</b>	Valor da Causa: <b>R\$ 12.825.00</b>	Processo: <b>0824496-53.2019.8.23.0010</b>		
Contribuinte: <b>Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S/a</b>				CPF/CNPJ: <b>09.248.608/0001-04</b>	

Descrição das receitas

01. AGRAVOS
02. Taxa Judiciária II

Valor R\$

R\$ 18,07  
R\$ 30,00

OBS.:  
**PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCO DO BRASIL OU PAP – CORRESPONDENTE BANCO DO BRASIL  
CASO A PARTE SEJA AMPARADA POR SIGILO PROCESSUAL, O CONTRIBUINTE DEVERÁ PROVAR, OBRIGATORIAMENTE,  
NO PROCESSO DE ORIGEM DESTES PAGAMENTOS, AS INFORMAÇÕES DE QUITAÇÃO DESTA GUIA COM A JUNTADA DE  
COMPROVANTE BANCÁRIO CONTENDO O CÓDIGO DE BARRAS DA GUIA.**

**R\$ 48,07**

Autenticação Mecânica





---

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL  
03/09/2019 - AUTOATENDIMENTO - 16.28.43  
1251301251 SEGUNDA VIA 0044

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: J BARBOSA ADVOGADOS ASS  
AGENCIA: 1251-3 CONTA: 31.969-4  
=====

Convenio	FUNDEJUR - REC CUSTAS JUD
Codigo de Barras	86650000000-9 48070574106-8
	02019091600-5 10190038240-5
Data do pagamento	02/09/2019
Valor Total	48,07

-----

DOCUMENTO: 090206  
AUTENTICACAO SISBB: 8.BD9.6D3.B1C.B48.AED